

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG**  
**Programa de Pós-Graduação em Direito**

Lígia Maria Cerqueira Fernandes

**A POLÍTICA EM CONCRETO NO ÚLTIMO LUKÁCS:**  
**textos políticos tardios, recepção no Brasil e uma análise do *Testamento Político* (1971)**

Belo Horizonte  
2026

Lígia Maria Cerqueira Fernandes

**A POLÍTICA EM CONCRETO NO ÚLTIMO LUKÁCS:  
textos políticos tardios, recepção no Brasil e uma análise do *Testamento Político* (1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Bartoletti Sartori

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

F363p Fernandes, Lígia Maria Cerqueira  
“A política em concreto no último Lukács [manuscrito]: textos políticos tardios, recepção no Brasil e uma análise do Testamento político (1971)” / Lígia Maria Cerqueira Fernandes. - 2026.

92 f.

Orientador: Vitor Bartoletti Sartori.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito.

Bibliografia: f. 88-92.

1. Direito - Filosofia - Teses. 2. Ciência política - Teses. 3. Ontologia - Teses. 4. Lukács, György, 1885-1971 - Teses. I. Sartori, Vitor Bartoletti. II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 340.12:32



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

UFMG

## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA LÍGIA MARIA CERQUEIRA FERNANDES

Realizou-se, no dia 11 de fevereiro de 2026, às 14:00 horas, na Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *A POLÍTICA EM CONCRETO NO ÚLTIMO LUKÁCS: textos políticos tardios, recepção no Brasil e uma análise do Testamento Político*, apresentada por LÍGIA MARIA CERQUEIRA FERNANDES, número de registro 2024655275, graduada no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Vitor Bartoletti Sartori - Orientador (UFMG), Prof(a). Leonardo Gomes de Deus (UFMG), Prof(a). Ester Vaisman (UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada, tendo obtido a nota 100.

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2026.

Prof(a). Vitor Bartoletti Sartori (Doutor) Nota: 100

Prof(a). Ester Vaisman (Doutor) Nota: 100

Prof(a). Leonardo Gomes de Deus (Doutor) Nota: 100

## AGRADECIMENTOS

Sei que sou fruto de muitas gerações de minha família que se esforçaram, em condições das mais adversas, para que eu pudesse, hoje, me dedicar ao desenvolvimento de um trabalho intelectual. Agradeço a eles nas figuras de meus pais, Amélia e Sebastião, e de minha irmã Laís. Sem o cuidado e o incentivo desses que sempre me cercaram de amor e carinho eu não conseguiria chegar até aqui.

Agradeço ao Pedro, meu tão querido companheiro pela escuta, incentivo e cuidado. Sou muito grata pelo que juntos seguimos construindo e sei que a beleza de nossa parceria se faz visível, também, nos trabalhos que desenvolvemos individualmente.

Agradeço muito o gentil tratamento recebido do meu orientador, Vitor Bartoletti Sartori, cuja rigorosidade e seriedade na condução de seu trabalho como pesquisador serão sempre para mim uma referência. Sem contar o carinho e a amizade com os quais desde sempre que fui acolhida.

Agradeço à professora Ester Vaisman e ao professor Leonardo Gomes de Deus por aceitarem compor as bancas de qualificação e apresentação desta dissertação. Sem as considerações e o auxílio que obtive na banca de qualificação jamais conseguiria chegar a este trabalho final.

Agradeço aos amigos pesquisadores que, de várias maneiras, contribuíram para que esse trabalho fosse concluído: Antônio Ugá, Gabriel Machado, Isadora Cardoso, Lavinea Seabra, Marcos Castilho, Marina Lavarini, Rodrigo Righi, Ryan Rosado e Vitória Martins. Agradeço a todos os meus demais amigos pelas figuras dos meus velhos amigos que também fizeram a saborosa e intensa decisão de tornarem-se pesquisadores no Brasil, Dayvison Silva e Luis Gustavo Caetano que seguiram, de longe ou de perto, me acompanhando com muito amor e carinho.

Agradeço aos colegas da Revista Barravento, pelo honesto e democrático espaço de debate sobre os problemas de nosso tempo e do renascimento do marxismo, que certamente também contribui muito para minha formação enquanto pesquisadora.

Agradeço também ao professor Claudinei Cássio de Rezende e a todos os colegas pesquisadores de Lukács que compuseram a mesa em que discutimos parte dos resultados deste trabalho, no I Congresso Internacional Lukács na FFLCH-USP.

Agradeço aos mantenedores dos arquivos *Internationalen Georg-Lukács-Gesellschaft*, *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) e *Marxists International Archive* (MIA) que, com seu trabalho, democratizam o acesso internacional a obras essenciais para a continuidade do trabalho de pesquisa marxista.

Enfim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação pela concessão da bolsa financiadora sem a qual não conseguiria realizar esse projeto.

“Toda ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 2017, p. 880).

“Como ideólogo, considero meu dever expressar profundamente minhas visões. Se estas suscitarem discussão, tanto melhor” (Lukács, 2020c, p. 44).

## RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados de uma investigação quanto ao tratamento da política, por György Lukács, em um conjunto de textos de sua trajetória: os chamados textos políticos tardios. Procuraremos mostrar, a partir da análise imanente desses textos como o filósofo húngaro desenvolve, no final de sua trajetória intelectual, um tratamento específico acerca da política, abordando questões de maior grau de concretude, dadas em relações objetivamente existentes, com desdobramentos os quais cabem intervenções ou resoluções por meio da ação política. Para tanto, observaremos como o tratamento da política pelo último Lukács esteve relacionado aos acontecimentos históricos de seu tempo, notadamente o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a Revolução Húngara de 1956. Ainda que houvesse indícios sólidos quanto à sofisticação do tratamento do último Lukács acerca da política constatamos que se deu, por parte da recepção brasileira das considerações lukácsianas, uma redução da relevância das reflexões políticas do filósofo húngaro. Em oposição a isso tentaremos evidenciar condições específicas através das quais Lukács consegue tratar da política: isto é, com afincamento as tendências reais de desenvolvimento das democracias, a partir de condições concretas do trabalho, com especial atenção ao caso húngaro. Para tanto, analisaremos mais detalhadamente o texto chamado de *Testamento Político*, de 1971, último ano de vida do filósofo. Este texto permitirá que se aponte como, longe de se desvencilhar das considerações filosóficas de sua *Ontologia*, Lukács é capaz de abordar, através da política, como há uma relação entre as ações dos indivíduos, com seus pores teleológicos singulares e o momento real do desenvolvimento social. A partir desse ponto será possível visualizar como, no *Testamento Político*, Lukács estabelece uma estreita e sofisticada relação entre trabalho, cultura, política e esferas da produção, a partir de posições concretas de democratização na vida cotidiana.

**Palavras-chave:** György Lukács; política; testamento político; ontologia do ser social.

## ABSTRACT

This work presents the results of an investigation into György Lukács's treatment of politics in a set of texts from his trajectory: the so-called late political texts. Through immanent analysis of these texts, we seek to show how the Hungarian philosopher develops, at the end of his intellectual trajectory, a specific treatment of politics, addressing issues of greater concreteness, given in objectively existing relations, with developments that require interventions or resolutions through political action. To this end, we will observe how the late Lukács's treatment of politics was related to the historical events of his time, notably the 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union (CPSU) and the Hungarian Revolution of 1956. Although there was solid evidence of the sophistication of the late Lukács's treatment of politics, we find that the Brazilian reception of Lukácsian thought reduced the relevance of the Hungarian philosopher's political reflections. In opposition to this, we will attempt to highlight the specific conditions through which Lukács manages to address politics: that is, with close attention to the real tendencies of democratic development, based on concrete conditions of labor, with special attention to the Hungarian case. To this end, we will analyze in greater detail the text known as the Political Testament, from 1971, the last year of the philosopher's life. This text will allow us to demonstrate how, far from detaching himself from the philosophical considerations of his Ontology, Lukács is able to address, through politics, the relationship between individuals' actions, with their singular teleological positings, and the real moment of social development. From this point, it will be possible to visualize how, in the Political Testament, Lukács establishes a close and sophisticated relationship between labor, culture, politics, and spheres of production, based on concrete positions of democratization in everyday life.

**Keywords:** György Lukács; politics; political testament; ontology of social being.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MDP	Magyar Dolgozók Pártja
MKP	Magyarországi Szociáldemokrata Párt
NEP	Nova Política Econômica
NKVD	Narodniy Komissariat Vnutrennikh Del
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCI	Partito Comunista Italiano
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PZPR	Polska Zjednoczona Partia Robotnicza

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 O CONTEXTO DE PUBLICAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES TARDIAS DE LUKÁCS ACERCA DA POLÍTICA.....</b>	<b>20</b>
2.1 O XX CONGRESSO DO PCUS: LUKÁCS APONTA LIMITAÇÕES DO “CULTO À PERSONALIDADE” .....	22
2.1.1 Repercussões econômicas do stalinismo: industrialização, planificação e burocratização.....	30
2.2 A REVOLUÇÃO HÚNGARA DE 1956.....	37
<b>3 COMENTÁRIO ACERCA DA RECEPÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE LUKÁCS NO BRASIL.....</b>	<b>48</b>
<b>4 O TESTAMENTO POLÍTICO: COMENTÁRIOS SOBRE O TEXTO E ASPECTOS DE TRADUÇÃO.....</b>	<b>54</b>
4.1 DEMOCRATIZAÇÃO, POSSIBILIDADE DE ESCOLHA E SINDICATOS: A POLÍTICA EM LUKÁCS PARA ALÉM DE UMA SIMPLES DERIVAÇÃO DO TRABALHO.....	58
4.2 NÃO HÁ CULTURA AUTÔNOMA: POLÍTICA CULTURAL E TRABALHO BEM FEITO.....	68
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A etapa tardia da produção teórica de György Lukács (1885–1971) — que o próprio filósofo magiar declarou ser o momento do começo de sua “verdadeira obra”, iniciada aos setenta anos (Lukács, 2020d)<sup>1</sup> — costuma ser reconhecida em dois escritos considerados obras sínteses (Tertulian, 2008, p.15): a *Estética* (1962), e *Para uma Ontologia do Ser Social* (1968-1969)<sup>2</sup>. Tal deferência a estas duas últimas grandes obras<sup>3</sup> não pode ser vista como sem motivo, uma vez que são notadamente marcos contrários às deformações stalinistas do marxismo, as quais possibilitaram um debate qualificado acerca do renascimento do legado de Marx no século XX, motivo pelo qual tais textos seguiram impactando o debate marxista do século seguinte.

Entretanto, o final da vida — ou a fase madura — do então octogenário militante ainda reserva um extenso material para além destas duas grandes obras sínteses, considerando que o filósofo, até muito próximo de sua morte, concedeu entrevistas e dialogava com convidados em uma casa, em meio a uma floresta próxima à Budapeste (Lukács, 2020b) — contribuindo, desse modo, para que muito do seu pensamento mais tardio pudesse ser registrado.

Justamente ao observar os últimos anos de atividade intelectual do filósofo húngaro é possível notar como o tratamento de questões da práxis política, por Lukács, ganha corpo e volume em uma série de “pequenos” registros, com elaborações muito específicas e notadamente mais explícitas acerca da política. Isto é, estamos falando como o final da vida de György Lukács é marcado, para além de sua *Ontologia* e sua *Estética*, por uma série de escritos ou transcrições como: *Carta sobre o stalinismo* ou *Carta a Alberto Carocci: reflexões sobre o culto a Stalin* (1962-1963), *Contribuição ao Debate entre a China e a União Soviética* (1963), *A reforma econômica da Hungria e os problemas da Democracia Socialista* (1966), *Lukács: retorno ao concreto* (1966), *Problemas da Coexistência cultural* (1967), *O*

---

<sup>1</sup> “Até 1930, todos os meus escritos consistiram em experiências intelectuais. Depois foram esboços preparativos. Ainda que ultrapassado, esses escritos serviram de estímulos a outros” (Lukács, 2020d, p.29-30, grifo nosso)”

<sup>2</sup> Consideraremos também como A Estética, *Introdução a uma estética marxista* (1956) e como Ontologia, *Para uma Ontologia do Ser Social* volumes I e II.

<sup>3</sup> Sabemos que as deferências à obra de Lukács não se restringem ao período tardio. Deve ser destacado que por nós não é ignorado, no momento em que destacamos o reconhecimento tardio do magiar, o reconhecimento de György Lukács por meio de outras obras de sua trajetória, principalmente *História e Consciência de Classe* (1923). Acerca das diferentes recepções de Lukács por meio de suas obras, Infranca (2013, p. 95), nos auxilia: “Antes de tudo, é preciso recordar que a cultura anglo-saxônica e aquela latino-americana são praticamente as únicas que hoje se interessam pelo pensamento de György Lukács, com notáveis diferenças entre as duas [...]. A maior diferença é que na cultura anglo-saxônica o interesse por Lukács é concentrado principalmente na *História e Consciência de Classe* mais do que em outros textos fundamentais, como a *Estética* e as obras juvenis. Na cultura hispânica, sobretudo nos últimos anos, está surgindo um forte e radical interesse sobre a *Ontologia do Ser Social*”.

*processo de democratização* (1968), *Democracia burguesa, democracia socialista e outras questões* (1968), *Todos os dogmatistas são derrotistas* (1968), *Marxismo na coexistência* (1968), *Democracia burguesa, democracia socialista e outras questões* (1968), *Para Além de Stalin* (1969), *A cultura e a República dos Conselhos* (1969), *A Alemanha, uma nação de desenvolvimento tardio?* (1969), *A nova direção econômica e a cultura socialista* (1969), *A cultura e a república dos conselhos* (1969), *Lênin: teórico da prática* (1970), *O sistema de conselhos é inevitável* (1970). Somente o ano de 1971, em que o filósofo húngaro faleceu, em decorrência das consequências de um câncer de pulmão, têm-se uma série de registros de suas últimas considerações: *Testamento Político* (janeiro de 1971); *Apelo de Lukács contra o processo de Angela Davis* (janeiro de 1971); *Pensamento Vivido: uma autobiografia em diálogo* (primeiro semestre de 1971); *Entrevista com Györg Lukács por Perry Anderson via New Left Review*; *Uma herança em comum [julgamento sobre PCI, Gramsci e Togliatti]* e *A última entrevista de Lukács* (abril de 1971).

Nosso intuito, neste trabalho, é iniciar a análise desses escritos que chamaremos de textos políticos tardios<sup>4</sup>, com atenção, no fim, às especificidades de um deles: o *Testamento Político*, de 1971. Procederemos dessa forma já que consideramos existir, no final do itinerário intelectual de Lukács, um diferente tratamento feito pelo magiar, em sua fase madura, acerca da política. Tal tratamento deve chamar atenção por abordar questões de maior grau de concretude, dadas em relações concretas, objetivamente existentes, com desdobramento em dilemas e problemas aos quais cabem intervenções ou resoluções por meio da prática política. O que, como deve ser sabido, é diferente do tratamento majoritário das questões políticas tanto em *A Estética* quanto em *Para uma Ontologia Social*.<sup>5</sup>

Embora exista uma relação entre a abordagem lukácsiana da política em *Para uma Ontologia do Ser Social* — especialmente no que concerne à relação entre politicidade e generidade (cf. Vaisman; Fortes 2014; Rezende, 2015) — e alguns textos políticos tardios, principalmente *O Processo de Democratização* (1968), parece-nos que há diferenças de abordagem entre produções lukácsianas contemporâneas que devem ser observadas.

Não era possível garantir, já de início, que o conteúdo desses textos políticos tardios revelaria algo essencialmente novo na trajetória intelectual de Lukács. Entretanto, chamava atenção como, à medida que nossa investigação avançava, algo parecia desproporcional.

---

<sup>4</sup> Destacamos aqui que a alcunha “textos políticos” para se referir a parte da obra de Lukács já constava em Brandão (2021); Coutinho e Netto (2008) e Vaisman e Fortes (2014). Entretanto, adicionamos o adjetivo “tardios” considerando que há, também, em períodos anteriores na vida de Lukács textos dedicados à temática da política de modo semelhante. Ainda nessa introdução do trabalho, debateremos o período que por nós será reconhecido como tardio.

<sup>5</sup> Para o tratamento e as questões da politicidade na Ontologia, Cf. Rezende, 2015; Vaisman; Fortes, 2014

Noutros termos, considerando que a certa altura da vida Lukács já havia escrito obras de notável sofisticação filosófica, não estava exatamente claro como um grupo de textos da obra lukácsiana permanecia sob certo grau de obscuridade. Assim, ao encontramos indicativos sólidos de que havia um debate frutífero a ser desenvolvido (Fortes, 2015; Sartori, 2016) e, especialmente, através do texto *A Politicidade no Pensamento Tardio de György Lukács*, de Vaisman e Fortes (2014), reforçamos nossas investigações e nos deparamos com o complexo contexto histórico da metade do século XX – que envolvia tanto a gênese, o período de confecção dos últimos escritos de Lukács como, também, o período da recepção, no Brasil, desses chamados textos políticos tardios lukácsianos.

Para que possamos abordar a maneira pela qual optamos por expor os resultados de nossa pesquisa, faz-se necessário que tornemos mais nítido o que tomaremos, neste trabalho, como *período tardio* para avaliarmos os textos políticos do filósofo húngaro.

Na segunda parte de seu texto *Meu Caminho para Marx*, redigida em 1957, Lukács apresenta seu itinerário intelectual em três momentos distintos, conforme contatos estabelecidos com a obra Marx, sendo sua *História e Consciência de Classe* (1923)<sup>6</sup> o marco de transição definitivo para o terceiro, mais profícuo e último contato com o filósofo alemão:

As revoluções de 1917 e 1918 surpreenderam-me em meio a essa fermentação ideológica. Depois de breve hesitação, ingressei, em 1918, no Partido Comunista húngaro e, desde então, permaneço nas fileiras do movimento revolucionário operário. O trabalho prático logo me obrigou a dedicar-me aos escritos econômicos de Marx, a um estudo mais profundo da história, da história econômica, da história do movimento operário etc., compelindo-me assim a uma revisão contínua dos fundamentos filosóficos. Contudo, esta luta para me apropriar da dialética marxista foi longa. As experiências da revolução húngara revelaram-me muito claramente a fragilidade de toda teoria de orientação sindicalista (papel do partido na revolução), mas sobreviveu em mim por anos um subjetivismo ultra-esquerdista (minhas posições no debate sobre o parlamentarismo, 1920, e sobre a ação de março, 1921). Tudo isto me impedia, sobretudo, de compreender verdadeira e rigorosamente a dimensão materialista da dialética no seu significado filosófico mais abrangente. *Meu livro História e consciência de classe (1923) mostra nitidamente este período de transição.* Malgrado a tentativa, agora consciente, de "superar" Hegel em nome de Marx, problemas decisivos da dialética foram resolvidos de modo idealista (dialética da natureza, teoria do reflexo etc.). A teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo, à qual ainda me vinculava, mesclava-se inorganicamente com um ativismo subjetivista ultra-esquerdista. *Tão-somente a íntima adesão ao movimento operário, devida a uma atividade de muitos anos, e a possibilidade de estudar as obras de Lenin e de compreender, pouco a pouco, a sua fundamental importância, abriram caminho ao terceiro período do meu contato com Marx.* Somente então, depois de quase uma década de atividade prática e de mais de uma década de esforços intelectuais para compreender Marx, o caráter totalizador e unitário da dialética materialista tornou-se concretamente claro para mim. Mas esta clareza

---

<sup>6</sup> “Durante muito tempo procurei minha verdadeira via. Fui idealista, depois hegeliano. Em História e consciência de classe, tentei ser marxista. Durante muitos anos, fui funcionário do Partido Comunista, em Moscou. Pude reler de Homero a [Maksim] Górkí. Até 1930, todos os meus escritos consistiram em experiências intelectuais. Depois foram esboços e preparativos. Ainda que ultrapassados, esses escritos serviram de estímulo a outros” (Lukács, 2020d, p. 29-30).

trouxe consigo, também, o reconhecimento de que o verdadeiro estudo do marxismo só agora pôde iniciar-se e não pode mais ser interrompido (Lukács, 2008b, p. 40-41, grifo nosso).

Com isso conseguimos notar um modo pelo qual o próprio Lukács sinalizou enxergar uma última fase de sua vida após, tanto os primeiros anos de estudo do marxismo marcados por um neokantismo e um idealismo subjetivista (“como se a realidade pudesse ser definida somente considerando-a simplesmente como uma categoria imanente da consciência” [Lukács, 2008b]), quanto um segundo momento no qual, ainda que houvesse a influência positiva do ingresso no Partido Comunista Húngaro em 1918, para Lukács ainda havia um “subjetivismo ultra-esquerdista” – razão pela qual, mesmo que tentasse superar “Hegel em nome de Marx”, problemas decisivos da dialética só haviam sido resolvidos por uma via idealista (Lukács, 2008b, p. 40).

Não debateremos aqui, propriamente, como Lukács considera ter feito, após esse segundo momento, uma espécie de acerto de contas com a compreensão filosófica das relações Hegel-Marx, Feuerbach-Marx e Marx-Lenin. Entretanto, deve-se notar o modo como o húngaro decide traçar como sendo seu último momento de encontro com Marx em seu itinerário intelectual (algo que só pôde ser descrito em 1957, no melhor do espírito *post festum*) os anos 1930 – nos quais ocorre o encontro com obras fundamentais do jovem Marx, especialmente os *Manuscritos econômico-filosóficos* e, também, de Lênin, notadamente os *Cadernos filosóficos*. Neste período, também conhecido pelo exílio em Moscou, é Lukács, ao acessar os *Manuscritos* no Instituto Marx-Engels com auxílio de Riazanov<sup>7</sup>, quem crava: “a leitura desses manuscritos mudou toda a minha relação com o marxismo e transformou minha perspectiva filosófica” (Lukács, 1981, p. 49).

Não pretendemos fazer algo como um projeto esquemático da obra de Lukács ou, também, uma imputação de adjetivos aos períodos da trajetória do filósofo em oposição às próprias letras de escritos lukácsianos. O que pretendíamos, ao investigar como o próprio Lukács exprimia juízos acerca de sua trajetória, era tentar entender de qual modo aquela série de textos ou transcrições menores, que havíamos localizado no final da vida do filósofo, relacionavam-se ao conjunto de toda obra lukácsiana. Desse modo, após reconhecermos o impacto da década de 1930, saltou-nos aos olhos como Lukács, ainda que imbuído do espírito de rejeitar divisões estritas de sua obra, destacava, também, o ano de 1956 como relevante em sua trajetória. Com auxílio de Tertulian (2021, p. 93, grifo nosso) vemos a reação de Lukács a

---

<sup>7</sup> David Riazanov, arquivista fundador do Instituto Marx-Engels, o dirigia à altura de 1930, quando Lukács esteve em Moscou. Foi executado em 1938 pelo regime stalinista.

um relato feito por Frank Benseler, seu então editor, de que lhe haviam imputado uma degradação de pensamento pela proximidade a Stálin:

Em abril de 1961, Frank Benseler, seu editor, enviou-lhe o prefácio que Peter Ludz escreveu para uma coletânea de textos seus. Sociólogo e politólogo alemão, autor de duas outras antologias de textos de Lukács, Ludz afirmava em seu prefácio que o filósofo, durante o exílio na União Soviética, havia se sacrificado temporariamente à “degradação do pensamento teórico marxiano por Stalin”. Lukács rejeita energicamente essa asserção como “falsa”. *E, um dado bastante significativo, ele recusa a periodização de sua atividade proposta por Ludz, que distinguia um quarto e um quinto períodos para estabelecer uma clivagem, melhor dizendo, uma oposição entre o período de 1930-1955 e o seguinte.* Não há nenhuma razão, explicou ele a Frank Benseler, para fazer “uma distinção de princípio” entre os escritos desses dois períodos, que compartilhavam do mesmo espírito. *A única diferença era, segundo ele, que após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), ele pôde expressar abertamente ideias que antes era obrigado a transcrever em linguagem cifrada* (Tertulian, 2021, p. 93, grifo nosso).

Estávamos, agora, diante de um período de fato mais próximo ao período da incidência dos textos que despertaram a nossa atenção na trajetória de Lukács. Não seríamos, propriamente, os primeiros a elaborar a relevância do ano de 1956 para a obra lukácsiana. Nem mesmo seríamos os primeiros a detectar uma relação entre a relevância desse momento mais tardio e uma espécie de inclinação lukácsiana ao debate da política no final de sua vida. José Paulo Netto (2008) e Coutinho (2008, p. 33) já haviam atribuído a 1956 o início daquilo que seria o terceiro e último período da produção “mais especificamente política de Lukács, ou seja, o período que vai da denúncia de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, realizado em 1956, até a morte do filósofo, ocorrida em 1971”. José Paulo Netto afirma que no “pós-56 [encontra-se a] concepção política madura de Lukács” (Netto, 2008, p. 8) e, nesse sentido seria

legítimo afirmar que, no pós-56, o filósofo chega ao estágio culminante da sua reflexão política, configurador do terceiro momento a que aludimos: a democracia defendida por ele, e qualificada como socialista, propõe-se como a via para a reconversão das sociedades soviética e do Leste em formações societárias compatíveis com o projeto emancipador que animou o pensamento marxiano e marxista antes da sua perversão pelo dogmatismo e pelo sectarismo (Netto, 2008, p. 19)

Entretanto se o parâmetro fosse, justamente, agrupar o que seriam as últimas considerações lukácsianas sobre a política, considerando proposições sobre democracia, a referência a um pensamento político tardio poderia ir, também, por exemplo, ao ano de 1946 em que o magiar produz *A Visão Do Mundo Aristocrática e Democrática* ou ao ano de 1947, em que há o *Literatura e Democracia*. Nesse sentido estaríamos diante um espécie de “pós-1945”, em que Lukács retorna à Hungria libertada e empenhado no debate acerca de uma nova democracia, atua no Conselho Nacional da Frente Popular ou Conselho Nacional da

Frente Popular Patriótica colocando-se, novamente com mais intensidade, no debate político. Como o mesmo Netto (2008, p. 45) afirmou, depois da guerra, ao retornar à Hungria, Lukács considera possível “uma aliança de todas as forças democráticas, socialistas e burguesas, contra a reação”, o que efetivamente não se concretizou com o fim da União Soviética.

Portanto, é impossível que a atribuição da alcunha de “textos políticos” a uma parte final da trajetória do magiar soasse como se essa temática não houvesse sido abordada com relevância por Lukács durante toda sua vida. Isto é, uma análise que se pretenda cuidadosa demonstrará que o tema da política sempre esteve presente na trajetória intelectual do húngaro, ainda que por sucessivas vezes Lukács tenha enfrentado várias ameaças e violências por seus posicionamentos. Em outros termos, desde o início do século XX Lukács respondeu publicamente pelo tratamento que conferia à política (e na maioria das vezes, mais especificamente, às questões democráticas) a começar na proposição, em 1928, das *Teses de Blum*.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950 o mesmo ocorreu. Ainda que o filósofo tenha afirmado ter se afastado, após a condenação das *Teses de Blum*, em 1928, “da política em sentido estrito, a fim de trabalhar exclusivamente no campo ideológico” (Lukács, 2008d, p. 209-210), é possível localizar na atividade de Lukács no campo da crítica literária esforços para tratar da relação entre aspectos estéticos e as determinações histórico-concretas da época, com atenção, inclusive, para a relação entre as questões crítico-estéticas e o movimento revolucionário prático (Cf. Hess; Alves, 2023). Além do mais, somam-se ao cenário desse período diversas ocasiões nas quais Lukács, “admirador do realismo, crítico da vanguarda e defensor do realismo socialista” (Tertulian, 2021, p. 95), opôs-se a aspectos da política cultural stalinista (cf. Araújo, 2020) – também conhecida pelo nome de *jdánovismo*<sup>8</sup>. Logo, não se pode ignorar a estreita relação entre a atividade crítica-literária de Lukács e suas considerações políticas.

Desse modo, para destacar e observar com mais detalhes parte da produção intelectual de György Lukács é importante ressaltar que qualquer olhar sobre uma periodização ou um recorte da extensa produção do filósofo não pode ser sinônimo de uma separação estanque entre qualquer que seja a temática abordada pelo húngaro – no nosso caso, a política. Isso

---

<sup>8</sup> Com o auxílio de Mészáros (2018 p. 169): “Jdanovismo é o termo utilizado para referenciar a política cultural stalinista, especialmente a partir da evocação de "realismo socialista. É declinação do antropônimo Andrej Jdanov (1896-1948), comissário de Stalin que ingressou no partido antes da Revolução Russa de 1917 e passou à direção em 1934, em Leningrado. Foi o grande propagador da estética soviética que tomou corpo nos anos 1930 e se fortaleceu nas duas décadas seguintes. O jdanovismo não se limitava à censura, procurava estabelecer um critério estético e artístico para o mundo, reduzindo a arte a esquematismos didáticos e ideológicos, além de perseguir artistas das mais diversas estaturas”

porque, como o próprio autor trata em sua *Ontologia*, há uma indissociabilidade das esferas do ser social e qualquer observação pouco rigorosa acerca dessa complexa relação pode gerar uma grave incompreensão tanto da realidade efetiva quanto da obra lukácsiana. Quer dizer, existem diferenças internas entre as obras e os períodos – reconhecidas pelo próprio autor, inclusive – mas é impossível sugerir que a preocupação com certos temas deixem de existir ou surjam instantaneamente na trajetória intelectual do filósofo húngaro.

Por essa razão é necessário deixar claro que não é nosso intuito definir um período específico a partir do qual se estaria “efetivamente” diante do que seriam textos políticos de Lukács. Não é possível, ao apontarmos uma espécie de Lukács da maturidade, fazer algo como uma segmentação ou um corte epistemológico da obra do magiar. Não pretendemos setorizar ou fragmentar a obra lukácsiana, mas tão somente delimitar um período a ser mais detidamente analisado, considerando, justamente, que a problemática da política em diversos períodos atravessou o trabalho lukácsiano.

Isto posto, parecia inegável como a segunda metade da década de 1950 havia marcado um período de maior liberdade e disponibilidade política para aqueles que decidiram opor-se internamente ao regime stalinista, como o caso de Lukács<sup>9</sup>. Sabemos que não é possível tomar o ativismo ou o posicionamento político de Lukács como sinônimo estrito de toda sua teorização política. Entretanto, é possível apontar que, tanto a abertura política minimamente ocorrida após a morte de Josef Stálin em 1953 quanto a consequente tentativa, pelo movimento comunista internacional, de pôr em prática um acerto de contas com o legado stalinista foram, propriamente, objeto do retorno à apreciação teórica da política por Lukács. Em diversas ocasiões Lukács remonta à importância do ano 1956 e, mais especificamente, do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Como veremos, a apreciação dessas ocorrências está relacionada ao que Lukács considera relevante observar, através da política, nos seus mais tardios registros: isto é, como se colocam os conflitos daquela sociedade à medida em que iam se colocando nas relações objetivamente existentes.

Com a modificação do cenário histórico Lukács, que pouco antes se esquivara, explicitamente, de dar declarações de caráter político<sup>10</sup>, irá até o fim de sua vida decidido a

<sup>9</sup> Para Tertulian (2021, p. 97) é possível partir do pressuposto, dito pelo próprio Lukács, de que o autor de *Para uma Ontologia do Ser Social* “era objetivamente um adversário dos métodos stalinistas, mesmo quando [...] ainda acreditava apoiar Stalin”. Isso não impede, entretanto, que reconheçamos, junto com Tertulian, (2019, p. 120) “que o filósofo não questionou abertamente o stalinismo até o verão de 1956, poucos meses após o XX Congresso do PCUS. É um fato.” Justamente por essa razão consideramos necessário retornar aos textos políticos tardios, reconhecendo a relevância deste material no período último da vida do húngaro.

<sup>10</sup> “Perguntamos, novamente, se o boato que circula em Budapeste, sobre a possibilidade de uma declaração política sua, é verdadeiro. Lukács nega, mas acrescenta que, claro, não é que ele não queira mais falar sobre política. Por enquanto, porém, ele pretende se dedicar ao seu ensaio sobre estética e, antes de tudo, arrumar esta ‘Schweinestall’, esta ‘baia de porcos’, como ele jocosamente chama seu escritório e sua escrivaninha, na qual se

comentar explicitamente sobre aspectos da política. Como Lukács trata no pós-escrito de 1957 de seu “*Meu caminho para Marx*”, após 1956 “os problemas foram discutidos abertamente, a opinião pública científica começou a exprimir-se mais ou menos claramente” (Lukács, 2008b, p.49) e o filósofo, neste momento, retorna, publicamente, na cena política:

em junho [de 1956], pronuncia no "Círculo Petöfi" a conferência *A luta entre progresso e reação na cultura contemporânea* e, juntamente com Tibor Déry, Giulia Illiés e István Mészáros, lança a revista *Esmalte* (Tomada de consciência). De junho a novembro, seu ativismo parece juvenil: participa do processo de refundação do Partido e torna-se Ministro da Cultura do efêmero governo Nály, cargo a que renuncia quando este propõe a retirada da Hungria do Pacto de Varsóvia (Netto, 2008, p. 18).

Para melhor compreendermos como Lukács esteve inserido e, também, como escreveu acerca e durante o processo histórico levado a cabo após a morte de Stálin, reputamos necessário dividir nossa exposição, após a *Introdução*, em um segundo capítulo dividido em dois tópicos: primeiro um tópico sobre o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética; já o segundo tratará considerações sobre as repercussões da morte de Stálin na Hungria, que atingem seu ápice na Revolução Húngara de 1956.

Nossa tentativa, ao expor algumas condições históricas do Congresso e da Revolução em questão, não é outra se não a de apresentar as condições da conjuntura extremamente vinculadas aos juízos de Lukács acerca da política em seus últimos anos – tornando mais nítidas as expressões lukácsianas presentes no *Testamento Político* (e em outros textos políticos tardios) mediante o estabelecimento de sua relação com os fatos históricos.

À medida que nossa investigação avançava e entrávamos em contato com a recepção, no Brasil, dos textos lukácsianos, percebemos que ocorreram algumas reduções do pensamento lukácsiano acerca da política – relacionadas muitas vezes às especificidades da política no contexto histórico do Brasil, tanto o contexto do golpe cívico-militar de 1964 quanto a posterior ocorrência de uma redemocratização. Também estimamos ser necessário construir um capítulo, o terceiro, para tratarmos do contexto de recepção dos textos de Lukács no Brasil, considerando algumas abordagens de intérpretes nacionais as quais, insuficientes aos nossos olhos, podem ter contribuído um não-reconhecimento de toda a complexidade dos escritos políticos de Lukács.

Portanto, o anseio de investigar cuidadosamente o tratamento conferido por Lukács à política no final de sua vida parte da observação de que a dedicação do filósofo à análise dos fenômenos ideológicos inclui um tratamento específico de questões acerca da política, ainda

---

empilham novos livros publicados nos últimos meses, maços de jornais, do Contemporâneo ao *Frankfurter Allgemeine*, revistas incluindo *Les Temps Modernes de Sartre*, e então um grande número de cartas e telegramas que devem ter chegado nestas mesmas horas” (Segre, 1957, [n.p]).

pouco sistematizado no Brasil<sup>11</sup>. É impossível que o tratamento da política não seja considerado um tópico decisivo na altura final da vida de Lukács, uma vez que o filósofo considerou necessário até mesmo interromper a escrita do grande projeto de sua maturidade intelectual, a *Ontologia*<sup>12</sup>, para dedicar-se a questões da política:

*O velho filósofo considerava o texto sobre a democracia tão importante que, para concluí-lo, interrompeu seu trabalho na Ontologia do ser social, no qual esteve empenhado até o fim da vida. Com efeito, numa carta de 2 de setembro de 1968, endereçada a seu editor alemão Frank Benseler, que lhe pedia notícias sobre a Ontologia, Lukács afirma estar pensando "em escrever um amplo ensaio sobre os problemas ontológico-sociais da democratização (em ambos os sistemas)". Em 23 de setembro, é ainda mais explícito: "No momento, ainda não estou trabalhando na revisão da Ontologia porque quero ver se sou capaz de formular a questão da democracia para uma publicação menor (Coutinho, 2008, p. 34, grifo nosso).*

Essa publicação menor, que no Brasil foi chamada de *O Processo de Democratização*<sup>13</sup>, chegou a ser, por vezes, considerada uma espécie de *complemento político da Ontologia do Ser Social* (Infranca, 2020). No entanto, o termo *complemento*, quando usado em relação à *Ontologia*, só poderá indicar uma abordagem diferente que a política assume neste texto menor – em semelhança, inclusive, a outros textos políticos tardios. Não faremos aqui, propriamente, o debate sobre como as questões políticas são postas na *Ontologia* – de modo que, por vezes, o termo *complemento* pode ter sido usado para a indicar a errada ideia de que a política não houvesse sido tratada na *Ontologia*.

Considerada a natureza e a extensão possível de uma pesquisa de dissertação, escolhemos aprofundar-nos com mais esmero no texto de Lukács que recebeu o nome de *Testamento Político*<sup>14</sup>. Inicialmente, a escolha havia se dado pela compreensão de que esse seria o último registro de uma interlocução com o magiar, o que se mostrou improcedente após a descoberta da intitulada "*A última entrevista de Lukács*" (Lukács, 2020b) de abril de 1971.

---

<sup>11</sup> À nossa vista parece que, acerca da política em Lukács, no debate produzido nas universidades no Brasil, houve o predomínio das discussões acerca do tratamento lukácsiano da *democracia*. Não reputamos ser esse um tema de menor importância, muito pelo contrário. Entretanto, entendemos que antes de discutirmos as questões da democracia no Lukács tardio era necessário fazermos um acerto de contas com o tratamento da política pelo húngaro. Sabemos que ainda faltam, em nossa análise, para além da atenção a outros textos políticos tardios, considerações mais aprofundadas sobre a política na *Ontologia* e, a esse problema, dedicaremos as nossas próximas etapas da pesquisa.

<sup>12</sup> Para Tertulian (2019), por exemplo, os *Prolegômenos Para Uma Ontologia Do Ser Social* seriam, por sua vez, o *testamento filosófico* de Lukács.

<sup>13</sup> O título original deste texto é *Demokratisierung heute und morgen* (em tradução literal para o português Democratização hoje e amanhã). No Brasil o texto recebeu o nome de *O processo de democratização*, em semelhança a versão em inglês, *The process of democratization* (State University of New York Press, 1991). Em italiano, língua do local escolhido a dedo por Lukács para que ocorressem as primeiras distribuições do texto, o título é *L'uomo e la democrazia* (O homem e a democracia, em tradução literal para o português). A primeira versão do texto só foi publicada na Hungria em 1985, quase quinze anos após sua redação.

<sup>14</sup> Publicação original: *Lukács György politikai végrendelete*, in: *Társadalmi Szemle*, n. 4, p. 63-89. 1990.

Ainda que esse não seja, de fato, o último registro de uma interlocução com o autor magiar, insistimos no escrutínio desse texto por dois motivos: primeiro, devido à designação como um “testamento” de Lukács, o que nos chamou atenção e parecia conferir a esse registro um valor e uma relevância específica; já o segundo motivo se deu pela extensão e densidade do escrito, superiores aos demais textos do ano de 1971, permitindo o que parecia ser uma maior apreensão das considerações de Lukács acerca da política.

Para efetuar a análise do texto apresentado aqui como centro de nossos estudos, qual seja, o *Testamento Político*, empregamos a chamada análise imanente ou estrutural dos textos (Chasin, 2009)<sup>15</sup>. Tal análise enquanto procedimento investigativo pretende encarar o texto, enquanto formação ideal, em sua consistência autossignificativa, buscando assim observar toda a “grade de vetores que [...] conformam [o texto], tanto positivos como negativos: o conjunto de suas afirmações, conexões e suficiências, como também as eventuais lacunas e incongruências que o perfaçam” (Chasin, 2009, p. 25). Isto é, por lacunas, entendemos que algumas limitações podem, de fato, ter ocorrido na trajetória de escrita lukácsiana acerca da política. Entretanto, mesmo as limitações não podem, de modo algum, obstar a detida análise de todos os textos que aqui chamamos de textos políticos tardios, de modo que as considerações de Lukács acerca da política não podem ser reduzidas ao suposto menor número de páginas dedicadas “exclusivamente à política” na *Ontologia*. Portanto, antes de se fazer críticas às considerações lukácsianas acerca da política – o que costumeiramente parece ser feito somente com base na *Ontologia do Ser Social* – é necessário compreender e fazer prova de haver compreendido a real complexidade dos escritos de Lukács no final da vida.

Por análise imanente, é importante ressaltar, não pretendemos fazer apenas uma simples reunião de citações, como se essas se bastassem por si próprias. A tentativa de resgatar a estrutura categorial do *Testamento Político* visa realizar uma análise objetiva da formação ideal do texto e de suas conclusões, atenta ao trinômio gênese, estrutura e função. Ao tratar dos “sistemas ideológicos como objetos científicos” levaremos em conta o modo como as ideias refletem “sempre a racionalidade (ou irracionalidade) concreta de uma dada situação social, de uma dada direção do desenvolvimento histórico” (Lukács, 2020a, p. 11), de modo a restar claro que:

as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças

---

<sup>15</sup> José Chasin (1978, 2009) toma como legado, justamente, a crítica imanente de Lukács enquanto elemento legítimo e indispensável para a exposição e o desmascaramento das reais tendências por trás das exposições filosóficas (Lukács, 2020a). Através desse cuidado com as observações do texto é possível não tomar a razão como algo que para acima do desenvolvimento social de modo apartidário e neutro, mas muito pelo contrário (Lukács, 2020a).

motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever em uma investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles de estruturam e afirmam (Chasin, 1978, p. 77).

Somente assim é possível ocupar-se do objeto, o texto, enquanto “efetividade de uma entificação peculiar” (Chasin, 2009, p. 25). A partir disso é possível evitar tratar o texto pelo que dele foi dito por outros intérpretes, dado que, os escritos “independem para ser discurso [...] dos olhares, mais ou menos destros, pelos quais os analistas se aproximam dele e o abordam” (Chasin, 2009, p. 25). Desse modo, pretendemos que esse trabalho some forças aos demais esforços – individuais e coletivos – de conferir a Lukács a real importância e magnitude de suas contribuições. Em outras palavras, que seja devolvida à Lukács a relevância de um pensador o qual, no constante papel de ideólogo voltado para a construção de um conhecimento científico de rigor permitiu que, por meio de um cuidadoso retorno à Marx, fosse possível alcançar alternativas reais para a superação de grandes contradições que se mostram presentes até os dias de hoje.

## 2 O CONTEXTO DE PUBLICAÇÃO DAS CONSIDERAÇÕES TARDIAS DE LUKÁCS ACERCA DA POLÍTICA

Neste capítulo visamos tratar – ainda que com todas as limitações de um trabalho que não pretende ser, propriamente, historiográfico – de algumas questões da conjuntura histórica que envolviam a publicação do *Testamento Político*. Caberão, neste tratamento, observações sobre momentos históricos da trajetória de György Lukács – muitas vezes escritos e narrados pelo próprio – especialmente a maneira como o filósofo coloca, no final de sua vida, a relação que possuía com o Partido Comunista Húngaro e com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Tanto as condições históricas mais gerais quanto o itinerário biográfico<sup>16</sup> do magiar são considerados necessários na medida em que o desenvolvimento das ideias tardias lukácsianas se dá sob um terreno histórico muito singular: o socialismo após o fim do regime de Josef Stálin.

Não se pode dizer que nosso trabalho está apoiado em uma grande quantidade de trabalhos históricos precedentes. Pois, para além da dificuldade de estarmos tratando, por vezes, de obras em línguas tradicionalmente pouco acessíveis no Brasil – como é o caso do alemão e do magiar – acreditamos que uma história marxista da filosofia ainda é extremamente incipiente e, assim, vários dos estudos que estão disponíveis são considerados insuficientes para os questionamentos que nos interessam. Desse modo, nossa exposição será feita sem a pretensão de realizar algo como uma historiografia completa (Lukács, 2020a), tanto acerca de um período histórico húngaro quanto da União Soviética – mesmo porque não possuímos expertise para tanto, ainda que essas duas tarefas devam ser enfrentadas. Abordaremos as questões históricas na medida necessária para demonstrar que o tratamento histórico é, para os processos de gênese ideológica, algo imprescindível, sem o qual não se pode realizar uma análise rigorosa dos textos lukácsianos.

O que entendemos por tratamento histórico, também é necessário que deixemos claro, não pode ser confundido com um historicismo. Isto porque, como já que sabemos, por vezes, o tratamento das categorias conforme as relações internas de suas determinações essenciais nem sempre coincide com a simples sucessão efetiva na história factual<sup>17</sup> – de modo que não

---

<sup>16</sup> Por atenção à história subjetiva de Lukács esclarecemos que não queremos fazer somente algo como uma “história da personalidade”, uma vez que, como nos auxilia o próprio Lukács: “Tanto os problemas quanto as vias de resolução são colocados à filosofia pelo desenvolvimento das forças produtivas, pelo desenvolvimento social, pelo desdobramento das lutas de classe. Os traços fundamentais e decisivos de qualquer filosofia não podem jamais ser revelados exceto por meio do reconhecimento dessas forças motrizes primárias” (Lukács, 2020a, p. 9)

<sup>17</sup> O por vezes o que é caro a Marx não é, necessariamente, a ordem histórica de aparecimento das categorias econômicas mas, antes, a “relação que têm entre si na moderna sociedade civil-burguesa, e que é exatamente o

podemos apresentar uma compreensão da história como um simples fluxo singular ou como mera sucessão de acontecimentos sociais.

Por outra via, de modo oposto ao historicismo, é impossível que os aspectos históricos sejam ignorados por nós, dando cabo a uma análise logicista ou baseada em uma mera articulação sistemática entre categorias abstratas – servindo-se da historiografia na forma de um conhecimento subordinado, como um pano de fundo decorativo – em uma espécie de desenvolvimento imanente da filosofia:

Quando se pretende estabelecer e compreender as conexões dos problemas filosóficos a partir do assim chamado desenvolvimento imanente da filosofia, chega-se necessariamente à distorção idealista das suas principais conexões, mesmo quando existe por parte dos historiadores o conhecimento necessário ou quando há neles, subjetivamente, a maior boa vontade e empenho para com a objetividade [...] Disso não se deduz de modo algum, como acreditam os vulgarizadores, que se possam negligenciar os problemas puramente filosóficos [...] *É precisamente o caminho que, partindo da vida social, conduz novamente a ela, aquele que confere ao pensamento filosófico a envergadura que lhe é própria e determina sua profundidade, mesmo no sentido estritamente filosófico.* Ademais, trata-se de questão inteiramente secundária saber até que ponto cada pensador está consciente dessa sua posição, dessa sua função histórico-social. Tampouco em filosofia deve-se julgar a intenção, julgam-se fatos – a expressão objetivada do pensamento e sua eficácia historicamente necessária. Todo pensador é, nesse sentido, responsável diante da história pelo conteúdo objetivo de sua filosofia (Lukács, 2020a, p. 10, grifo nosso).

Nesse sentido, como debatemos na *Introdução*, a dificuldade em fazer a determinação do período no qual concentram-se, com mais força, as questões da política em Lukács, também aparece aqui: ao fim e ao cabo até mesmo as experiências políticas da República Soviética da Hungria (1919), nas quais Lukács é Vice-Comissário do Povo para a Cultura e a Educação Popular, influenciam as ponderações políticas mais maduras do húngaro. Logo, no espírito já tratado por nós, de abrir mão, conscientemente, de construir algo como uma história completa (Lukács, 2020a), ao considerarmos como os textos políticos da produção madura de Lukács estão profundamente relacionados, segundo o próprio filósofo<sup>18</sup>, aos impactos do XX Congresso do PCUS, tomaremos esse acontecimento como uma espécie de ponto de partida.

Sabemos que tendências históricas surgem e se transformam, na prática, em ritmos e condições diferentes, de modo que é impossível indicar somente uma data como fator determinante para a apreensão dos fenômenos tão complexos como os quais Lukács esteve

---

inverso do que aparece como sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico” (Marx, 2011, p. 60).

<sup>18</sup> Como mostra, o trecho por nós já citado, Lukács coloca como marco diferenciador de seus trabalhos o XX Congresso: “A única diferença [entre dois períodos da produção de Lukács] era [...] que após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), ele [Lukács] pôde expressar abertamente ideias que antes era obrigado a transcrever em linguagem cifrada (Tertulian, 2021, p. 93, grifo nosso).

inserido no século XX. O que pretendemos, mirando mais cuidadosamente esse momento histórico é, na medida do possível, expor a relevância que o período da queda do regime stalinista possuía na redação dos textos políticos tardios. Isso evitará que se cometam erros ou imprecisões objetivistas e também exageros subjetivistas – ambos incapazes de compreender como os avanços das análises de Lukács não refletem apenas o progresso pessoal do autor mas, em verdade, “aspectos do movimento de reforma do socialismo considerado em sua totalidade: refletem o seu - obviamente muito lento - progresso ideológico (Lukács, 2008d, 212).

## 2.1 O XX CONGRESSO DO PCUS: LUKÁCS APONTA LIMITAÇÕES DO “CULTO À PERSONALIDADE”

As diretivas partidárias (informes e resoluções) oficiais apontavam que o XX Congresso<sup>19</sup> teria ocorrido entre os dias 14 e 25 de fevereiro de 1956, tendo sido dividido, para além de discursos individuais de membros, da seguinte forma: *Informe sobre a Atividade do Comitê Central do PCUS* (N. S. Kruschew); *Resolução do XX Congresso do PCUS Sobre o Informe do Comitê Central*; *Informe sobre as Diretivas do XX Congresso do PCUS para o VI Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Economia Nacional da URSS (1956-1960)* (N.A. Bulgânin); *Diretivas do XX Congresso do PCUS para o IV Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Economia Nacional e Decisões do XX Congresso do PCUS*<sup>20</sup>.

Entretanto, os informes oficiais não guardavam o que de fato viria acontecer: no dia 25 de fevereiro, último dia do Congresso, o então secretário-geral do PCUS, Nikita Sergeyevich Khrushchev, convoca uma sessão extraordinária e lê, somente diante de delegados soviéticos<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Àquela altura as regras do partido designavam o Congresso como o órgão máximo ou supremo de formulação de políticas do PCUS. É possível encontrar todos esses documentos em versões em português graças à seção brasileira do Marxists Internet Archive (MIA). O site faz menção a publicação, em português, de textos do XX Congresso na edição nº 73 (MAR-JUN 1956) da revista Problemas: Revista Mensal de Cultura Política. Nesta edição constariam os Informes, Resoluções e Discursos dos membros efetivos e suplentes do *Presidium* do PCUS, menos o “Relatório Secreto”. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/73/index.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/73/index.htm). Acesso em: out de 2025.

<sup>20</sup> Nesta parte, que chamaremos de “oficial”, isto é, excluído o “Discurso” ou “Relatório” “Secreto”, a única crítica mais contundente dirigida a Stalin no XX Congresso teria sido feita por Anastas I. Mikoyan e referia-se precisamente a simplificação do prognóstico pessimista que Stalin formulou em seu último escrito, *Problemas econômicos do socialismo na URSS* (Marék, 1987, p. 307; Adler, 1989, p. 150). **Nos parece** que Lukács também faz referência a essa obra tanto em *O processo de democratização* (2008c p. 136) quanto em *Carta sobre stalinismo* (1977), em que diz: “na sua última obra econômica, Stálin ‘descobriu’ aquilo que tinha ‘escapado’ a Marx, Engels e Lênin, isto é, que toda formação econômica possui uma ‘lei fundamental’, a qual pode ser sintetizada numa proposição simples”.

<sup>21</sup> “Devemos, com toda a seriedade, considerar a questão do culto ao indivíduo. *Não podemos deixar que este assunto vaze do Partido, especialmente para a imprensa.* É por isso que o estamos analisando aqui, em sessão fechada do Congresso. Devemos conhecer os limites; não devemos dar munição ao inimigo; não devemos lavar a roupa suja diante deles. Creio que os delegados ao Congresso compreenderão e avaliarão adequadamente todas estas propostas” (PCUS, 1956, [n.p.], tradução nossa, grifo nosso).

o assim chamado “discurso” ou “relatório secreto” de Khrushchev – ou sobre o “culto à personalidade” e suas consequências. De acordo com o enunciado pelo partido:

Após a morte de Stalin, o Comitê Central começou a implementar uma política de explicar de forma concisa e consistente que é inadmissível e contrário ao espírito do marxismo-leninismo elevar uma pessoa, transformá-la em um super-homem com características sobrenaturais, semelhantes às de um deus. Tal homem supostamente sabe tudo, vê tudo, pensa por todos, pode fazer tudo e é infalível em seu comportamento. Essa crença sobre um homem, e especificamente sobre Stalin, foi cultivada entre nós por muitos anos [...] *Atualmente, estamos preocupados com uma questão de imensa importância para o Partido, tanto agora quanto no futuro: o crescimento gradual do culto à figura de Stalin, culto esse que, em determinado momento, se tornou a fonte de uma série de perversões extremamente graves e sérias dos princípios do Partido, da democracia partidária e da legalidade revolucionária [...]* Temos de considerar seriamente e analisar corretamente esta questão para que possamos impedir qualquer possibilidade de repetição, de qualquer forma que seja, do que ocorreu durante a vida de Stalin, que absolutamente não tolerava colegialidade na liderança e no trabalho, e que praticava violência brutal, não só contra tudo o que se opunha a ele, mas também contra tudo o que lhe parecia, ao seu caráter caprichoso e despótico, contrário aos seus conceitos (PCUS, 1956, [n.p.], tradução nossa, grifo nosso).

Assim, conforme a diretiva partidária, após a morte de Stálin, o movimento a ser posto em prática por toda a URSS – ainda que por ironia ele tenha sido descrito, literalmente, em um discurso secreto a portas fechadas para poucos membros do partido (cf. Deutscher, 1956) – teria a finalidade de “explicar de forma concisa e consistente” fenômenos como o “método do terror” ou a “política de terror em massa” (PCUS, 1956, [n.p.]) os quais haviam se tornado comuns, para o partido, graças ao culto à figura de Stálin. O movimento de “abolir o culto ao individualismo de forma decisiva” (PCUS, 1956, [n.p.]) deveria ser tomado tanto do “ponto de vista ideológico-teórico quanto do trabalho prático” (PCUS, 1956, [n.p.]) e impactaria as “esferas da história, filosofia, economia e outras ciências, bem como na literatura e nas belas artes” (PCUS, 1956, [n.p.]). É neste cenário, em que parecia possível fazer um enfrentamento aberto às consequências do stalinismo que Lukács encontrou-se profundamente envolvido<sup>22</sup>:

À medida que o predomínio intelectual de Stalin foi reforçado e se enrijeceu em culto à personalidade, a pesquisa marxista degenerou amplamente numa exposição, aplicação e difusão de “verdades definitivas”[...] É desnecessário demonstrar que, sob tal sistema, a vida científica padecia gravemente. Basta apenas sinalizar que as ciências mais importantes do ponto de vista teórico para o desenvolvimento do marxismo, a economia política e a filosofia, foram quase completamente paralisadas [...] Eu não fui, absolutamente, o único a conduzir um ininterrupto combate guerrilheiro contra esse espírito de enrijecimento. Mas, a partir da morte de Stalin e, especialmente, do XX Congresso, esse conjunto de problemas ingressou num

<sup>22</sup> Deve restar muito claro que, no decorrer deste trabalho, no momento que tratamos de parte do combate ao stalinismo – a parte que Lukács esteve profundamente envolvido, diga-se de passagem – como “luta ideológica” não planejamos conferir a esse caráter um juízo de valor negativo, como se o combate lukácsiano ao stalinismo, foosse como “meramente” ideológico e significasse assim, qualquer espécie de defesa intransigente, por Lukács, da URSS.

estágio qualitativamente novo; finalmente, todos esses problemas foram discutidos abertamente, a opinião pública científica começou a exprimir-se mais ou menos claramente (Lukács, 2008b, p. 48-49).

As mazelas impostas pelo stalinismo, ainda que sintetizadas na referência misticista de “culto à personalidade” davam cabo, para além do impacto ideológico – abordado por Lukács como o “predomínio intelectual de Stalin” e o “espírito de enrijecimento” – à decisões econômicas. É a partir dos fundamentos econômicos (relacionados principalmente às guerras e as condições de atraso industrial) que deve ficar claro como o XX Congresso deveria ser entendido apenas como um catalisador (Marek, 1987, p. 308) de todo desenvolvimento histórico complexo. Em outras palavras, “a revelação dos crimes de Stalin destruiu o mito, mas seus fundamentos já haviam sido erodidos há muito tempo” (Marek, 1987, p. 307). A inegável crise ideológica do “culto à personalidade” apontava o enorme rebaixamento das condições econômicas concretas, que repercutiam na seara ideológica – na arte, na filosofia, no direito e na política – daquela sociedade.

Portanto o que o XX Congresso do PCUS decide publicizar, em seus próprios termos, é possível de ser chamado de colapso do stalinismo – algo que só poderia ser adequadamente observado se entendido como fruto de uma processualidade dinâmica e histórica que não começa e sequer termina nas datas do início e do fim do referido Congresso<sup>23</sup>. De modo que, como Lukács aponta em um de seus textos políticos tardios, esse evento não poderia se tornar “uma idéia fragmentária e superficial acerca das origens, do caráter e dos efeitos de um [todo um] período histórico importante” (Lukács, 1977). No trecho a seguir, em um artigo de 1956, Charles D. Kenney – ainda que sob influência de interpretações reducionistas típicas da ciência política – aponta algumas das várias consequências daquilo que recebe o nome de “operação anti-Stalin”, empreendida para além do XX Congresso, seja antes ou depois. Através desse fragmento, observa-se a descrição do desmonte, tanto das acusações do

---

<sup>23</sup> Como mais uma vez o próprio Lukács nos auxilia: Como é óbvio, algo como o colapso do stalinismo não poderá ser jamais a simples consequência de uma deliberação tomada de uma vez por todas, nem mesmo por uma instância que fosse considerada como perfeita no plano ideal” (Lukács, 2008c, p. 187-188)

“complô de médicos”<sup>24</sup> quanto da influência de Lavrenti Pavlovich Beria<sup>25</sup>, que serão aqui tomados, como exemplos de tentativas de fazer frente a ocorrência de métodos persecutórios impetrados pelo stalinismo:

Na verdade, grande parte do brilho havia sido esfregada do ídolo algum tempo antes de os delegados do congresso se reunirem. Dentro de um mês após a morte de Stalin, seu nome praticamente desapareceu da imprensa soviética. Então, no início do verão de 1953, o "complô dos médicos do Kremlin" (principalmente uma "conspiração" de médicos judeus) contra as vidas de altos líderes foi reavaliado como uma "invenção de falsas alegações" pela polícia em geral e Lavrenti P. Beria em particular. Este foi o início da exposição dos complicados complôs e intrigas característicos do regime stalinista, agora não mais uma questão de conjectura, já que os mesmos homens que participaram deles reconheceram candidamente que estavam "involuntariamente" emaranhados no sistema. Um terceiro desenvolvimento pré-congresso foi a libertação de alguns líderes Old Bolshevik sobreviventes de sua longa prisão, enquanto as autoridades se dedicavam a melhorar as condições nos "campos de trabalho forçado" em geral. Assim, antes do congresso, uma operação anti-Stalin estava em andamento, mas os observadores não suspeitaram que o ataque seria levado a uma refutação quase aberta de alguns dos preceitos mais fundamentais do stalinismo (Kenney, 1956, p. 767).

Aqui é necessário que lembremos das perseguições às quais o próprio Lukács esteve submetido. Para além dos entreveros que geram impedimentos ou atrasos nas publicações de seus escritos e entrevistas – observemos a distância entre a confecção e a publicação do próprio *Testamento* –, em 1941 Lukács foi preso pela polícia política stalinista e foi solto apenas após alguns meses, graças à intercessão de Dimitrov<sup>26</sup>, então o máximo dirigente da *Comintern*.

---

<sup>24</sup> O “caso dos médicos conspiradores” ou o “complô dos médicos do Kremlin” foi o processo que redundou na condenação de médicos russos, com base, inicialmente em uma denúncia (posteriormente tida como caluniosa no Discurso Secreto do XX Congresso) da médica Lidiya Timashuk. Segundo o Discurso secreto do XX Congresso (PCUS, 1956, [n.p.]), Timashuk “provavelmente foi influenciada ou recebeu ordens de alguém (afinal, ela era uma colaboradora não oficial dos órgãos de segurança do Estado) para escrever uma carta a Stálin na qual declarava que os médicos estavam aplicando métodos supostamente inadequados de tratamento médico” em membros do partido e/ou pessoas próximas à Stálin. A partir dessa denúncia Stalin teria chegado à “conclusão imediata de que havia médicos conspiradores na União Soviética” e “ordenou a prisão de um grupo de eminentes especialistas médicos soviéticos [tendo, Stálin, dado] conselhos sobre a condução da investigação e o método de interrogatório dos presos. [Stálin] Disse que o acadêmico Vinogradov deveria ser acorrentado e que outro [dos supostos conspiradores] deveria ser espancado” (PCUS, 1956).

<sup>25</sup> Lavrenti Pavlovich Beria foi um político soviético, membro do Politburo, Vice-Presidente do Conselho de Ministros da União Soviética (PCUS, 1956, [n.p.]) e chefe do Comissariado do Povo para Assuntos Internos (NKVD, fundado em 1934) de 1938 a 1946. Foi executado pelo regime em dezembro de 1953. De acordo com Khrushchev (PCUS, 1956, [n.p.]): “Quando Stalin ordenava a prisão de alguém, era preciso aceitar, por fê, que essa pessoa era um ‘inimigo do povo’. Enquanto isso, a quadrilha de Beria, que controlava os órgãos de segurança do Estado, se superava na comprovação da culpa dos presos e na veracidade de provas falsificadas. Beria é exonerado de todos os cargos, expulso do partido e preso em junho de 1953.

<sup>26</sup> Georgi Mikhailovitch Dimitrov foi líder sindical e um dos fundadores do Partido Comunista Búlgaro, em 1919. Em 1929 é eleito para chefiar a seção da Europa Central do Comintern. Em 1935, na URSS, é eleito Secretário Geral do Comintern. Em 1946, após a vitória da Revolução Búlgara, Dimitrov retorna a Bulgária e assume o cargo de Primeiro Ministro e em 1946 e proclama a formação da República Popular da Bulgária.

Por mais que o Partido Comunista da URSS houvesse reconhecido como necessário o combate ideológico<sup>27</sup> ao que restava da grande influência exercida pelos métodos stalinistas, Lukács questionou, em mais de uma ocasião, a simplificação dos diversos problemas da herança do stalinismo a uma expressão como “culto à personalidade”:

Começo pela expressão "culto da personalidade". É claro que entendo ser absurdo reduzir o conteúdo e a problemática de um período tão importante da história do mundo ao caráter particular de um indivíduo. Quando eu era estudante, ensinava-se nas universidades alemãs: "*Männer machen die Geschichte*" (As personalidades marcantes fazem a história). Mas já o meu sociologismo simmeliano ou maxweberiano de então bastava para fazer-me sorrir ante tais declarações retóricas. Que não direi agora, depois de decênios de educação marxista? Minha primeira reação em face do XX Congresso, quase puramente imediata, *refletiu uma preocupação, mais do que com a pessoa, com a organização: com o aparelho que tinha produzido o "culto da personalidade" e o fixara depois numa espécie de incessante reprodução ampliada*. Identificava em Stálin o vértice de uma pirâmide que, *alargando se sempre na direção da base, compunha-se de "pequenos Stálins"*, os quais, vistos de cima, eram os objetos e, vistos de baixo, eram os produtores e mantenedores do "culto da personalidade". Sem o funcionamento regular deste mecanismo, o "culto da personalidade" não teria passado de um sonho subjetivo, de um acidente patológico, e jamais teria podido atingir aquela eficácia social que exerceu durante algumas décadas (Lukács, 1977, p. 30).

De mesmo modo que o XX Congresso do PCUS não poderia ser signo único e simplificador de toda uma práxis histórica, aquilo que Lukács concedia o nome de manipulação brutal de base dogmática (Lukács, 2008c, p. 172)<sup>28</sup> também não pode ser reduzida a uma única personalidade tirânica, artificialmente inflada (Lukács, 1977). A análise deveria ser voltada, portanto, para as instâncias coletivas – no excerto acima aparentes como “organização”, “mecanismo” ou “aparelho – que tinham produzido o “culto à personalidade” e [dado cabo] a uma reprodução ampliada”. Mais especificamente, a atenção deveria ser voltada para a eficácia social tida por essas instâncias, capazes de compor “pequenos Stálins”. Para Lukács, a gênese social do problema só é adequadamente posta tendo como base aquela que era “dinâmica interna da revolução russa” (Lukács, 1977, p. 30), com uma crítica da teoria e da atividade histórica voltada para as especificidades desse período histórico. Somente assim seria alcançado de modo aprofundado “tudo aquilo que existe de falso na ideologia ligada ao culto da personalidade” (Lukács, 1977, p. 30) – o que, para Lukács,

<sup>27</sup> Deve restar muito claro que, no decorrer deste trabalho, no momento que tratamos de parte do combate ao stalinismo – a parte que Lukács esteve profundamente envolvido, diga-se de passagem – como “luta ideológica” não planejamos conferir a esse caráter um juízo de valor negativo, como se o combate lukácsiano ao stalinismo, por ser algo como “meramente ideológico” significasse assim, qualquer espécie de defesa intransigente da URSS por Lukács.

<sup>28</sup> “Sob Stalin o marxismo voltou a ser deformado numa mescla inorgânica de necessidade mecanicista e voluntarismo (manipulação grosseira)” (Lukács, 2013, p. 629)

haveria de seguir impactando movimento comunista por muitos anos, como nos auxilia a compreender Tertulian:

Sobre o plano geral, Lukács estava persuadido que longe de ser um fenômeno histórico passageiro, circunscrito à vida daqueles que lhe haviam dado seu nome, o fenômeno do stalinismo, tornado uma *forma mentis*, iria devastar ainda por muito tempo o movimento comunista internacional. Pesquisando as motivações teóricas de certas ações políticas pontuais de Stalin, ele chega a distinguir uma coerência em sua atividade, situada em oposição ao espírito autenticamente dialético. Dito de outro modo, ele remonta até as *origens filosóficas do stalinismo* – se é que a palavra é apropriada para designar uma reflexão tão primária – e tenta demonstrar que para além da prática política o stalinismo é um conjunto de visões teóricas e um método de pensamento, que desnaturou durante décadas o sentido original do comunismo (Tertulian, 2021, p. 92, grifo nosso).

Ainda que não caiba, neste momento, abordar detidamente as questões relativas à problemática da ideologia no último Lukács (para tanto, cf. Vaisman, 2010), cumpre destacar que sua elaboração teórica sobre a ideologia vinculava-se diretamente à crítica lukácsiana ao reducionismo característico do “culto à personalidade”. É a partir dessa concepção de ideologia que Lukács superará a crítica característica da ciência política burguesa, a qual tende a reduzir a análise de um regime político a dilemas puramente institucionais – como se o termo “institucional” fosse um conceito evidente por si mesmo. Isto está acima de qualquer teorização autônoma do estado.

Isto é, para a melhor avaliação dos textos políticos tardios e, em específico, do *Testamento*, deve-se recordar que, com *Para uma Ontologia do Ser Social* é possível fazer uma correta apreensão do caráter ontológico da ideologia. Com a fundamentação nesse caráter, torna-se clara, no plano geral da cooperação da divisão social do trabalho, a complexa e íntima relação entre os pores teleológicos singulares e a coletividade. E, a partir das mediações dessa relação feitas pelo húngaro – que ficarão ainda mais explícitas no último capítulo quando trataremos, detidamente do *Testamento* – é possível enxergar como nesse texto, à medida em que Lukács acentuava a complexidade do problema ideológico do “culto à personalidade”, estava implícita a capacidade do stalinismo ter forjado várias outras subjetividades.

Por isso, para Lukács, considerando ideologia “enquanto momento teórico-prático do desenvolvimento social, enquanto meio para enfrentar os conflitos surgidos no nível da produção material” (Lukács, 2008c, p. 182), restaria claro como, através da ideologia, o stalinismo tornou-se maior do que uma mera pretensão solitária de Josef Stálin, sendo capaz de influenciar uma série de outras subjetividades, as várias espécies de “pequenos Stálins [...] mantenedores do ‘culto à personalidade’”. Por meio do discurso ideológico tinha-se aquilo

que era “base teórica da prática da brutal manipulação<sup>29</sup> [...] ou seja, a ideia de que, sob a ditadura do proletariado, a luta de classe se intensifica cada vez mais” (Lukács, 2008c, p. 171):

Com isso, Stalin transformava a condição e o modo de agir das fases agudas da guerra civil em prática a ser adotada em qualquer período, mesmo naqueles em que a guerra civil não mais estava historicamente na ordem do dia [...] Com efeito, na prática, observa-se que se retornou e se retorna, pelo menos tacitamente, a este dogma da guerra civil, na medida em que as opiniões que não concordam com os pontos de vista declarados oficiais são tratadas como se fossem manifestações abertas ou mascaradas de inimizade e, em consequência, busca-se liquidá-las com métodos repressivos, em vez de considerá-las como ideologias de um momento de transição e torná-las assim objeto de debates ideológicos (Lukács, 2008c, p. 171).

Desse modo, a atenção conferida por Lukács aos fenômenos ideológicos do “culto à personalidade” e da intensificação da luta de classes tornam-se essenciais para a análise de todos os textos políticos do período tardio do húngaro. De maneira ainda mais clara, é desmantelando a realidade objetiva que Stálin colocava em prática enquanto dava cabo ao “culto à personalidade”, é que Lukács consegue exprimir considerações muitas vezes obliteradas sobre questões jurídicas, políticas e econômicas do século XX. Ao “culto à personalidade” estavam atreladas muitas tomadas de decisões práticas, pelo regime stalinista, de modo que Lukács, seguia, nos seus textos tardios, apontando aquilo que já havia sinalizado n’A Destruição da Razão (2020a, p. 34): não há nenhuma tomada de posição filosófica “inocente”.

Por exemplo, acerca do complexo jurídico, Lukács ressaltará como há uma indiferença quanto ao sentido das atuações do direito ou do estado na chamada técnica jurídica moderna, uma vez que, a partir dela, “todo Estado tem sempre algum ‘artifício legal’ para proceder em termos legalmente corretos, no plano da forma, contra correntes e pessoas declaradas perigosas e, com meios de fato injustos, torná-las “inofensivas, exatamente como se fazia na época do “culto à personalidade”, com o desprezo aberto e cínico de qualquer legalidade.” (Lukács, 2008c, p. 172). Fazendo menção ao discurso de Aleksandr Shelepin, no XXII Congresso<sup>30</sup>, Lukács trata como uma espécie de método stalinista, com degenerescências

---

<sup>29</sup> Não seremos capazes de, até a finalização deste trabalho, apontar adequadamente, a complexidade do que Lukács apresenta como sendo a ocorrência de uma “manipulação”. De maneira objetiva – assumindo o risco de sermos simplistas mas, somente para fornecer indícios para a continuidade da agenda de pesquisa – nos parece que, por manipulação, no caso stalinista, Lukács indica um distanciamento da teoria de Marx e Lênin. Como ficará mais claro no próximo tópico do trabalho, Stálin manipulava o conteúdo (inclusive o econômico) das obras originais, turvando a compreensão da obra de Marx e Lênin para que fossem justificadas suas tomadas de decisões táticas.

<sup>30</sup> Não localizamos em português ou nas demais línguas, até a finalização desta etapa da pesquisa, o discurso de Aleksandr Shelepin, no XXII Congresso do PCUS, sobre o “direito soviético” ou “jurisprudência socialista” (na tradução de Leandro Konder). Na edição número 149 do jornal Novos Rumos, publicado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), há um suplemento dedicado aos documentos do XXII Congresso do PCUS em que constam

burocráticas e repressivas, colocava em prática uma situação revolucionária aguda, com reflexões diretas no direito<sup>31</sup> – notadamente através dos “grandes processos” ou processos de Stálin:

O quadro do método stalinista adquire assim um traço complementar que ainda lhe faltava: tudo aquilo que é objetivamente inevitável em uma situação revolucionária aguda, na qual está em jogo o ser ou não de uma sociedade, foi arbitrariamente erigido por Stálin em fundamento da práxis cotidiana soviética. Não quero me deter aqui a falar dos grandes processos judiciais; até agora, foi este o tema amplamente tratado: e, Chelepin, no seu discurso ante o XXII Congresso, já analisou de maneira bastante correta as consequências que eles tiveram para o Direito soviético e a jurisprudência socialista (Lukács, 1977, p. 41).

A permanência de uma suposta situação revolucionária, ou seja, a consideração de toda situação social como agudamente revolucionária acarretou, também, consequências que alteravam a tomada de decisões políticas. Em meio a chamada “atmosfera de contínua desconfiança mútua, de vigilância de todos contra todos” Lukács descreve um permanente clima de estado de sítio (Lukács, 1977). Nesse contexto todos os aspectos da sociabilidade possuíam uma dimensão política, mas não a partir de uma perspectiva na qual a politicidade valesse no sentido do reconhecimento da relevância da expressão de vontade das massas em várias decisões possíveis. Tratava-se, em verdade, que toda a ciência, toda a literatura e os demais campos ideológicos eram eminentemente políticos na medida em que deviam servir exclusivamente às exigências pragmáticas e imediatas formuladas pela alta direção ou pelo aparato estatal, ou seja, pelo regime stalinista.

Após examinarmos a amplitude dos aspectos ideológicos que, segundo Lukács, desdobram-se do “culto à personalidade” de Stálin, cumpre destacar que seu tratamento demonstra sofisticação muito superior à da ciência política burguesa ou dos apologetas das teorias do estado e do direito. Tendo estabelecido isso torna-se necessário explorar, igualmente, a relação entre as condições objetivas da economia<sup>32</sup> na URSS e os demais

---

somente textos de Nikita Khrushchov, M.A.Suslov, Anastas I. Mikoyan, Frol Koslov, O. Kuusinen e Chou En-Lai, além da Resolução do Congresso Sobre o Informe do CC do PCUS.

<sup>31</sup> Reconhecemos que não conseguiremos, neste trabalho, aprofundar suficientemente as consequências, no direito, daquilo que seria, nas palavras do húngaro em *O processo de democratização*, o “método” de Stálin. Entretanto, destacamos como há, tanto nos textos tardios lukácsianos como no discurso secreto, uma estreita relação entre as violências stalinistas e o direito. Expressões como “farsas jurídicas”, “degenerescências burocráticas” e perseguição por “procedimentos de caráter judicial e estatal-administrativo” são utilizadas para tratar do período stalinista.

<sup>32</sup> “Talvez a área em que menos se localizem contribuições específicas na obra de Lukács seja a crítica da economia política. Refiro-me a textos voltados essencial e exclusivamente a este ponto; na realidade, em passos relevantes de vários de seus títulos, Lukács tematiza a crítica marxiana da economia política e discorre criativamente sobre ela – p. ex., em trechos de *História e consciência de classe*, n’*O jovem Hegel...* e na própria *Ontologia do ser social*” (Netto, 2024, p. 91). Como veremos, Lukács consegue colocar em evidência, em seus textos políticos tardios, como Stálin falsificou, ideologicamente, fatos econômicos fundamentais da auto-reprodução social

aspectos vinculados ao tratamento da política pelo último Lukács – isto é, como ele aborda não somente as consequências ideológicas mas, também, as condições e as repercussões econômicas do stalinismo.

### 2.1.1 Repercussões econômicas do stalinismo: industrialização, planificação e burocratização

O cenário de problemas ao qual Lukács faz referência como sendo o método staliniano também alcançava a seara econômica – o que equivalerá a dizer como Lukács via a grande prioridade metodológica da tática<sup>33</sup> – colocada também como a “deformação do método de Marx e Lênin” (Lukács, 2008c, p.186) – se manifestando na economia. Ao analisar os fundamentos teóricos dessa abordagem, baseados no predomínio absoluto dos pontos de vista táticos e na plena subordinação (ou mesmo abandono) de toda estratégia e teoria marxista sobre a totalidade do processo em curso (Lukács, 2008c), Lukács examinou as ações práticas que consolidaram o domínio de Stálin. Estas se concretizaram primordialmente através do desenvolvimento da produção voltada quase exclusivamente – ou, ao menos, de modo fortemente dominante – para a construção da indústria pesada (Lukács, 2008c, p. 173).

Essa seria, sobretudo, uma espécie de "acumulação primitiva socialista" (Lukács, 2008c, 129), voltada para um crescimento acelerado industrializador, com vistas ao aumento da produção como tal. Para Mcneal (1986, p.241-242), as transformações econômicas de Stálin – que tinham capacidade de alterar, por consequência, também as instituições políticas – eram fruto daquilo que havia sido, no Partido, a maior transformação depois da tomada do poder em 1917: a ocorrência do primeiro plano quinquenal (1928-1932)<sup>34</sup>.

Não discorreremos aqui, propriamente, os pormenores dos planos ou planejamentos econômicos da URSS. Interessa a Lukács, em seus textos tardios, como esse desenvolvimento econômico exigiu “métodos para regular a economia enquanto tal” (Lukács, 2008c) de modo

<sup>33</sup> Para Lukács, em oposição à Stálin, era Lênin quem distinguia com clareza as diferenças entre a teoria, a estratégia e a tática, reconhecendo, inclusive, algo não adequadamente tratado por Stálin: o recuo tático (Lukács, 1977). Para exemplificar o que Lukács chama de *taticismo* de Stálin, Lukács faz menção ao ano de 1939, ocasião do pacto da URSS com Hitler, em que Stálin fez da sua decisão, o pacto germano-soviético “medida critério de princípio da estratégia internacional do proletariado” (Lukács, 1977) ao invés de reconhecer a situação como um recuo tático imposto pelas circunstâncias concretas.

<sup>34</sup> Acerca do primeiro plano quinquenal, resumidamente: “Os efeitos desse fracasso iriam se fazer sentir plenamente no momento em que foi decidido o lançamento de uma furiosa aceleração do desenvolvimento econômico, numa sociedade despreparada para tal desenvolvimento. O esforço de dar um salto à frente — numa situação que, como vimos, era “desequilibrada” — esteve na origem das profundas ondas de mudança e de crise que tentamos descrever. As novas desestabilizações que se seguiram contribuíram para fazer pender a balança em favor de um emprego cada vez maior de “métodos administrativos”, chegando-se a abusar da alavanca da coerção, ou melhor, a preferi-la a qualquer outro instrumento. Se se aceita esse quadro de tensões crescentes, de contradições e desequilíbrios no sistema em seu conjunto, pressagiados já antes de 1928, mas que se desenvolveram em enorme medida nos anos do “grande impulso”, o aumento da estatização, da burocratização, da coerção, e o nascimento de um despotismo pessoal de tipo claramente arcaico nos aparecem como a resposta a condições mais do que favoráveis a tais tendências (Lewin, 1986, p. 238).

que são, exatamente tais métodos — mais especificamente a relação desses com o processo de democratização — aos quais, ao se dedicar, Lukács apresentará seu tratamento da economia staliniana: a planificação centralizada burocraticamente e manipulada pelo alto (Lukács, 2008c, p. 173).

A tomada de decisões de uma planificação centralizada conferia uma concentração de poder nas instâncias centrais do partido, de modo que a planificação socialista acabava por ser, antes de mais nada, o fato de que os “organismos dirigentes do Partido (e Stálin pessoalmente, enquanto secretário geral) tornaram-se o centro de [toda] direção ativa da economia” (Mcneal, 1986, p. 242). As repercussões desse *modus operandi* decisório variam e podem ser observados por meio, por exemplo, de críticas meramente tecnicistas, como as condenam como inapropriadas, *per se*, a tomada de decisão por membros de do partido – como se uma espécie de “controle racional” não pudesse ser exercido por líderes partidários, somente por especialistas econômicos<sup>35</sup>.

Esse não é o objetivo da crítica lukácsiana. Conforme o húngaro, as condições verdadeiramente pertinentes a serem debatidas acerca da centralização burocrática são as relacionadas a incapacidade da organização partidária mobilizar, autonomamente, as massas para uma tomada de decisão consciente e autônoma. Nesse sentido, o que havia de ser considerado era como o Partido Comunista da União Soviética – e os demais subsumidos a esse –, enquanto órgão que, para além de decisório central era, também, a única organização capaz de assumir a tarefa de desenvolvimento de um engajamento coletivo, com um alcance necessário, para a ampliação do caráter democrático das tomadas de decisão, optou pelo enfraquecimento de sua base social<sup>36</sup>. Consequentemente, quanto mais a burocracia não renunciasse ao “seu papel de guia absoluto” (Lukács, 2008c) mais o estado considerava necessário fazer o que Mcneal (1986, p. 237) trata como sendo “ocupar uma posição monopolista de maior alcance” – o que, entretanto, não viria sem consequências: “mas essa

---

<sup>35</sup> Moshe Lewin (1986), por exemplo, ao fazer uma crítica da gestão de estado econômica por dirigentes do partido na URSS, além de usar erroneamente a expressão “desenvolvimento social pré-capitalista”, mostra-nos argumentos rudimentares e simplistas acerca do stalinismo, baseados na predileção da uma divisão parcelar da ciência econômica, algo duramente criticada por Lukács (Lukács, 2008c, 134). Lewin conclui, erroneamente, que “as consequências da revolução e da guerra civil [...] não se limitaram a eliminar as antigas classes dirigentes, introduzindo na arena da história novos estratos sociais, confiando-lhes a gestão do Estado e um novo tipo de instituição dominante, o Partido, mas que provocaram também um recuo de todo sistema sócio-econômico, e em muitos aspectos também do sistema político, para um estágio de desenvolvimento social mais antigo, pré-capitalista”.

<sup>36</sup> “Stálin tinha necessidade de uma execução precisa das suas decisões por parte do aparelho e, ainda, se possível, da aprovação das amplas massas; também por isso simplificou radicalmente as suas formulações teóricas. A supressão das mediações, a ligação direta entre os princípios mais gerais e as exigências concretas da atividade prática cotidiana, neste sentido, apareciam como meios bastante idôneos. Também aqui, não se concretizou a teoria aplicando-a à prática, mas, ao contrário, simplificando e vulgarizando os princípios segundo as exigências (comumente apenas presumidas) da prática” (Lukács, 1977, p.37).

situação criava também, nas cúpulas do Estado [...] um sentimento de vulnerabilidade e, finalmente, um medo paranóico das massas subjugadas” (Mcneal, 1986, p. 237). Estaríamos, neste sentido, diante daquele “permanente clima de estado de sítio” (Lukács, 1977, p. 41). Acerca das consequências dessa, que seria uma “atmosfera de contínua desconfiança mútua”, Lukács dirá:

Limito-me a recordar aqui, breve e fragmentariamente, algumas consequências secundárias: o medo excessivo e ilimitado de inimigos, espiões e sabotadores, bem como um sistema de segredos obsessivo por tudo aquilo que tivesse qualquer coisa a ver com política. Assim, por exemplo, a Estatística se torna uma ciência “rigorosamente secreta”, cujos resultados só eram acessíveis a um grupo de “certos”, constituído de pessoas da mais absoluta confiança (Lukács, 1977, p. 41).

Isto está inexoravelmente vinculado ao centralismo burocrático criticado por Lukács, especialmente ao burocratismo típico das tomadas de decisões econômicas, ao qual o filósofo magiar dedica especial atenção. Dito de outro modo, o método staliniano estaria calcado em um elemento conceitual decisivo: “o abandono da concepção marxiana do papel da economia no processo global do desenvolvimento da sociedade, abandono então muito difundido em todo o movimento operário” (Lukács, 2008c, p. 134). A concepção metodológica do tratamento da economia “‘como ciência exata’, separada do processo histórico em que o homem torna-se homem” (Lukács, 2008c, p. 135-136) pode até soar como uma espécie de preciosismo ou justa prioridade conferida à economia – com ares, inclusive, de ortodoxia marxista. Mas, para Lukács, entretanto, “a conversão da economia em ciência particular é, justamente, a base metodológica de seu uso manipulatório” (Lukács, 2008c).

Para tratarmos dessa questão em sua devida complexidade é necessário recordemos como à altura de 1971, ano de escrita de *O Testamento Político* – um de seus últimos textos – Lukács já havia conseguido exprimir, após a morte de Stálin e o XX Congresso do PCUS, suas opiniões de modo mais claro, inclusive acerca da economia, em outros textos políticos. Nesse sentido, ainda que tratemos, nesse trabalho, mais especificamente do *Testamento Político* como uma das últimas reflexões políticas do autor, não é possível que não abordamos parte das reflexões tardias contidas em outros textos políticos como o caso de *O Processo de Democratização* (1968).

Uma das melhores expressões da leitura lukácsiana do contexto econômico da segunda metade do século XX – logo, parte essencial da crítica ao stalinismo que marca fortemente os textos políticos tardios lukácsianos – está no segundo capítulo de *O Processo de Democratização*, chamado de “*A verdadeira alternativa: stalinismo ou democracia*

*socialista*”, no subtópico “*O Método de Stálin*” – de maneira que a especificidade desse texto nos ajudará a compreender o próprio *Testamento Político*.

No referido tópico Lukács, ao fazer menção a Nikolai Bukharin<sup>37</sup> para tratar das raízes da dominância da orientação da prioridade da tática sobre a estratégia na economia, visou apontar como a manipulação, que tratou a economia como ciência isolada, estava além da atitude individual de Stalin, sendo uma orientação dominante de um período, ainda que sob formas variadas (Lukács, 2008c, p. 134).

Mesmo que fosse possível mencionar como a tendência manipulatória iria para além de Stálin, é através dessa figura que o fenômeno da manipulação econômica assume enorme feição para Lukács já que, tanto em *O Processo de Democratização* (1968) quanto em *Carta para stalinismo* (1977), o filósofo magiar considera necessário destacar aquele que seria o último escrito econômico staliniano, datado de 1952: *Os problemas econômicos do socialismo na União Soviética*.

Conforme nos aponta Lukács, em “*Os problemas*” Stálin teria exposto uma “descoberta” que supostamente havia “escapado a Marx, Engels e Lênin, isto é: que toda formação econômica possuíam uma “leis fundamentais”<sup>38</sup> — com constantes vulgarizações através da supressão de termos médios (Lukács, 1977) . Tal lei, para Stálin, uma vez passível de ser compreendida até pelo “mais limitado e inculto dos funcionários” poderia ser utilizada por todos para impedir “desvios de ‘direita’ ou de ‘esquerda’” — em outras palavras, impedir qualquer espécie de subjetivismo na seara da ciência econômica.

É impossível deixar de notar, já de saída, o delírio de grandeza com o qual Stálin se reconhece, o que, por si só, estaria relacionado ao “culto à personalidade” denunciado em demasia por Lukács, como por nós já foi visto. Entretanto, a crítica sobre a qual Lukács agora também se debruça com cuidado é aquela relacionada ao sentido marxiano de ideologia, qual seja: aquele que permite aos homens conceber o conflito no nível da economia e levá-lo até o fim (Marx, 2018; Lukács, 2008c, p.141)

---

<sup>37</sup> Nikolai Ivanovich Bukharin foi um revolucionário e político soviético, membro do *Comintern*, do Politburo e editor do jornal *Pravda*. Bukharin foi preso e executado pelo regime stalinista em 1938. À essa altura é interessante apontar como, em *O processo de democratização*, Lukács critica a consideração, por Bukhárin, de que “a escravidão na Antiguidade era apenas um efeito do atraso da técnica” uma vez que para Marx teria-se o contrário, o atraso resultaria “precisamente do fato de que a base econômica desta formação social era o escravismo” (Lukács, 2008c, p. 135) Para Lukács somente através de Marx era possível enxergar que “o beco sem saída ao qual chegou a escravidão derivou precisamente deste limite econômico” sendo possível compreender como um nível mais elevado da técnica era perfeitamente possível onde os limites sociais da escravidão [...] não existiam ou tinham um peso menor” (Lukács, 2008c, p. 135).

<sup>38</sup> Vale destacar que Lukács de modo algum irá desprezar certa autonomia dos processos econômicos – muito pelo contrário, o filósofo húngaro reconhece a assim chamada prioridade ontológica do econômico. Ocorre que a crítica lukácsiana das simplificações econômicas feitas por Stálin servem na medida em que combatam reducionismos do processo de realização dos homens autênticos.

Marx, Engels e Lênin sabiam que as formações econômicas constituem sistemas móveis e complexos, cuja essência só pode ser definida mediante uma consideração exata de todas as suas determinações importantes, das duas interações recíprocas, proporções, etc. As "leis fundamentais" de Stálin, por sua vez, enunciam meras banalidades, não esclarecem coisa alguma, porém dão a certos círculos a ilusão de saberem tudo antecipadamente. Nessa direção, da valorização através da supressão dos termos médios, situa-se a enunciação de Stálin [segundo a] qual a decomposição de uma formação econômica determina também a decomposição na sua ideologia (Lukács, 1977, p. 37).

A denúncia de Lukács em um de seus últimos textos políticos – a qual nos valerá para a análise de textos outros a ele contemporâneos – era, portanto, que Stálin nomeou, em seu *Os problemas econômicos do socialismo na União Soviética*, uma de suas várias tentativas “tático-propagandísticas” como aquilo que “reconduziria” a economia “à sua base materialista-marxista originária, fazendo com que a lei marxiana do valor voltasse a servir de fundamento à teoria e à prática econômica nas condições do socialismo” (Lukács, 2008c, p. 136). Além de presunçosa, tal nova tentativa de interpretação de Stálin visava escamotear ou esconder uma série de manipulações burocráticas da produção<sup>39</sup>, feitas pelo próprio stalinismo:

Basta lembrar, por exemplo, que nos anos 1930, durante um certo tempo, foi proibido - porque seria um desvio burguês - calcular os dados da produção per capita. Esta medida tinha como objetivo não tornar público o fato de que o aumento da produção continuava a ser inferior àquele do mundo capitalista. Dada a extensão da União Soviética, comparando-se a produção global com a de anos anteriores, podia-se mencionar grandes diferenças quantitativas e supor que - sendo proibido difundir os números que permitiriam um controle crítico - os profanos não fossem capazes de avaliar o ritmo efetivo do desenvolvimento. Repor em circulação a lei marxiana do valor, portanto, deveria significar um correto movimento no sentido de limitar esta extremada manipulação burocrática, ou seja, o "subjetivismo" (Lukács, 2008c, p. 136).

Nessa toada o magiar aponta como Stálin, ao sustentar um retorno – à sua maneira – à lei marxiana do valor, comete duas imprecisões. Primeiro, Stálin “confunde - talvez não tanto por erro, mas por considerações táticas – a lei do valor enquanto tal com sua *forma fenomênica na circulação de mercadorias*.” (Lukács, 2008c, p. 137, grifo nosso). E, acerca do significado da lei do valor na produção, Stálin erroneamente coloca:

Com efeito, os produtos de consumo pessoal, necessários à reprodução da força de trabalho empregada no processo de produção, produzem-se e se realizam em nosso país como mercadorias, sujeitas à ação da lei do valor. Justamente aqui se revela a influência da lei do valor na produção (Stálin, 1953, [n.p]).

---

<sup>39</sup> Nas palavras de Lukács (Lukács, 2008c, p. 136): “a manipulação burocrática da produção, a qual - às vezes para poupar gastos, às vezes para mostrar como progressos os momentos problemáticos ou mesmo as estagnações - apresentava determinados métodos como rápidos avanços e impedia qualquer ponto de vista crítico”.

A primeira parte da distorção da lei do valor feita por Stálin serviria para a falsa dedução, de que, com o desaparecimento da produção mercantil, a ser colocada em prática pelo stalinismo, “desaparecem também o valor, com as suas formas e a lei do valor” (Stálin, 1953). Lukács alerta, com ironia e acidez, que a contrapartida a tamanha distorção staliniana da lei do valor estaria “já no início do livro 1 do capital [...] portanto, não em um texto dificilmente encontrável” (Lukács, 2008c, p.137), de modo que em Marx, “o tempo de trabalho - ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário em cada momento concreto, a objetivação diretamente econômica do valor - tem uma dupla função” (Lukács, 2008c, p. 138), ambas citadas no excerto abaixo, que não desapareceriam na vigência do stalinismo:

Sua distribuição socialmente planejada regula a proporção correta das diversas funções do trabalho para as diversas necessidades. Além disso, o tempo de trabalho serve para medir a participação individual dos produtores no trabalho comunitário e sua cota pessoal na parte do produto global destinada ao consumo (Marx, 2013, p. 153).

Para além do reducionismo de que em Marx a lei do valor estaria somente ligada à produção de mercadorias, Lukács aponta um segundo equívoco de interpretação, por Stálin, dos escritos econômicos de Marx, com fins ideológicos. Para o líder político soviético, nas condições de socialização dos meios de produção, a diferenciação entre trabalho necessário e trabalho excedente ou, de tempo necessário e tempo excedente perderia sentido. Mais especificamente, tal divisão do trabalho e do tempo – essencial para a compreensão da lei do valor – seria algo inconcebível no socialismo, já que não poderia ser aplicado uma espécie de juízo de valor à parte do trabalho humano – aquele visto como “não necessário” ou “excedente”. Lukács ressalta a distorção dos conceitos marxianos por Stálin, de modo que a simplificação das faculdades do trabalho humano se daria para apenas para que a Stálin coubesse uma espécie de graça ou concessão, já que através dele e do stalinismo, jamais seria não necessário aquele “trabalho despendido para satisfazer as necessidades pessoais do operário e de sua família” (Lukács, 2008c, p. 139). Lukács havia apontado, então, que estava-se diante de uma “resolução pelo alto”, do tipo moralista, das contradições objetivas ainda existentes naquele socialismo das democracias populares

Não iremos aprofundar neste momento na incompreensão, por Stálin, do trabalho enquanto protoforma do ser social, nem mesmo na incompreensão de que, para Lukács, “a socialização dos meios de produção não extingue o trabalho excedente, somente extingue a apropriação do trabalho excedente por meio da propriedade privada” (Lukács, 2008c, p. 140). O que nos importa, em nossa exposição, é apontar como, mais uma vez, Lukács consegue

colocar em evidência, em seus textos políticos tardios, como Stálin falsificou, ideologicamente, fatos econômicos fundamentais da auto-reprodução social.

Tal falsificação se dá, conforme concluimos com o auxílio de Lukács, por razões políticas. A transformação da letra marxiana em algo substancialmente diverso “não se trata absolutamente de um equívoco, de uma má leitura” (Lukács, 2008c, p. 138) sendo, ao contrário, algo justificável por Stálin para que, as condições sociais daquele período da URSS fossem dadas como apenas a tradução, na prática, da teoria de Marx corretamente interpretada (Lukács, 2008c). Ou, em outras palavras, o “métodos stalinismo de colocar em prática o socialismo [seriam apenas uma] realização teórica e política do marxismo-leninismo” (Lukács, 2008c, p. 138).

Assim, pretendemos ter tornado evidente, nesta primeira parte do segundo capítulo quanto ao que diz respeito ao contexto de publicação das considerações tardias de Lukács acerca da política, como tais considerações revelam uma contundente crítica lukácsiana ao stalinismo. De modo que, ao fim e ao cabo, já seja possível começarmos a vislumbrar como o tratamento de Lukács acerca da política, em sua fase mais madura, é capaz de resgatar potencialidades da teoria marxiana frente às condições adversas colocadas no século XX. Para que compreendamos ainda mais detalhadamente as considerações lukácsianas acerca da política, trataremos agora do contexto da Revolução Húngara de 1956.

## 2.2 A REVOLUÇÃO HÚNGARA DE 1956

Conforme assinalado no início deste segundo capítulo, ao tomarmos como relevante a observação dos processos de gênese dos textos para a análise imanente da obra política tardia de Lukács (Chasin, 2009), optamos por, sem qualquer pretensão de fazer algo como uma historiografia completa (Lukács, 2020a), abordar aspectos históricos ocorridos, tanto em toda União Soviética quanto especialmente na Hungria, que notadamente marcam a trajetória de escrita de Lukács.

No primeiro momento do capítulo tratamos de apontar como o contexto histórico da gênese do *Testamento Político* — bem como também de outros textos políticos, que são praticamente contemporâneos — esteve intimamente relacionado ao processo histórico posterior ao falecimento de Josef Stálin (1953).

Exatamente por tentarmos não reduzir, de maneira simplista, os processos dessa altura do século XX a datas isoladas, como se essas fossem existentes por si mesmas<sup>40</sup>, pretendemos mostrar como os dilemas do stalinismo e, conseqüentemente, as respostas a um possível enfraquecimento de tendências autocráticas —ou não-democráticas— típicas desse movimento, se estendeu, não só para além da Rússia como, também, para antes e além do ano de 1956. Isso porque, previamente à morte de Stálin, em 1948, a Revolução Chinesa, para Lukács, havia representado

a maior inflexão da história a partir de 1917: refiro-me à vitória da revolução proletária na China. Precisamente em função dela tornaram-se evidentes as contradições decisivas na teoria e na prática de Stalin, posto que tal vitória significava que o período do socialismo em um só país (que Stalin defendera, com razão, contra Trotski) pertencia definitivamente ao passado (Lukács, 2008b, p.45).

Também no ano de 1948 ocorre a resistência ao stalinismo pelos comunistas iugoslavos, guiados por Tito, em uma experiência de “autogestão”. Em 1953, as condições da reconstrução do pós guerra — que, especialmente nos países vencidos como Alemanha e Hungria, se dava com “planos de industrialização draconianos, baseados em ênfase na indústria pesada e arrocho salarial da classe trabalhadora” (Szabo; Segrillo; Aquino; Aubert, 2006, p. 56) — gera revolta e uma greve dos trabalhadores da construção civil na Alemanha

<sup>40</sup> Temos uma exata tradução do que pretendemos dizer por “não reduzir a datas isoladas” a complexa relação de Lukács no debate da desestalinização e da revolução húngara: Paula Alves (2024, p. 372) nos mostra como a perseguição de Lukács, na chamada “questão Lukács” em 1949 esteve relacionada a fatos que ocorreram no retorno de Lukács à Hungria em 1945: "Retornando do exílio moscovita 'com esperanças', Lukács atua como um intelectual público, participando ativamente da vida cultural na Hungria. Além de assumir uma cátedra na Universidade de Budapeste, de participar como membro de comissões partidárias, de trabalhar na redação da Fórum e escrever artigos para outros periódicos, ele será uma presença constante em debates nacionais bem como internacionais. É no contexto dessa intensa atividade pública que ele redige entre 1945 e 1947 os textos que compõem *Irodalom és demokrácia* [Literatura e democracia], obra que estará no centro da campanha contra o filósofo iniciada em 1949".

Oriental. Em junho de 1956, novamente, os trabalhadores de Berlim oriental voltam aos protestos, dessa vez recebidos com repressão e violência, o que gera um saldo oficial de 51 mortes (Szabo; Segrillo; Aquino; Aubert, 2006, p. 53). No mesmo ano de 1956, na Polônia, “a 28 de junho, na cidade de Poznan [...] outra greve e protesto violento de trabalhadores acabou em tragédia, com 54 mortos” (Szabo; Segrillo; Aquino; Aubert, 2006, p. 53).

Por óbvio, todas essas respostas ao stalinismo, dadas em diversas localidades, possuíam suas especificidades de modo que, como já vimos, o colapso do stalinismo nunca poderá ser compreendido como algo automático ou hermético. Mas, dentre tantas especificidades, Lukács marca como essa derrocada à ideia de socialismo em um só país, questão inerente a todos esses movimentos era, por si só, uma espécie de ruptura “com os métodos [...] resultantes do permanente estado de perigo em que se encontrava uma Rússia industrialmente atrasada, métodos que o próprio Stálin havia levado bem além dos limites exigidos por esta situação” (Lukács, 2008b, p. 46)

Do ponto de vista subjetivo, ficou evidente que Stalin e seus seguidores não queriam, nem podiam, extrair da situação internacional radicalmente transformada as devidas consequências teóricas e, em consequência, práticas [...] Esta ideia de uma ruptura com tais métodos estava inteiramente excluída do horizonte de Stalin. Assim, a nova ordem mundial, reclamando imperativamente uma nova estratégia e uma nova tática, foi enfrentada com uma ação na qual, fatalmente, resgataram-se e acentuaram-se a estratégia e a tática antigas: refiro-me à ruptura da União Soviética com a Iugoslávia. Disso resultou necessariamente o retorno aos métodos da época dos grandes processos (Lukács, 2008b, p. 45)

O desenvolvimento da revolução húngara deve ser enxergado, portanto, em meio aos embates internacionais de enfraquecimento do stalinismo. Como o intuito de nossa pesquisa é analisar parte da produção teórica política lukácsiana, iremos abordar, a partir de agora, aspectos desse embate internacional mais voltados para a questão húngara e, ainda mais especificamente, os embates que se comunicam, em *alguma medida*, com a trajetória política tardia de Lukács — quem, desde 1919, um ano após integrar-se ao partido comunista húngaro, já assume, na República soviética de Béla Kun (Hungria, março a agosto de 1919), o posto de comissário político e comissário popular encarregado da educação.

Por comunicarem-se, em *alguma medida*, a trajetória política de Lukács e a história política húngara, objetivamos demonstrar que há uma diferença entre os períodos nos quais Lukács envolve-se com a política ocupando ativamente cargos públicos e publicizando explicitamente suas posições políticas e, também, os momentos em que suas posições

políticas eram expressadas na medida em que fosse possível de serem manifestadas na condição de ideólogo<sup>41</sup>. Vejamos o que o próprio Lukács diz acerca disso:

Me afastei da política em sentido estrito, a fim de trabalhar exclusivamente no campo ideológico, após a condenação pelo Partido das chamadas Teses de Blum, em 1929-1930, nas quais eu propusera uma "ditadura democrática dos operários e camponeses" como forma necessária (pelo menos na Hungria) da transição ao socialismo. Na conjuntura imediatamente posterior a 1945, o regime de Rákosi considerou que minhas intervenções ideológicas eram úteis - na disputa entre o Partido Comunista, de um lado e, de outro, o Partido Socialdemocrata e o setor burguês - para conquistar como simpatizante uma parcela relativamente importante da intelectualidade burguesa; por isso, minha atividade foi tacitamente tolerada. Naqueles anos ainda não estava evidente a possibilidade, e menos ainda os meios para tanto, de o socialismo triunfar na Hungria; interpretei a conjuntura como a oportunidade ideológica de trabalhar por um socialismo futuro sob formas democráticas. O equívoco da minha interpretação ficou demonstrado logo depois da unificação dos dois partidos dos trabalhadores: chegou o momento de Rákosi ajustar radicalmente as contas com minhas contribuições ideológicas. O resultado foi o ataque de Rudas e a posterior campanha oficial contra mim nos anos 1950-1951 (Lukács, p. 209-10, 2008d).

A dificuldade, já tratada por nós, de estabelecer um período específico no qual estaria-se “efetivamente” diante do que seriam os *textos políticos* de Lukács também aparece aqui: não é possível apontar, estritamente, um momento histórico específico que tenha desencadeado, por si só, o processo revolucionário húngaro — para que observássemos a reação lukácsiana frente a um momento apenas ou a uma pequena especificidade. O que deve ser acentuado é como o próprio filósofo húngaro assinala, no trecho acima, como em ambos os momentos nos quais estive afastado ou recebeu retaliações por suas expressões políticas (tanto na década de 1920 como de 1950) estavam, no centro das controvérsias, proposições de lukácsianas acerca da democracia — o que nos fornece indícios importantes sobre qual foi seu envolvimento com o levante húngaro de 1956.

Como não é objeto deste nosso estudo analisar detalhadamente o contexto e as consequências políticas das chamadas *Teses de Blum*, uma vez que são do período do final de década de 1920, voltaremos nossas atenções para o segundo afastamento citado no trecho acima, no qual Lukács descreve um radical acerto de contas com suas contribuições – minimamente toleradas em um período logo após o fim da segunda guerra. Em 1948 Mátyás Rákosi<sup>42</sup> torna-se primeiro-secretário do novo partido (Szábo, 2005), o Partido dos Trabalhadores Húngaros (*Magyar Dolgozók Pártja*, MDP)<sup>43</sup> formado após a fusão do então

<sup>41</sup> É necessário que fique claro que diferenciamos momentos de expressão política de Lukács somente na medida em que isso esclareça distintos momentos da trajetória intelectual de Lukács. Não pretendemos, com essa diferenciação, fazer qualquer tipo de afirmação de que Lukács não fizesse ponderações políticas no período que se dedicou à confecção da *Estética*, por exemplo.

<sup>42</sup> Mátyás Rákosi foi primeiro secretário-geral do Partido Comunista da Hungria de 1945 a 1948 e depois Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores Húngaros, de 1948 a 1956.

<sup>43</sup> ou também Partido Operário Húngaro (MDP).

Partido Comunista Húngaro (*Magyar Kommunista Párt*, MKP) ao Partido Social-Democrata da Hungria.

Após a unificação dos dois partidos Lukács faz referência, no trecho acima citado por nós, ao ataque de Rudas<sup>44</sup> e à campanha oficial contrária a sua atuação, chamada de “questão Lukács” ou “caso Lukács” — campanha desenvolvida tanto na Hungria como na União Soviética, primordialmente nos anos 1950-1951.

Em verdade é necessário compreender que tal campanha de descrédito e calúnia contra Lukács tem início em 1949 — ano em que a “guerra fria” ameaçava degenerar em “guerra quente” (Konder, 1980. p. 85) e uma série de acontecimentos marca o fim dessa década: na Europa ocidental são expurgados vários dirigentes comunistas acusados de “titoísmo”; na Albânia é executado o ex-ministro do interior, Dodje; na Bulgária é executado Traicho Kostov e, na Hungria, “são julgados, condenados e executados como ‘titoístas’ diversos dirigentes, dentre os quais o ex-secretário-geral do PCH, László Rajk<sup>45</sup> (que tinha sido expulso do partido em junho)<sup>46</sup>” (Konder, 1980. p. 86).

Nesse contexto deve ser destacado o papel da *intelligentsia húngara* e do panorama cultural geral húngaro no combate aos métodos autoritários de Mátyás Rákosi, o chamado melhor aprendiz de Stálin (Szabo, 2005)<sup>47</sup>. No período Rákosi o ambiente intelectual, sob o jugo do dirigente József Revai, fez com que em 1948<sup>48</sup> fossem extintas as mais relevantes revistas literárias e estatizadas as principais editoras do país. Vários escritores húngaros decidem exilar-se, o que é feito, também, por outros trabalhadores da cultura, como o caso do cineasta Hamza D. Ákos, que se refugia no Brasil (Szábo, 2005). Nesse contexto:

Escritores clássicos húngaros, como Imre Madách, Endre Ady e József Attila foram proibidos ou tratados com restrições por serem pessimistas, ou nacionalistas, ou religiosos, ou mesmo pequeno-burgueses, e os contemporâneos que não se adequavam ao realismo socialista eram tachados de “decadentes” (Milán Füst), “contra-revolucionários” (Sándor Weöres), “direitistas” (Gyula Illyés), “modernistas” (Lajos Kassák), “anti-realistas” (Géza Oulik), “partidários da terceira via” (László Németh) [...] Nas livrarias ainda se encontravam à disposição obras de alguns autores ocidentais, como Cocteau, Malraux, Sienkiewicz, Upton Sinclair, H.

<sup>44</sup> László Rudas, fundador do Partido Comunista Húngaro, exilou-se na União Soviética. A partir de 1944 retorna e dirige o Instituto Superior do Partido Comunista Húngaro (anexo ao seu Comitê Central) e, posteriormente, o Instituto Superior de Ciências Econômicas.

<sup>45</sup> László Rajk foi um político comunista húngaro tendo sido, em 1944, secretário do Comitê Central do Partido Comunista Húngaro. Em Maio de 1949 é preso e acusado de espionagem e assinado pelo regime.

<sup>46</sup> “Acerca do processo de Rajk, Mészáros considera “a questão Lukács” sua “correspondente no campo ideológico-cultural” (Mészáros, 2018, p. 31).

<sup>47</sup> “Rákosi não gostava de condecorações, mas apreciava seus apelidos: “o sábio pai do povo húngaro”, “mestre de nosso Partido”, o “grande filho do povo húngaro” [...] Seu braço direito, Ernő Gerő, dizia: “se dissemos Rákosi, entendemos povo húngaro; se falamos povo húngaro, entendemos Rákosi” (Szabó, 2005, p. 20).

<sup>48</sup> Deve chamar a atenção do leitor o fato de que, “por iniciativa de Rákosi, o ano de 1948 na Hungria foi chamado ‘o ano da mudança’, porque então se conseguira eliminar da vida política os vários partidos e, com eles, a oposição externa ao Partido Comunista Húngaro (Mészáros, 2018, p. 31).

G. Wells e Stefan Zweig, e até de socialistas como Bertolt Brecht e Paul Eluárd mas o que realmente se podia adquirir eram obras de escritores comunistas húngaros como Illés Béla, muito Balzac, com suas descrições críticas da sociedade burguesa francesa do século XIX e, evidentemente, todas as obras de Marx, Engels, Lenin e Stalin. Em 1951, aproximadamente 60 milhões de livros foram impressos, divididos em 12 mil títulos, sendo o best-seller “A história do Partido Comunista da URSS”. Entre 1949 e 1953, a Hungria não teve acesso a novos livros ou a peças ocidentais, com a exceção de alguns autores comunistas ou “companheiros de viagem”, como Jorge Amado (Sázbo, 2006, p. 30).

Não pode causar algum tipo de espanto o fato de setores culturais da Hungria, – principalmente os literários, se se quer tratar das condições de Lukács – estarem intimamente envolvidos com questões da política já que, para Mészáros (2018, p. 29): “a literatura de acentuada inflexão política é, na Hungria, uma tradição já secular, desde a época da resistência contra os turcos” de modo que, frequentemente, “ela toma para si a tarefa de preencher o vazio deixado pela inexistência ou pela pobreza do pensamento político”. Em verdade, o que também não pode causar espécie é o fato de, no período em que Lukács tenha se dedicado à “questões literárias” – ou à arte, em sentido mais amplo –, siga existindo em suas obras uma forte entonação política, de modo que a dedicação lukácsiana aos temas estéticos não pode ser lida como “uma retirada tática do campo da política” (Alves, 2024).

A partir de junho de 1949 Lukács sofre três ataques que marcam uma virada importante em sua trajetória<sup>49</sup>. A começar pela publicação, na revista *Társadalmi Szemle*<sup>50</sup>, periódico ideológico oficial do partido húngaro, de uma crítica de László Rudas acusando Lukács ter tratado sempre, na literatura, de uma espécie “homem contemporâneo geral”, sem levar em conta a diferença essencial que “existiria entre o homem deformado das sociedades capitalistas e o ‘homem novo’ já criado pelo socialismo” (Konder, 1980, p. 86). Desse modo, a acusação era de que Lukács subestimava a importância das conquistas do socialismo na União Soviética e alimentava “ilusões burgueses na caracterização (‘titoista’) das democracias populares<sup>51</sup>” (Konder, 1980, p.86).

<sup>49</sup> Deve ser lembrado que essa não foi a primeira vez que o sectarismo stalinista atacava princípios culturais de Lukács: “já nos anos de Exílio na União Soviética, os vários [Aleksandr] Fadeev tinham perseguido sistematicamente a revista *Literaturnii Kritik* [Crítica Literária], redigida sob sua direção espiritual, que postulava o princípio do realismo contra as idílicas mentiras chamadas de ‘romantismo revolucionário’” (Mészáros, 2018, p. 31)

<sup>50</sup> Periódico vinculado de 1931-1933 ao Partido Comunista da Hungria (*Kommunisták Magyarországi Pártja* - KMP) e, posteriormente, entre 1946 e 1988 ao Partido Comunista Húngaro (*Magyar Kommunista Párt* - MKP) e ao Partido Socialista Operário Húngaro (*Magyar Szocialista Munkáspárt* - MSzMP)

<sup>51</sup> Designação atribuída oficialmente pelos regimes, à época, do Leste Europeu.

Lukács, para reduzir a tensão do conflito, realiza uma de suas autocríticas<sup>52</sup> mas, ainda assim, mais um ataque lhe é deferido: Márton Horváth, dirigente de segundo escalão, mas próximo ao Comitê Central do PC húngaro ressaltara que sempre teria havido uma diferença entre “a concepção lukácsiana do realismo socialista e a concepção oficial soviética” (Konder, 1980, p. 87). No fim, Jozsef Revái – outrora admirador de *História e Consciência de classe* (Konder, 1980, p.86) – escreve mais um, o terceiro texto, no qual, ao dizer como “faltava à obra de Lukács o espírito combatente do marxismo-leninismo” o magiar cometeria “erros políticos [...] como uma consequência da sua fidelidade à perspectiva equivocada das *Teses de Blum*” (Konder, 1980, p. 87, Mészáros, 2018)<sup>53</sup>. Acerca dessa sucessão de ataques à Lukács:

É o início da prestação de contas em face de qualquer um que tivesse sustentado teses que desviassem daquelas permitidas pela linha política oficial e stalinista do Partido Comunista Húngaro. Os primeiros sinais do cerco que se estava preparando foram dados numa reunião dos partidos comunistas europeus na Polônia no inverno de 1947, publicados por Rákosi em março de 1948 no periódico *Szabad Nép*, num artigo com o título emblemático de “*A kövertkező láncszem*” (O próximo anel da cadeia). Lukács não permaneceu inerte ante esses primeiros sinais: em maio de 1949 havia demandado à secretaria do PCH para ser liberado tanto das tarefas de partido quanto das tarefas acadêmicas, com o intuito de dedicar-se aos seus estudos de estética e de ética marxistas (Infranca, 2021, p. 151).

Vejam aqui como, mesmo na situação em que Lukács se retira publicamente das atividades do Partido para dedicar-se aos estudos da estética e da ética, *são suas publicações acerca de questões literárias que foram atacadas – por exemplo, por László Rudas – em sinal de perseguição política*. Portanto, estamos de acordo com Brandão (2021) ao acharmos insuficiente resumir política, em Lukács, “somente a questões de política cultural”. Isso porque, considerar que Lukács, em determinados períodos da vida, estivesse tratando de política, “apenas” no aspecto cultural, parece gerar a errada inferência de que, quando tratando de questões que sejam de cultura Lukács não estivesse a rigor, tratando de política para além de questões culturais. É impossível tornar estanque ou separar as produções culturais e sobre política cultural de Lukács de seus enfrentamentos políticos mais amplos e inseridos naquele contexto histórico.

É certo que, considerando a morte de Stálin em 1953, puderam alternar-se, entre a “questão Lukács” e a Revolução Húngara, momentos nos quais Lukács usufruiu de certo

<sup>52</sup> “Os dirigentes do partido, muito ocupados com o processo Rajk, que tinha uma importância política muito maior, consideraram inoportuno suscitar a atenção dos intelectuais com a prisão de Lukács, uma vez que era fácil afastá-lo da vida cultural húngara. Assim, felizmente não se repetiu a condenação que Lukács recebeu na Rússia em 1941: com uma autocrítica formal mais tarde assim definida até por Révai e com o apoio de todos os estratos da intelligentsia ocidental, ele conseguiu livrar-se da prisão” (Mészáros, 2018, p. 32).

<sup>53</sup> Chama nossa atenção, a nota de rodapé n.133 de Konder (1980, p.87) que nos informa que “a apresentação da edição desse artigo de Revai em inglês foi feita por Eric Hobsbawn, que considerou o artigo um ‘*extremely able and balanced essay*’”

prestígio – em 1955, por exemplo, o magiar recebe na Húngria o prêmio Kossuth (Netto, 2015; Konder, 1980). Nessa mesma toada de desestalinização, em maio de 1953, Mátyás Rákosi é convocado a Moscou e retorna ao país tendo Imre Nagy como seu primeiro-ministro por decisão da cúpula do PCUS<sup>54</sup>. Ainda que a regência de Nagy não termine em bons termos – já que em 1955 o dirigente retorna à mesma Moscou acusado de propor um socialismo nacionalista húngaro, tendo cometido “erros direitistas” (Szabo, 2005) – indicou-se um processo de abertura, ainda que lento e gradual na Hungria, colocando o país em condições de impossibilidade de retornar, exatamente, às condições de domínio de Stálin.

Justamente nesse complexo e gradual momento de possibilidade de revisões, o que Lukács coloca em debate é, sobretudo, uma revisão: os métodos stalinistas, inclusive os específicos da Hungria, não haviam dado conta da profundidade do concreto, dos fenômenos reais — de modo que o menosprezo das contradições concretas, reduzidas sempre ao simples desenho da luta de classes e da repetição desconectada de supostos dogmas de Marx, Engels e Lênin, era base do sectarismo stalinista. O ano de 1956 marcaria o movimento de levante público contra o stalinismo: Lukács funda a revista *Eszmélet* (Tomada de Consciência) ao passo que emerge o Círculo Petöfi. Nesse ambiente de efervescência e contestação o filósofo realiza uma conferência, intitulada “*A luta entre progresso e a reação na cultura contemporânea*” (Lukács, 2008a). Com críticas abertas aos métodos stalinistas que possuíam como base a suposta agudização da luta de classes, Lukács se posiciona firmemente acerca de Stálin e de “camaradas que persistem no dogmatismo staliniano”:

Resumindo: as frentes atuais do progresso e da reação, ainda que nem sempre facilmente discerníveis, são as frentes da paz e da guerra, da coexistência e da guerra fria, da autodeterminação dos povos e da opressão colonial. Após as revelações públicas do camarada Kruschev, a burguesia empreendeu novamente a desesperada tentativa de constituir uma linha de frente assentada na oposição entre capitalismo e socialismo. Enxergamos nesta manobra burguesa um sério perigo e advertimos que os camaradas que persistem no dogmatismo staliniano oferecem, involuntária mas objetivamente, uma ajuda à burguesia, confirmando as idéias dela segundo as quais a ditadura do proletariado seria incompatível com a democracia, com a liberdade, com a legalidade, que o marxismo seria uma coleção de dogmas, que a ideologia socialista seria incapaz de fomentar criadoramente a ciência e a arte etc. Sabemos que os camaradas que, por décadas, foram prisioneiros do sectarismo e do dogmatismo não desejam isso. Mas também sabemos, como marxistas, que não importa o que os homens desejam: importam as consequências objetivamente dialéticas dos seus pontos de vista (Lukács, 2008a, p. 79).

---

<sup>54</sup> “Não é à toa que o Kremlin escolhe Nagy para ser o novo primeiro-ministro: era, por um lado, um comunista convicto e fiel a Moscou e, pelo outro, um intelectual que percebeu os erros do processo e que tinha boa aceitação popular” (Szabo, 2005, p. 38)

Na trajetória dos acontecimentos que culminaram na noite de 4 de novembro de 1956, com a invasão da Hungria por tropas soviéticas, O *Círculo Petöfi*<sup>55</sup> constituiu-se como o principal *locus* de debate e questionamento crítico ao stalinismo na Hungria – reafirmando como juntavam-se os debates acerca de aspectos culturais e os demais temas política, de modo que os debates do Círculo não poderiam ser reduzidos a uma “militância cultural” (à luz do que também levanta Alves, 2024).

Originado em março, por elementos da Liga dos Jovens Trabalhadores, o Círculo contou com a presença de Lukács — quem chegou a coordenar trabalhos e proferir falas com críticas efusivas acerca das gestões do partido húngaro. É no Círculo Petöfi que é feita a afirmação de que as condições as quais o marxismo estava submetido, àquele momento do século XX, na Hungria, eram piores do que as que o regime Horthy<sup>56</sup> os havia submetido:

Ouso afirmar que o marxismo nunca esteve, perante a opinião pública do nosso país, numa situação tão precária como a de hoje. Ouso afirmar que a situação do marxismo, hoje, está pior do que nos tempos do regime de Horthy". Por quê? Porque nos tempos de Horthy um grupo, embora reduzido, de homens arriscava a vida para obter um livro de Marx ou de Lênin. Porque nos tempos de Horthy uma parte dos intelectuais olhava para o marxismo com desconfiança, com ódio, com medo, com o sentimento de que nele havia algo de terrível, de eventualmente perigoso, mas que afinal talvez fosse bom; quer dizer, respeitava-o. Os últimos sete ou oito anos desfizeram isso. Ouso acrescentar: não só entre os intelectuais fora do partido, mas também entre uma parte dos intelectuais do próprio partido [...] Não podemos edificar o socialismo e criar uma cultura socialista se não convenceremos os nossos intelectuais de que o emprego do materialismo dialético e do materialismo histórico corresponde a uma necessidade não só do nosso ponto de vista, mas também do ponto de vista do trabalho de cada um deles no seu campo específico (Lukács, 1980, [n.p.]

Originado a partir de movimentos da juventude Húngara, o Círculo tornou-se uma espécie de *ágora cultural*, amplamente acessível à opinião pública, mostrando como um fórum livre de debates, de construção coletiva pública<sup>57</sup>, pode exercer influência direta na criação de um contexto revolucionário. O fomento sistemático de debates críticos pelo Círculo – agora ampliado para além da juventude, tendo-se tornado uma organização da *intelligentsia* húngara com cientistas e membros da imprensa (Mészáros, 2018) – conferiu relevância política às bases intelectuais do movimento que transformaria a conjuntura política húngara. À medida que se expandiam os participantes – e assim era acrescida, também, por consequência, a possibilidade de mais debatedores ingerirem em questões da realidade

<sup>55</sup> O nome é escolhido pelo movimento como uma referência ao poeta Sándor Petöfi, que aos 25 anos ficou conhecido como um dos "jovens de março", a juventude revolucionária de 1848 na Hungria. Petöfi morre em 1849 em uma das batalhas da luta pela independência húngara (Mészáros, 2018).

<sup>56</sup> O almirante Nikolaus von Horthy foi o principal dirigente político do regime ditatorial implantado na Hungria após a intervenção armada que derrotou a Comuna, em 1919 (Konder, 1980, p.179).

<sup>57</sup> Foram conduzidas discussões no Círculo, dentre as possibilidades de registro (Mészáros, 2018) por historiadores, críticos literários, economistas, membros da imprensa e também filósofos.

húngara – mais a oposição dos dirigentes do partido húngaro alinhados à linha rakosita-stalinista aumentava. A tentativa de censura ao debate e à participação popular nos assuntos políticos valeu-se da descredibilização da validade dos participantes, supostamente inábeis para tratar de aspectos da política:

Os acusadores do Círculo Petöfi sempre se valem do argumento segundo o qual o círculo não fazia discussões científicas, mas "fazia política", porque (era isso que mais irritava os dirigentes) eram tratadas as questões políticas do momento após a descrição da situação num determinado campo, *buscavam-se suas causas e a responsabilidade, bem como os meios de contorná-la*. A acusação de que se fizesse política pareceu tanto mais estranha enquanto, no período anterior, os dirigentes não falavam de outra coisa senão da luta que se deveria travar contra a "ciência apolítica e contra a "arte apolítica". É notório o provérbio preferido dos dirigentes do partido, "Se eu quero, está grávida; se não quero, não está", segundo o qual uma coisa deveria subitamente assumir uma forma "rigorosamente científica (chamada ainda ontem "apolítica") quando eles o quisessem, quando servisse a seus interesses. [...] Continua hoje essa tradição rákosista quando ordena aos escritores que não façam política ao escrever, "porque de política não entendem (Mészáros, 2018, p. 158)

A inabilidade de certos atores – somente para o tratamento de aspectos da política “*stricto sensu*” uma vez que, como vimos no excerto acima, os mesmos atores eram condicionados, por diretivas da política cultural stalinista, a produzirem obras artísticas de teor político – era medida sempre através da comparação a outras pessoas, as quais possuiriam uma suposta autoridade, baseada na hierarquia de cargos burocráticos de partido ou de estado, em uma espécie de preciosismo de carreira ou, também, “carreirismo político”:

por motivos que não podemos abordar aqui, a fisionomia política das últimas décadas caracterizou-se de um lado, pela disseminação do ‘político profissional’, capaz de prever empiricamente, no jogo do xadrez político, no mínimo dois passos a frente; do outro, como complemento necessário do fenômeno precedente, pelo isolamento quase total da vida política de homens capazes de ver em perspectiva o desenvolvimento político, seu “academicismo” – e isso, novamente, em ambos os lados do mundo. Daí a separação entre a política e o “espírito”, entre a parte tático-imediata e a perspectiva de longo prazo, pela qual os homens políticos tratam de conceber a política sob dois aspectos nitidamente cindidos: a prática empírica e o elemento doutrinário, quase necessariamente dogmático, destinado a substituir o ‘espírito da política’, a esconder e tornar aceitável sua falta de perspectiva (Mészáros, 2018, p.30)

O Círculo Petöfi pode ser considerado, dessa forma, o oposto da fisionomia política da Hungria oficial daquela época. Logo, o desagrado frente às consequências do Círculo tomava ainda mais vulto e força com o incremento da participação de operários de diversas fábricas<sup>58</sup> — os quais já não mais atendiam às expectativas dos dirigentes, de apoio entusiasmado às

<sup>58</sup> “O público do Círculo Petöfi tornou-se, em pouquíssimo tempo, tão vasto a ponto de abranger todos os extratos da sociedade. A participação nas discussões aumentou de semana em semana, e na discussão sobre a imprensa estavam presentes pelo menos seis mil pessoas, enquanto milhares tiveram de ficar de fora por falta de espaço. Os operários mostraram um enorme interesse pelas reuniões do Círculo Petöfi: nas discussões estavam sempre presentes delegações mais ou menos numerosas das diversas fábricas, com a tarefa de, no dia seguinte, relatar a seus companheiros de trabalho o que tinham visto e ouvido” (Mészáros, 2018, p. 161-162).

decisões do partido<sup>59</sup>. Já havia, àquela altura, no ambiente do Círculo, o interesse generalizado pela possibilidade de crítica às várias instâncias decisórias húngaras. Naquelas circunstâncias era possível aos associados pautar as discussões e o debate de questões políticas do momento, apontando coletivamente as causas, as responsabilidades e as maneiras pelas quais os dilemas poderiam ser administrados. Com isso é possível, ao retornarmos ao registro da fala de Lukács no Círculo Petöfi, *A luta entre o progresso a cultura contemporânea* (Netto, 2008), compreender o que é dito como “edificar o socialismo e criar uma cultura socialista”, em que haja a renúncia a uma “definitividade burocraticamente decretada” e que fosse possível

discutir aberta e publicamente as divergências efetivas na ciência e na arte [...] [imprimindo] internamente ao marxismo um avanço superior a qualquer previsão e (ao contrário do que pensa a burocracia cultural stalinista) seria aumentar externamente a autoridade dos estudiosos e dos artistas marxistas verdadeiramente capazes (Lukács, 1977, p. 46)

Portanto, se as considerações de Lukács são capazes de fornecer indicações acerca da criação de uma “cultura socialista” que traria consequências diretas na prática política é impossível que qualquer leitura do húngaro tardio, que se pretenda séria, não seja feita considerando a riqueza das ponderações do filósofo húngaro acerca da política. Por essa razão o que nos é caro, a essa altura de nossa exposição não é, propriamente, debater os detalhes das ações revolucionárias ligadas à Revolução Húngara – ainda que reconheçamos a relevância da formação da República Popular da Hungria, vigente entre 23 de outubro e 10 de novembro de 1956, que contou com Lukács como ministro da Cultura Popular. O que nos caberá, primordialmente, é compreender em quais medidas esse período diz sobre a *legitimação da democracia* (Lukács, 2008e, p. 236) – ou, em outras palavras, em quais medidas esse período diz sobre o que Lukács se propunha a tratar na época da confecção do *Testamento Político* e de outros textos políticos tardios. Lukács debate, em *O Processo de Democratização*, a seu

---

<sup>59</sup> “Os operários se punham a falar, e, em lugar da costumeira ‘aprovação entusiástica’, expressavam sua opinião sobre a direção do país com palavras mais duras, muitas vezes com palavrões - graças a suas experiências simples e diretas. Na ‘Csepel’ vermelha (o distrito das grandes siderúrgicas de Budapeste), por exemplo, numa dessas reuniões de caráter oficial, depois de orador do partido, um operário da fundição tomou a palavra e disse com extrema crueza aos funcionários do partido presentes no Presidium. ‘Eu quero dizer apenas isso... não sou um orador... Que se danem todos eles... E o mais depressa possível’. E depois voltou a se sentar enquanto suas palavras eram acolhidas pelos operários com um fragoroso aplauso. A reunião, que deveria ser festiva, terminou, é claro, em escândalo, e assim serviu ao revés, contra os dirigentes” (Meszáros, 2018, p. 161-162).

modo, após 10 anos impedido de retornar às atividades políticas<sup>60</sup> no partido, as consequências de sua participação no levante húngaro:

Nunca oculte que o meu refúgio na Embaixada da Iugoslávia foi um erro, ou, mais que isso, o único momento da minha vida do qual posso dizer que tomei uma decisão importante de forma inteiramente brutal, movido por razões humanamente tolas. De fato, me telefonaram à noite, quando estava desorientado pela falta de sono; e posso assegurar a todos que, se houvessem me chamado pela manhã, eu não teria entrado na Embaixada da Iugoslávia. Tive clareza disso na manhã seguinte e é sabido por todos que, desde o primeiro momento em que se tornou possível que saíssemos da embaixada, nós Szántó, Zoltán Vas e eu - quisemos nos retirar. Mas a polícia impediu-nos de sair e logo nos juntou a Imre Nagy e seus seguidores. Quero deixar bem claro: na Embaixada da Iugoslávia, entrei por livre e espontânea vontade; para a Romênia, fui deportado e lá estive preso com Imre Nagy (Lukács, 2008c, p. 248-249)

Deve ter chamado atenção do leitor, desse modo, como a revolução húngara e o Círculo Petöfi forneceram indicativos quanto à relevância de duas questões que serão, como logo veremos, essenciais à compreensão da riqueza dos textos políticos tardios, em especial, o *Testamento Político*. Em primeiro lugar, o Círculo Petöfi representou, *in limine*, um caso e uma possibilidade concreta do exercício da liberdade política. Em segundo lugar, o exercício dessa liberdade guardará, como veremos ainda melhor no *Testamento*, uma estreita relação com a criação de uma cultura socialista, que traria consequências diretas na prática política do socialista daquele tempo. Antes de adentrarmos, justamente, nessas questões em uma análise mais meticulosa acerca do *Testamento Político* é necessário, somente, que façamos uma breve exposição acerca das condições da recepção dos escritos lukácsianos no Brasil – principalmente no que tange ao tratamento lukácsiano da política.

---

<sup>60</sup> Em 1956 Lukács envia uma carta ao Comitê Central do partido húngaro solicitando sua readmissão no partido. A carta ficou sem resposta e, quando, em 1967, o Comitê Central propôs que Lukács retornasse ao Partido, o filósofo enviou a carta novamente, esperando uma resposta tardia, que também não ocorre, ainda que houvesse sido readmitido (Infranca; Vedda, 2003). No *Testamento*, o magiar diz o seguinte: “Quero destacar que nunca pedi meu desligamento do Partido. Quando retornei da Romênia, escrevi uma carta ao Comitê Central, cujo conteúdo era mais ou menos o seguinte: tornei-me membro do Partido em tal data, todos conhecem minhas posições, posto que sempre as manifestei abertamente, de modo que solicito minha filiação. Não tive resposta. Quando, depois de 1966 e bem depois da minha solicitação, as conversações foram retomadas, voltei a remeter ao Comitê Central a mesma carta, assinalando a ausência de resposta desde 1957 e aduzindo que talvez, dadas as novas condições, o Comitê Central poderia tratar do assunto” (Lukács, 2008e, p. 250)

### 3 COMENTÁRIO ACERCA DA RECEPÇÃO DOS ESCRITOS POLÍTICOS DE LUKÁCS NO BRASIL

Depois de analisarmos as condições históricas soviéticas e húngaras que marcaram o período da confecção dos textos políticos tardios de Lukács, observaremos, ainda que de modo módico, a recepção das considerações de Lukács acerca da política no Brasil.

Dizemos que nossa intenção é módica pois não temos condições de fazer, propriamente, um escrutínio da trajetória intelectual e política de uma série de pessoas que contribuíram para a tradução, difusão e interpretação da obra de Lukács no Brasil<sup>61</sup>. Nossa tentativa é a de aprofundarmo-nos em condições históricas relacionadas às interpretações das letras lukácsianas no Brasil, inclusive as que versavam sobre política. É importante que esteja claro mais uma vez como não é possível fazer um corte epistemológico ou uma divisão arbitrária da obra de György Lukács. Por considerações acerca da política não iremos avaliar a recepção somente de suposta “parte” da obra de Lukács, como se esse tema estivesse contido em apenas em parte da obra do húngaro e que outros títulos do autor não nos interessassem. O que avaliaremos acerca da recepção da obra de Lukács no Brasil é em que medida a obra do húngaro — incluindo o *Testamento Político* e outros textos de mesma época — foram recepcionados e seu conteúdo tratado ou assimilado no Brasil, o que estará, como veremos, intimamente relacionado às condições políticas daquele tempo, no Brasil e no restante do mundo. De modo dialético, tanto o contexto histórico no qual as obras foram recebidas no Brasil impactou a leitura dos textos políticos de Lukács vindos da Europa Ocidental quanto a apropriação dessas obras teve potencial significativo de influir nas condições políticas e históricas nacionais.

O primeiro contato do amplo público brasileiro com a obra marxista de Lukács data de 1959: acessou-se a tradução, para o português, do prefácio de *A destruição da razão* — aqui nomeado “*O irracionalismo - fenômeno internacional do período imperialista*”. A obra, que somente em 2020 ganhou sua primeira tradução completa publicada no Brasil, teve prefácio divulgado na *Estudos Sociais*, revista teórica vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob a direção de Astrojildo Pereira (Barbosa, 2011; Brandão, 2024; Frederico, 2007; Netto, 2024). Tal primeira divulgação de um texto lukácsiano não ocorreu sem que fosse

---

<sup>61</sup> Para esse intuito destacamos três textos consideravelmente utilizados na realização deste trabalho. São eles: Celso Frederico (2007) em “*Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade*”; a tese de Gláucia Maria Tinoco Barbosa (2011) de título “*A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DOS LUKACSIANOS BRASILEIROS: 1960-2000*” e, por fim, as entrevistas da comissão editorial e o artigo de André Brandão disponíveis no *Dossiê sobre Recepção de Georg Lukács no Brasil*, na edição ano 2024 (V.11, n.1) do Anuário Lukács.

necessário, no mínimo protocolarmente, uma deferência à linha stalinista dos partidos comunistas: isto é, o texto de Lukács é publicado na revista junto ao ensaio "*Relação entre as idéias políticas e filosóficas de Lukács*", de Jozsef Szigeti, àquela altura, Vice Ministro de Cultura do governo de János Kádár. Na apresentação dos dois textos, a *Estudos Sociais* considerou necessário justificar a publicação do texto, com “uma cautelosa ‘nota da redação’ informando que a publicação visava a contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do pensamento filosófico marxista” (Frederico, 2007, p. 186).

Já quanto a obra mais tardia, José Chasin publica em 1967 um dos primeiros livros de Lukács no Brasil: *Existencialismo ou Marxismo*, pela editora Senzala (Barbosa, 2011; Brandão, 2024; Frederico, 2007). Em 1969 são publicadas em português as entrevistas de Abendroth, Holz e Kofler, o chamado *Conversando com Lukács*, pela Paz e Terra (Vaisman, 2024; Instituto Lukács, 2014)<sup>62</sup>. Na década de 1970 são vistas as primeiras versões em português de *Para uma Ontologia do Ser Social*, de autoria de Carlos Nelson Coutinho, sendo os primeiros capítulos publicados: “*A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*” e “*Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*” (Barbosa, 2011). Há, também, a referência à publicação, nos anos 1970, do capítulo sobre o trabalho pela *Livraria Editora Ciências Humanas* (Vaisman, 2024). Somente na década de 1980 se tem acesso ao texto completo de *Para uma Ontologia do Ser Social* através de uma edição italiana (posto que a versão alemã só se encontraria disponível em 1986), traduzida para o português em 1985, através de esforços de pesquisadores ligados a José Chasin — como o caso da tradução de parte da *Ontologia*, acerca da Ideologia, na dissertação de mestrado de Ester Vaisman.

Devem estar claras, a essa altura, duas questões sobre o contexto da recepção das obras lukácsianas no Brasil. Primeiro, que o período no qual deu-se o início da divulgação da obra lukácsiana no Brasil, o final da década de 1950 e início da década de 1960, para além de ser o contexto marcado pela morte de Stálin e pela Revolução Húngara é, também, o momento em que tensões políticas no Brasil resultam no golpe cívico-militar de 1964.

Nesse sentido, merece atenção o fato de que o interesse inicial pelo pensamento de Lukács no Brasil, no ambiente de reorganização dos comunistas perante o fechamento do regime político, deu-se, basicamente, através do que Frederico (2007) conferiu o nome — e que por nós afigura-se razoável — de *jovem intelectualidade comunista*. Essa jovem intelectualidade não contou com um ambiente incentivador e propício, tanto nos partidos

---

<sup>62</sup> Somam-se às traduções para português da década de 1960, que inaugurara a presença editorial de Lukács no Brasil: *A teoria do Romance* (Duas Cidades, São Paulo, 1965), *Ensaio Sobre Literatura* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965), *Introdução a uma Estética Marxista* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968) e *Marxismo e Teoria da Literatura* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968) (Instituto Lukács, 2014).

políticos<sup>63</sup> quanto nas universidades<sup>64</sup>, o que pode ter permitido, ao menos, mobilizar Lukács com mais liberdade em uma posição contrária ao dogmatismo do marxismo oficial soviético que, àquela época, ainda se difundia pelo mundo em instituições que mantinham traços stalinistas em diversos ambientes.

Esse caráter marginal à institucionalidade típico da recepção lukácsiana no Brasil é o que faz possível ser compreendido, também, outro traço comum a parte da *intelligentsia* responsável pela absorção das obras do magiar: a vinculação a um ambiente de *resistência cultural* daquele período — que era, notadamente, um pólo não institucional de aglutinação de opositores ao regime e ao autoritarismo no Brasil (Frederico, 2007). Assim, à Lukács coube, muitas vezes, o reforço à luta ideológica mais frutífera à época: aquela feita no âmbito das questões culturais.

A efervescência artística do pré-64, expressa no cinema novo, na bossa nova, nos Centros Populares de Cultura, desdobrou-se, após o golpe, num amplo movimento de resistência cultural contra os novos governantes, a censura e o chamado "terrorismo cultural". A contestação inicial do regime foi feita basicamente pela *intelligentsia* radicalizada, num momento dramático em que a classe operária encontrava-se desmobilizada e sofrendo uma repressão que os donos do poder não ousavam estender para a classe média intelectualizada [...] Uma mudança estrutural se passava em nossa estrutura de classes, sem que na época se pudesse perceber com clareza. Trata-se da formação de um vasto contingente de produtores e consumidores de cultura, uma numerosa pequena burguesia intelectualizada, geradora das condições para a criação de um mercado e de uma indústria de bens culturais no Brasil. Esse setor era o campo principal para as idéias de esquerda e o núcleo de resistência ao regime militar. A publicação das primeiras traduções de Lukács vai se dar nesse ambiente de radicalização política (Frederico, 2007, p. 193).

A vinculação do pensamento político de Lukács à seara cultural também foi uma estratégia comum a parte dos intelectuais lukácsianos que estavam próximos à estrutura político-partidária do Partido Comunista do Brasil (PCB). Isso porque, já no período anterior ao golpe militar de 1964, tornou-se difícil que críticas de Lukács contidas em suas teorizações — incluindo as que versassem sobre política — gozassem de muito prestígio, de modo que a circunscrição ou a redução do pensamento lukácsiano às questões da “política cultural” parece ter se tornado um cenário possível em meio às disputas internas do partido comunista do

<sup>63</sup> Como ressaltado por Barbosa (2011, p. 126): “Se, por um lado, o Partido Comunista consentia em análises culturais da realidade nacional, por outro, é importante atentar para o fato de que a inserção lukácsiana no país não se deu por intermédio direto do Partido Comunista (PCB)”

<sup>64</sup> Frederico (2007) destaca que não era inexistente, na universidade, o tratamento da obra de Lukács – citando, inicialmente, supostas referências feitas à Lukács pelos intelectuais acadêmicos Otto Maria Carpeaux e Anatol Rosenfeld. Entretanto, os que colocavam abertamente a discussão lukácsiana nos debates acadêmicos ainda eram um grupo minoritário. Nesta toada devem ser destacados Nelson Werneck Sodré com a incorporação explícita de ideias lukácsianas em sua *História da Literatura Brasileira* (Editora José Olympio, 1960) e José Chasin que, em 1963, enquanto estudante de filosofia da Universidade de São Paulo, submete sua *Dissertação sobre a sociologia do conhecimento de K. Mannheim* (*Revista Brasiliense*, números 47 e 48), abordando pela primeira vez no Brasil a crítica lukácsiana à sociologia enquanto ciência objetiva e autônoma, posição que será reverberada por mais pesquisadores posteriormente.

Brasil (PCB). Em outras palavras, os questionamentos gerados pela publicização das críticas ao stalinismo feitas pelo PCUS na crise político-ideológica dos anos 56-57<sup>65</sup>, consequência do XX Congresso do PCUS, chegaram a ser recebidos com perplexidade, dúvida e desconfiança no Brasil, tendo sido, muitas vezes, questionada a legitimidade das informações que apresentavam um horizonte crítico e de combate ao stalinismo — como era o caso de Lukács — e suas consequências no movimento comunista internacional:

No Brasil, os pecebistas ficaram perplexos com as revelações, chegando até mesmo a duvidar de sua veracidade, pensando que tudo se tratava de uma intriga provocada por anticomunistas [...] As primeiras notícias veiculadas na imprensa comunista, Voz Operária e Imprensa Popular, davam um tom oficioso às questões relativas ao XX Congresso, diminuindo a verdadeira dimensão dos debates que aconteciam em outros partidos comunistas. As matérias traziam resoluções do Partido Comunista Italiano, um exemplo que mais avançou nos debates. Foi publicado também, no jornal Estado de São Paulo, um artigo de Eugene Dennis, secretário-geral do PC Americano, que afirmava a legitimidade dos documentos apresentados por Krushev, mas o artigo foi considerado armação da imprensa burguesa (Assis; Gonçalves, 2009, p. 11-17).

Com isso nos deparamos com um aspecto que central: uma redução da complexidade do último tratamento lukácsiano acerca da política pode ter acontecido não pela insuficiência das considerações de Lukács mas, em verdade, por conta de condições externas que impediram sua obra tardia acerca da política de ser adequadamente explorada. Em outras palavras, Lukács parecia somente vinculado a aspectos da “política cultural” e tais aspectos não pareciam adequadamente relacionados a outras questões acerca da política postas por Lukács. Isso não equivale a dizer, todavia, que não existem lacunas ou carências no pensamento lukácsiano quanto a política. Nem por nós será dito, também, que Lukács não tenha conferido às questões específicas da “política cultural” relevante significativa — uma vez que, como já destacado no capítulo anterior, as condições da União Soviética também não foram favoráveis à ampla expressão das ideias e, neste contexto, Lukács parece por vezes ter encontrado no debate acerca da cultura maior possibilidade de expressão.

Assim, feito um exame em retrospecto, a conjuntura intelectual brasileira na qual se inseriu a obra lukácsiana revelou-se pouco favorável para que a apropriação mais rigorosa das formulações acerca da política prosperasse — algo que se estendeu até a década de 1980, já que, mesmo a crise do regime militar e a reativação da política institucional não se reverteram, automaticamente, em um espaço mais qualificado a Lukács destinado no debate público. Conforme se pode observar com o auxílio de Ester Vaisman em entrevista para o

---

<sup>65</sup> Nesse sentido, destaca-se um dos relevantes espaços de estudo e debate para além da institucionalidade política oficial: o grupo de estudos do Capital iniciado por José Arthur Giannotti na USP em 1958, que contou com participação de diversos intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni, Paul Singer e Roberto Schwarz.

*Anuário Lukács* (2024), as discussões sobre a redemocratização do país, nas décadas de 1970 e 1980<sup>66</sup>, não tomaram uma direção na qual era possível realmente aproveitar a radicalidade das considerações de Lukács quanto a política:

Todo mundo estava falando em liberdades democráticas, em uma mudança institucional do país, porque a transição lenta e gradual do Figueiredo, pensada pelo Geisel, tinha que ser mantida a todo custo, de acordo com a oposição legal e a clandestina, *então certas questões não poderiam ser trazidas à tona — teríamos que ficar no campo da reivindicação pelas liberdades democráticas pelo aperfeiçoamento institucional do aparato jurídico e político*, sem colocar em pauta questões que pudessem... (essa era a linha do PCB, era a linha do jornal *A unidade sindical*, que era vinculado ao PCB) que pudessem colocar em risco um processo que se julgava extremamente delicado, que corria o risco a qualquer momento de ser perdido. Então, de acordo com o MDB e a oposição clandestina orientada pelo “partidão”, *era necessário garantir a transição lenta e gradual sem colocar em pauta questões que pudessem colocar esse processo em risco* (Vaisman, 2024, p. 21-22)

Ou seja, se as propostas de superação da autocracia no Brasil estavam direcionadas ao aperfeiçoamento institucional é possível visualizar mais uma limitação ao aproveitamento do real conteúdo dos textos de Lukács acerca da política. Assim, mesmo as considerações lukácsianas acerca da democracia — que como vimos, estavam presentes na trajetória de Lukács desde de 1920 e se intensificam no período de 1950-1970 — não conseguiram ser melhor aproveitadas. Desse modo, se as propostas de superação do regime estavam direcionadas ao aperfeiçoamento institucional, é possível visualizar uma limitação histórica para que o projeto de oposição de esquerda se apropriasse do conteúdo lukácsiano acerca da política em sua radicalidade. Portanto, ainda que houvessem projetos dedicados, por exemplo, à utilização das considerações lukácsianas para tratar da política no Brasil através da concepção da via colonial de entificação do capitalismo (Chasin, 1978), conforme Ester Vaisman (2024) trata, esse projeto foi derrotado<sup>67</sup> pelas condições históricas:

A própria realidade mostrou que não havia condições para uma reivindicação democrática de cunho social, que atendesse, de fato, que tivesse como centro a classe trabalhadora. A própria realidade e o melhor do sindicalismo que surgiu naquele momento, imediatamente após a sua emergência, descambou para o *politicismo* (Vaisman, 2024, p. 24, grifo nosso)

Justamente por essa razão é necessário fazer um acerto de contas com parte das avaliações feitas, no Brasil, quanto ao caráter das contribuições lukácsianas acerca da política em suas obras tardias. Deve ser observado em que medida — considerando todo o cenário,

<sup>66</sup> Aqui destacamos a adesão, principalmente de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho a fundamentos do eurocomunismo, em detrimento de uma filiação às próprias ideias de Lukács outrora muito trabalhadas por ambos. Essa posição foi expressa por Carlos Nelson principalmente no famoso ensaio “A democracia como valor universal” (publicado em *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 9, 1979).

<sup>67</sup> Neste cenário deu-se a fundação, na década de 1980, a fundação da Revista *Ensaio* (Tinoco, 2011).

por nós exposto previamente — houve, por parte de intérpretes, pouca ou inadequada compreensão das contribuições dos que aqui chamamos de *textos políticos tardios*. É necessário chamar atenção para as condições da gênese de parte das críticas a Lukács no Brasil, considerando que, muitas vezes, leitores iniciantes chegam à obra de Lukács através de comentadores pouco rigorosos, de modo que podem construir uma compreensão distorcida ou empobrecida do pensamento do húngaro.

Neste cenário de empobrecimento da letra lukácsiana parece-nos impossível compreender como as minúcias das considerações de Lukács acerca de aspectos da política e, inclusive, especificamente da “política cultural”, guardam uma rica posição lukácsiana mais direta sobre a realidade social — que é capaz de ir além de esquematismos ou simplificações, como veremos no próximo capítulo.

#### 4 O TESTAMENTO POLÍTICO: COMENTÁRIOS SOBRE O TEXTO E ASPECTOS DE TRADUÇÃO

Várias são as nomenclaturas conferidas ao *Testamento Político*, texto originado da coleta de falas de Lukács, ocorridas em duas sessões, sobre o contexto político-social do início da década de 1970, na Hungria. Coutinho (2008, p. 35) chama de depoimento; Infranca e Vedda (2003) tratam como entrevista; já segundo Szabó (2005) o termo “entrevista-testamento” foi utilizado na publicação original (*Lukács György politikai végrendelete*, in: *Társadalmi Szemle*, n. 4, p. 63-89. 1990).

Neste ponto é necessário que seja feito um importante adendo: não foi possível localizar, até a finalização deste trabalho, alguma espécie de versão original<sup>68</sup> ou a edição em que se apresentou, pela primeira vez, o conteúdo do *Testamento Político*<sup>69</sup>. É possível localizar algumas edições da revista responsável pela divulgação, a *Társadalmi Szemle*<sup>70</sup>, mas o número 4 (quatro) do ano de 1990, em que se publicou o *Testamento*, não é encontrado. Na impossibilidade de acessarmos o original destacamos uma versão do texto em húngaro por vezes por nós acessada, disponível no livro *Lukács György és a szocialista alternatíva: tanulmányok és dokumentumok* (*György Lukács e a alternativa socialista: estudos e documentos*), editado por Tamás Krausz e publicado em 2010 pela editora L'Harmattan Kiadó / Eszmélet Alapítvány. Destacamos, também, o uso de edições em espanhol e italiano: *Testamento politico y otros escritos sobre politica y filosofia*, editado por Antoninno Infranca e Miguel Vedda, da Ediciones Herramienta, ano de 2003 e *György Lukács filosofo autónomo*, da La Città Del Sole, ano 2005.

Na versão do texto em húngaro consta o uso da palavra *munkások*, que poderia ser traduzida para *trabalhador* ou *operário*. Ainda que a palavra *munkás* possa ser traduzida para operário, *munkásság* é o subjetivo correspondente a trabalho, *munkásmozgalom* a movimento trabalhista e *munkás-paraszt* a trabalhador camponês, de modo que a opção trabalhador nos parecia a ideal. Entretanto, a versão disponível do texto em português, contida no livro *Socialismo e democratização: escritos políticos - 1956-1971*, organizado por Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto (2008), opta pela palavra operário. Destacamos a possibilidade

<sup>68</sup> Optamos por utilizar a palavra *versão* uma vez que trata-se de um depoimento concedido por Lukács colhido por terceiros. Mesmo que a publicação estivesse autorizada por Lukács, trata-se de um documento de um caráter diferente de, por exemplo, um manuscrito, em que a escrita e a exposição das ideias se dá por responsabilidade do próprio autor.

<sup>69</sup> *Társadalmi szemle*, ISSN 0039-971X, 1990. (45. évf.), 4. sz. A seção dedicada ao texto lukácsiano está intitulada *DOKUMENTUM - LUKÁCS GYÖRGY POLITIKAI VÉGRENDELETE*, em tradução livre, O Decreto Político de György Lukács.

<sup>70</sup> Conferir nota de rodapé nº 51.

de tradução para trabalhador mas, para facilitar as muitas referências aos trechos da atual versão em português, manteremos a palavra operário.

O *Testamento Político* ou entrevista-testamento concedida em 1971 — ano em que Lukács faleceu em junho, em decorrência das consequências de um câncer de pulmão — é dividido em três partes: entrevista para o partido; complemento à entrevista e sobre questões políticas de caráter pessoal. O texto, divulgado somente em 1990 (Infranca, 2005), é fruto de um depoimento do filósofo colhido em entrevista realizada entre os dias 5 e 15 de janeiro (Brody, 2005). A iniciativa parte de György Aczél<sup>71</sup>, então responsável pela política cultural do Partido Socialista Operário Húngaro (*Magyar Szocialista Munkáspárt* - MSzMP), que havia solicitado a Lukács, no final de 1970, que “resumissem à liderança do Partido as perspectivas que ele considerava importantes o suficiente para serem levadas em conta na definição da linha política do Partido”, considerando a gravidade do quadro de saúde de Lukács, reconhecido por ambos (Brody, 2005, p. 255-256). Ferenc Bródy foi o encarregado de realizar a entrevista. Antes do encontro com Lukács reuniu-se com Miklós Nagy, também autoridade de política cultural do Comitê Central do Partido para conseguir um gravador e, com Ferenc Jánossy, Mária Holló e Katalin Szigeti, Brody elaborou o que chamou de *questionário* para conduzir a entrevista. Lukács aceitou os tópicos colocados no questionário os quais, ao longo da entrevista, acabaram-se modificando (Brody, 2005, p. 256). Bródy destaca (2005, p. 256) que conversava com Lukács com o gravador desligado e, por essa razão, as perguntas não apareceriam na gravação. Em 20 e 28 de janeiro daquele ano Lukács revisa e aprova o texto.

A gravação e a versão final foram entregues ao supracitado Miklós Nagy e uma cópia havia sido entregue, pelo Comitê Central do Partido, ao Arquivo Lukács (Brody, 2005). A entrevista vem a público, entretanto, somente em 1990 na, por nós já referida, *Társadalmi Szemle* (Infranca, 2005, p. 256; Infranca; Vedda, 2003).

Portanto é necessário um aspecto: a entrevista não foi inicialmente orientada por tópicos propostos por György Lukács e sim pelo Partido Socialista Operário Húngaro (MSZMP, sigla em húngaro). Logo, tem-se o fato de que como a solicitação, feita a Lukács, para a realização de uma análise da situação político-social na Hungria partiu do PSOH, é

---

<sup>71</sup> “György Aczél foi político húngaro e figura chave na política cultural húngara da revolução de 1956. Foi membro do Bureau Político do Partido Socialista Operário Húngaro (MSzMP) e primeiro vice-ministro do Conselho de Ministros do Governo Húngaro. Responsável pela política cultural do Partido Socialista Operário Húngaro, foi o interlocutor do MSzMP que manteve diálogo constante com Lukács antes e depois do seu regresso ao partido. Por iniciativa dele, o texto de Lukács ‘*O processo de democratização*’ foi publicado na Itália, o primeiro país ocidental a fazê-lo, incentivando o partido húngaro a apoiar a política de abertura de Mikhail Gorbachev” (Infranca, 2005, p. 255-256).

possível compreender que o interlocutor ao qual Lukács dirige, primordialmente, suas considerações é o próprio Partido Socialista Operário Húngaro.

Isso permitirá que algumas questões relativas ao conteúdo do texto tornem-se mais claras. A relação de Lukács com o partido húngaro, àquela altura, ainda estava sob as sombras da participação de Lukács na Revolução Húngara de 1956: ao filósofo só foi permitido retornar ao partido após 10 anos de expulsão, em 1967. Nesse ínterim, após a queda do governo pós-revolucionário de Imre Nagy em que assumiu o Ministério da Cultura, Lukács asila-se na embaixada da Iugoslávia e é deportado para Snagov, na Romênia, onde permanece prisioneiro em regime de residência forçada até abril de 1957, aos 72 anos (Konder, 1980). A última parte do *Testamento Político, Sobre questões políticas de caráter pessoal*, é dedicada, justamente, a uma relação que parecia ter se estreitado nesse período: a com Imre Nagy – com quem, Lukács esclarece ter tido, na verdade, somente uma convivência pacífica:

Se quisesse escrever algo sobre a minha relação com Imre Nagy, diria que sempre o considerei um homem bem intencionado, comunista, inteligente e muito qualificado no que diz respeito à questão agrária; mas diria também que ele, na realidade, nunca teve um verdadeiro programa de reforma [...] Quero assinalar, para esclarecer este ponto, que nunca me encontrei com Imre Nagy enquanto ele foi primeiro-ministro; nosso primeiro encontro ocorreu quando me elegeram para o Comitê Central, em 23 de outubro de 1956. Os jovens, porém, reiteradamente me consultavam, desejando que se estabelecesse uma relação entre Imre Nagy e eu. Eu lhes replicava que a distância que nos separava era a mesma; mas não era por soberba que não o procurava e pensava ser ele quem deveria vir a mim. Avaliava que, se eu o procurasse, entrando naquele mundo de adulares de Dom Imre, e se manifestasse idéias contrárias, simplesmente me diriam: "Se não está de acordo, então vá embora". Ao contrário, se Imre Nagy me procurasse, eu lhe diria: "Só colaborarei contigo quando tiveres um programa concreto para democratizar a Hungria, seguindo as linhas fundamentais do XX Congresso. Sem este programa, nosso diálogo não tem sentido". Refiro-me aqui, mais uma vez, a algo que todos sabem, ou deviam saber: quando Imre Nagy se retirou do Pacto de Varsóvia, Zoltán Szántó e eu nos opusemos (Lukács, 2008e, p. 247-248)

A Lukács carecia tornar mais explícito o posicionamento frente às lideranças àquela época: tanto Imre Nagy, o líder deposto, quanto János Kádár, aquele que sucede Nagy após a intervenção da União Soviética — a quem Lukács dedica o último parágrafo do *Testamento Político* — são alvo de considerações do filósofo. A participação ativa na Revolução de 1956 não havia impedido que Lukács (Lukács, 2008e, p. 248) visse “Imre Nagy muito cética e criticamente” na medida em que ele não parecia capaz de apresentar proposta de *reformas reais*, que efetivamente indicassem um *programa concreto para democratizar* a Hungria (Lukács, 2008e, p.248). Tal posicionamento crítico lukácsiano não poderia significar que Lukács havia se dedicado a integrar, ferozmente, uma oposição à Nagy nem, muito menos, um endosso de Lukács ao substituto Kádár. À Lukács, cabia somente o compromisso com aquilo que ele descreve ser sua posição pessoal:

Naquele tempo, ainda mais do que hoje, eu era um ideólogo isolado: não pertencia nem ao grupo dos kdaristas (então ainda saturado de elementos extremistas), nem àquele de Imre Nagy. O que sempre explicitiei foi a minha *posição pessoal*. E isto está documentado, porque não se pode considerar a minha conferência, em 1956, na Academia Política, como sendo favorável ou contrária a Imre Nagy: ela expressa a posição de um ideólogo em face das questões surgidas naquela época. Por isso, posso afirmar categoricamente que não me incluí nem entre os seguidores nem entre os adversários de Imre Nagy (Lukács, 2008e, p. 249).

O posicionamento de Lukács — enquanto ideólogo — acerca de acontecimentos políticos nos é útil na medida em que nos permite entender como Lukács, ainda que se visse distante do centro politicamente ativo do debate — considerando não apenas sua exclusão de 10 anos do partido mas também seu posicionamento interno diante das contradições stalinistas — seguiu, de alguma forma, tratando de temas da política.

Ademais, meu distanciamento da política não data desse período. Quando se desenvolveu a polêmica com Rudas, aproveitei para afastar-me da vida política ativa e, enfim, só me restou assumir a presidência da Academia. Participei do movimento pela paz, renunciei a outras funções, fui posto de lado e depois escrevi, entre outras coisas, a minha *Estética*. Assim, pode-se dizer que meu papel unicamente de ideólogo no Partido húngaro não começou em 1956, mas é algo que remonta à discussão com Rudas, em 1950. Não tomei parte dos movimentos de oposição, sob a forma de protestos, anteriores a 1956 - o que não significa que eu estivesse de acordo com Rákosi (Lukács, 2008e, p. 249-250)

Neste ponto Lukács faz menção à “discussão com Rudas” que, como já abordado por nós, se trata do entrevero com László Rudas, parte da campanha difamatória que atingiu Lukács nos anos de 1950 e 1951 — a “questão Lukács”. Aqui, mais uma consequência dos posicionamentos contrários ao partido, por Lukács, parece vir à tona: o silêncio do resguardo autoimposto pelo filósofo poderia fazer com que seus posicionamentos fossem erradamente presumidos. É neste contexto, que o *Testamento Político* parece ter sido uma oportunidade de Lukács explicitar, pela última vez, toda a complexidade do que seria aquele seu *posicionamento pessoal*, considerando mais de 53 anos que esteve vinculado ao Partido Comunista. A modéstia com que Lukács inicia o *Testamento Político* parece se contrastar com esses muitos anos, de modo que o húngaro começa com uma espécie de licença para se posicionar: “se devo expressar meu juízo...”

sobre o que aconteceu antes, durante e depois do X Congresso [do Partido Socialista Operário Socialista Húngaro], cumpre-me afirmar simplesmente que, se as coisas forem consideradas no puro plano do desejo, estou cem por cento de acordo com tudo. No entanto, muito do que é pensado como realidade permanece para nós apenas como um desejo distante (Lukács, 2008e, p. 215).

O X Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro (MSzMP)<sup>72</sup> é, então, uma espécie de “gancho” para que Lukács iniciasse o debate da política, no *Testamento*, nos

<sup>72</sup> No link a seguir é possível visualizar filmagens originais do X Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro, incluindo trechos de um discurso do então primeiro secretário do Comitê Central, János Kádár: <https://filmhiraadokonline.hu/watch.php?id=20489>.

termos que lhe eram essenciais: isto é, conforme a expressão por nós já utilizada, os termos da *legitimação da democracia*<sup>73</sup>. Como veremos, o tratamento da política no *Testamento* se difere até do maior e mais conhecido texto político tardio, o *Processo de Democratização*, na medida em que se dedica a abordar questões, especificamente, das quais *resultam consequências práticas*, de significado na vida cotidiana (Lukács, 2008e, p. 218). Isso não pode significar que, por nós, é dito que não haja nenhuma discussão acerca de consequências práticas em outros textos políticos, entretanto, a título de exemplo, enquanto *O Processo de Democratização* se dedica a debater a democracia burguesa enquanto forma democrática mais ampla, enquanto possível de ser realizada com diferentes bases econômicas<sup>74</sup> em o *Testamento Político*, Lukács está direcionado a uma discussão específica, em uma espécie de “missão” específica: a de entregar ao POSH um debate sobre a democracia da Húngria, o que fará com que Lukács se debruce sobre minúcias do dia-dia através da relação, que enxerga como íntima, entre a democracia e a vida cotidiana. Considerando como na etapa tardia de Lukács, desde sua *Ontologia* até os demais textos políticos, a política só é tratada partindo do pressuposto de que a individualidade é intrinsecamente social, debateremos como, ao abordar a relação entre escolhas individuais, os sindicatos, a cultura e a democracia, o *Testamento Político* é uma espécie *texto político tardio por excelência* de Lukács.

#### 4.1 DEMOCRATIZAÇÃO, POSSIBILIDADE DE ESCOLHA E SINDICATOS: A POLÍTICA EM LUKÁCS PARA ALÉM DE UMA SIMPLES DERIVAÇÃO DO TRABALHO

O X Congresso do Partido Socialista Operário Húngaro (MSzMP) que ocorreu em 12 de novembro de 1970 difundia seus os seus resultados e as diretrizes para o próximo ciclo na imprensa húngara, atribuindo-lhes o mérito de fortalecer a descentralização da democracia socialista na Hungria (Tények Könyve, 1988). Lukács, todavia, utiliza-se do *Testamento Político* para alertar que a exposição das condições democráticas feita pelo partido era

---

<sup>73</sup> Não quero opinar sobre questões cotidianas. Não me considero um político e, portanto, não tenho nenhum interesse, por exemplo, no acompanhamento das transformações que se operam na relação entre os distritos e o poder municipal, que é um tema para os políticos. Vejo a problemática do ponto de vista da legitimação da democracia e penso que o correto, ao invés de operar com massas submetidas à passividade pelo excesso de dirigismo, é trabalhar para que as massas expressem os seus próprios desejos cada vez mais vigorosamente e com maior convicção (Lukács, 2008e, p. 236)

<sup>74</sup> Em o *Processo de democratização* Lukács, para debater como a democracia burguesa toma um conteúdo profundamente manipulatório e figura falsamente como a etapa final da história humana, expõe a ocorrência da forma democrática com diferentes bases econômicas e, também, como a forma que do método stalinista, o stalinismo, não era democrática.

idealista e formal, na medida em que, não sendo baseada em uma *posição concreta*, não bastava que corresse eleições livres:

Na verdade, *formalmente* há uma certa democratização; mas não nos esqueçamos de que isto ocorre em toda ditadura: formalmente, nos tempos de Rákosi, elegíamos "livremente" (e digo "livremente" entre aspas) os deputados, tal como agora. E posso afirmá-lo a partir da minha atitude de então: considerava questão importante que as eleições registrassem o maior número possível de votantes e, por isso, participei de todas elas, depositando nas urnas a minha cédula; porém, devo admitir que, ao longo de 25 anos, *nem por uma vez* prestei atenção ao nome que estava na cédula. Penso que isto é uma espécie de fotografia de *quão democrático e não democrático* era o sistema de escolha: não é de modo algum democrático o fato de que a mim não me importasse minimamente quem me representava na Câmara dos Deputados (Lukács, 2008e, p. 215, grifo original)

Lukács toma parte no debate da democracia apresentando como a realidade diferia do plano do desejo, de modo que tratar da democracia húngara formalmente era um idealismo equiparável ao que sustentava a democracia burguesa em vigência no capitalismo norte-americano. O critério para observar uma posição concretamente democratizante deveria ser referente à qualidade da relação entre os candidatos a cargos políticos e seu distrito eleitoral:

O número de candidatos somente significa maior democracia quando o candidato mantém uma certa relação com aqueles a quem representará. Se os eleitores não têm um mínimo contato com os candidatos, pouco importa quem sejam eles; assim, a situação não é melhor do que nas eleições presidenciais norte-americanas. Também ali temos duas candidaturas, mas a existência de dois candidatos, em si mesma, não é absolutamente garantia de democracia. A democracia só existe quando entre o candidato e seu distrito eleitoral desenvolve-se uma determinada relação; isto não significa que o candidato deva ocupar-se somente dos problemas do seu distrito, mas sim que, em relação aos grandes dilemas do país, deve conhecer as aspirações não do país, mas do seu distrito, para assim poder ser um intermediário entre as questões nacionais e aquelas do seu distrito (Lukács, 2008e, p. 215-216)

Ainda que no *Testamento Político* houvesse o pano de fundo da especificidade da Hungria, as críticas lukácsianas acabam não sendo somente acerca da democracia húngara socialista, de modo que Lukács não pecará oferecendo ao texto um tom de querela regional. Neste texto não há qualquer tipo de provincianismo. Muito pelo contrário, longe de qualquer regionalismo, o filósofo húngaro, ao avaliar as *possibilidades de escolha* — que poderiam estar relacionadas a membros de diversas outras democracias — faz com que suas observações sejam ampliáveis e passem a caber em outros contextos históricos, expandido a utilidade do debate feito em seu texto.

Para que esse aspecto do *Testamento Político* torne-se ainda mais claro, mesmo que não seja propriamente o objeto de nosso estudo o tratamento da política e da politicidade na *Ontologia* (debate importante que exigiria, por si só, outro trabalho como esse, de modo que

para tanto cf. Vaisman; Fortes, 2014; Fortes, 2022), é necessário que seja feita uma observação acerca da relação de *Para uma Ontologia do Ser Social* com o *Testamento*.

Em *Para uma Ontologia do Ser Social* Lukács, ao buscar fazer uma decodificação ontológica que avance até a gênese, o fundamento real do ser (Lukács, 2013, p.369), após reconhecer a indispensabilidade da manutenção e da reprodução biológica da vida humana<sup>75</sup>, desenvolve uma apreensão ontológica da estrutura interna da crescente socialização do ser social, a começar pela observação do trabalho — concreto, diga-se de passagem<sup>76</sup>. E, sobre isso, uma advertência por nós deve ser feita: ainda que Lukács comece a análise de questões primárias atinentes ao desenvolvimento do ser social através do trabalho, acerca dele as ponderações do húngaro não se encerram, de modo que ao trabalho jamais pode ser reduzida todo um desenvolvimento filosófico lukácsiano (cf. Fortes, 2016). Somente depois de garantir que esse pressuposto deve ser observado é que se faz possível reconhecer como Lukács consegue, em sua *Ontologia*, avançar, a partir da observação do trabalho concreto para o processo que engendrará, partindo do próprio ser material, diferentes pores teleológicos — os quais, por sua vez, darão origem a diferentes e novas objetividades (Lukács, 2013, p. 47).

Assim é importante recordar como Lukács havia nos apresentado, em sua *Ontologia*, como os pores teleológicos seriam o processo através do qual *o homem responde às alternativas concretamente postas* — inicialmente pela natureza mas que, cada vez mais, se tornam intensamente sociais. De modo que, de maneira ativa, à medida que o homem reage às alternativas postas concretamente pela realidade material, novas objetividades são criadas, com novos pores teleológicos (Lukács, 2013). E é neste cenário de crescente socialização do homem e de afastamento das barreiras naturais que os pores teleológicos se revelam como parte essencial do aspecto subjetivo das condições práticas e teóricas da apropriação da realidade:

torna-se manifesto um dado ontológico fundamental do ser social: o homem como ser vivo não só biológico, mas ao mesmo tempo como membro trabalhador de um grupo social, não se encontra mais numa relação imediata com a natureza orgânica e inorgânica que o circunda, nem mesmo consigo como ser vivo biológico, mas todas essas interações inevitáveis são mediadas pelo *medium* da sociedade; mais exatamente, como a socialidade do homem representa seu comportamento ativo e prático em relação a seu meio ambiente como um todo, essa mediação ocorre de

<sup>75</sup> Como já haviam dito Marx e Engels: “devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (Marx; Engels, 2007, p. 32-33)

<sup>76</sup> Sobre isso, vejamos o alerta de Sartori (2010, p. 29): “É importantíssimo notar que Lukács não se refere ao trabalho abstrato, submetido aos imperativos do valor de troca. Trata-se do trabalho concreto teorizado, essencialmente, como mediação entre o homem e a natureza. O trabalho concreto, como entendido por Lukács e por Marx é essencial à própria subsistência do homem; o trabalho abstrato é um fruto histórico e social cuja centralidade advém com a sociedade civil-burguesa e com ela se vai.”

modo tal que ele não aceita simplesmente o meio ambiente e suas transformações nem se adapta, mas reage ativamente a eles, contrapondo às mudanças do mundo exterior um mundo de sua própria práxis, no qual a adaptação à irrevogabilidade da realidade objetiva e seus novos pores do fim que lhe correspondem formam uma unidade indissociável (Lukács, 2013, p. 204).

Desse modo é possível compreender como o posicionamento prático diante das alternativas concretas e das experiências de cada indivíduo passa a ser algo de extrema relevância — e, justamente por essa razão, serão até especificamente nomeados como pores teleológicos secundários (Lukács, 2013) aqueles pores que visam influenciar os demais pores de outros homens. É a partir da percepção desse mesmo processo no qual se explicitam os pores teleológicos secundários que restará explícito, também, tanto o processo de divisão social do trabalho — com a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual — bem como a ocorrência do fenômeno ideológico. Esse último passará a ser definido conforme a capacidade de um pensamento impactar a existência social, mais especificamente, conforme a função que ele adquire perante os conflitos humanos da vida cotidiana efetiva. Em outras palavras: “onde quer se manifeste o ser social há problemas a resolver e respostas que visam à solução destes; é precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações” (Vaisman, 2010, p. 50) e, assim, a ideologia, a partir de Lukács, “passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis” (Lukács, 2013, p. 50)

A divisão do trabalho aparece assim como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, mas como uma consequência que, por sua vez, constitui o ponto de partida de um desenvolvimento ulterior, que surgiu imediatamente a partir dos pores teleológicos singulares dos homens singulares, porém que, uma vez existente, defronta-se com os homens singulares na forma de poder social, de fator importante de seu ser social, influenciando e até determinando este; tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora tenha surgido dos seus próprios atos laborais. Temos em mente, quanto a isso, sobretudo dois complexos que diferenciam com nitidez a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a divisão entre cidade e campo, que, no entanto, ininterruptamente se entrecruzam com o surgimento de classes e antagonismos de classes [...] Quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomas são as formas dos pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho. Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente a serviço de uma dominação sobre aqueles que por ela são oprimidos, do que provém a tão frequente ligação entre o trabalho intelectual autonomizado e os sistemas de dominação de classe, embora seus primórdios sejam mais antigos, embora no decorrer da luta de classes, como já demarca o *Manifesto Comunista*, justamente uma parte dos representantes do trabalho intelectual se bandeia, com certa necessidade social, para o lado dos oprimidos rebelados. Também não há como tratar aqui dessa questão. Apenas a mencionamos para mostrar que a reprodução social de fato se realiza, em última análise, nas ações dos homens singulares — a realidade do ser social se manifesta de modo imediato no homem —, mas essas ações a serem realizadas forçosamente se encaixam uma na outra para formar complexos de relações entre os homens, que, tendo surgido, possuem certa dinâmica própria, isto é, não só existem, se

reproduzem e se tornam socialmente operativos independentemente da consciência dos homens singulares, mas também proporcionam impulsos mais ou menos, direta ou indiretamente, decisivos para as decisões alternativas (Lukács, 2013, p. 179).

Justamente pela intrínseca relação entre a ação dos homens singulares, a causalidade posta em movimento pelas decisões teleológicas afirmativas e a ideologia, é que a política — enquanto forma ideológica específica (Lukács, 2013) — jamais pode ser compreendida no último Lukács como manifesta de modo indiferenciado no decurso da história, de maneira que no *Testamento Político* estamos, justamente, diante de uma análise da política em uma realidade histórico concreta: a da Hungria, ou melhor, a das “democracias populares” à época.

Sabemos que aqui nos deparamos com o dilema da ausência do reconhecimento da ontonegatividade da política por Lukács, ao contrário do que havia feito Marx, como Chasin (2012) já nos alertou. Entretanto, o debate feito por Lukács a essa altura da vida não pode ser confundido com qualquer afirmação ingênua da primazia e da efetividade da política para a resolução de conflitos sociais. O que o velho Lukács parece fazer é, com o auxílio da política, frisar a relevância do fator subjetivo, do pôr em ação das atividades humanas — que depende sempre decisão do conjunto de indivíduos (Vaisman; Fortes, 2014) — em relação às condições histórico-concretas.

Precisamente por isso, pela atenção conferida à riqueza do fator subjetivo contido nas escolhas individuais — desde aquelas que envolvem a rotina dos sindicatos até mesmo as relacionadas a preferências culturais, como veremos ao longo do texto —, aliada ao fato de Lukács conseguir analisar concretamente o aspecto histórico social do fenômeno político — através da Hungria — que consideramos o *Testamento Político* uma espécie de texto político tardio por excelência. Voltemos a observá-lo:

Creio que esta forma de democracia [a qual Lukács se refere no parágrafo anterior, em que se elege “livremente”, com aspas colocadas pelo próprio autor] é puramente formal; por isso, é bastante provável que muita gente mencione tal ou qual candidato, sem pensar seriamente na possibilidade de uma *escolha*. É esta a situação que remete ao problema da verdadeira democracia. Remete ao problema de saber se, nas questões que não têm implicações de impacto nacional, deve ou não se produzir uma discussão interminável. Até mesmo em assuntos literários, como bem sabemos, há uma posição oficial; pode ocorrer que, em alguns casos, a primeira crítica não expresse a posição oficial; mas isto é logo corrigido pelo Népszabadság, que reafirma a posição oficial. Recordemos a questão do romance de Konrad, que efetivamente não constituía uma questão de relevância capaz de provocar um conflito nacional: de fato, quem se importaria se elogiássemos ou não o romance de Konrad? E, contudo, a correção - sob a aparência de uma forma democrática e rapidamente orientada - verificou-se em muito pouco tempo. Em suma, nego que aqui na Hungria se possa falar de uma democracia realizada. Não duvido, de modo algum, que o camarada Kádár e muitos outros camaradas dirigentes queiram realmente a democracia. Se me dissessem "queremos uma democracia, ajude-nos a realizá-la", eu os ajudaria com prazer; mas, se me dizem "já conquistamos a democracia", recosto-me em minha poltrona e replico: "tereí prazer em vê-la" (Lukács, 2008e, p. 216, grifo original).

Como vemos, ainda que reconheça a relevância do processo de tomada de decisão para democracia, Lukács sustentará que, em verdade, a democracia não se garante com a mera atribuição indiscriminada de caráter decisório a todo aspecto da cotidianidade. Com essa finalidade, o filósofo refere-se ao caso do romancista húngaro György Konrad, cujo texto havia recebido um comentário no diário oficial do Partido Húngaro (*Népszabadság*). Para Lukács não haveria necessidade de estabelecer uma orientação oficial acerca dessa tomada de decisão já que não era o caso de acompanhar-se toda e qualquer situação decisória — especialmente considerando que o mediador social responsável pela escolha "oficial" seria o estado. A relevância conferida a todo e qualquer processo decisório era desnecessária como seria o caso da decisão quanto ao juízo acerca da obra de Konrad, de modo que a relação entre a tomada de decisões e a cultura, como ainda veremos adiante, é de outra natureza.

Para seguir tratando da estreita relação entre a possibilidade de escolha e a democracia, Lukács passará a discorrer, então, sobre a *questão sindical* (Lukács, 2008e, p. 216, grifo original). A observação acerca das condições dos sindicatos húngaros se dará, especialmente, através de comentários sobre um movimento de operários poloneses ocorrido entre o fim de 1970 e início de 1971. Os protestos haviam sido um levante contra um aumento de preços de alimentos e combustíveis: dias antes do natal, Władysław Gomułka, então líder da República Popular da Polônia, havia aumentado drasticamente os preços de produtos básicos como a carne. A resposta popular ao aumento resulta na renúncia forçada de Gomułka e na ascensão de Edward Gierek como primeiro secretário do Partido Operário Unificado Polonês (Polska Zjednoczona Partia Robotnicza - PZPR). Para Lukács, o governo húngaro seria “muito mais hábil” que o polônes (Lukács, 2008e p. 216) na medida em que não cometeria, o que Lukács considera um erro inédito e grosseiro, o ato de aumentar impostos exatamente no período das festas de Natal. Entretanto, a Lukács interessava discutir algo que, de fato, poderia acontecer em todas assim chamadas democracias populares: uma *greve espontânea*.

Lukács não crê, apontando que imaginar o oposto seria uma ingenuidade, que no movimento sindical a democratização se dê, simplesmente, a partir do momento em que os operários “decidam qualquer coisa no interior do sindicato, como se a direção se veja obrigada a implementar tal decisão contra a sua própria vontade” (Lukács, 2008e, p. 216). Temos aqui, mais uma vez — tal como na crítica à necessidade de um posicionamento acerca da obra de György Konrad — a comprovação de que Lukács não incorre no erro de fazer, em sua análise acerca da relação entre a tomadas de decisões individuais e a política, qualquer

afirmação de mero caráter praticista da política, como se a ela coubesse um “puro pragmatismo impensado e desprovido de ideais” (Vaisman; Fortes, 2014, p. 125).

A questão a ser debatida por Lukács é aquela em que, nas democracias socialistas, nas circunstâncias em que fosse possível dirigir os sindicatos, a direção, por vezes, era capaz de ignorar as necessidades — e portanto, as escolhas — essenciais que os operários haviam de fazer. Neste caso é que se estaria diante das situações que dão cabo às *greves espontâneas*: isto é, situações em que a má direção dos sindicatos não está *verdadeiramente* sintonizada com a vida dos operários:

Considero como determinante a *questão sindical*; e recordaria a última crise polonesa. Não imagino - porque seria uma posição idealista, muito distante da realidade - que os operários decidam qualquer coisa no interior do sindicato e que a direção se veja obrigada a implementar tal decisão contra a sua própria vontade; não creio que isto seja imaginável nem mesmo nesta Hungria tão idealizada. É assim que surge uma atitude apática entre os operários nas fábricas. Esta apatia se manifestaria se os operários pudessem expressar suas opiniões sobre a inutilidade de participar de reuniões e sobre a inutilidade da própria participação, uma vez que tudo o que acontece é decidido pela burocracia. É esta a sensação dos operários hoje. Tal situação, que poderia ser caracterizada como não democrática, é muito cômoda e permite a existência de um Estado facilmente manejável e orientado para onde se quiser. O problema reside em que é possível *dirigir* os operários somente quando se tem realmente a qualificação para *dirigi-los*, ou seja, quando se tem a capacidade de interpretar as suas necessidades. Se tais necessidades forem pertinentes, tratemos de ajudá-los a satisfazê-las; se não o forem, devemos discutir com os operários, procurando obter a sua adesão a posições corretas. Mas em nenhum caso vai bem o que ocorre atualmente (Lukács, 2008e p. 216-217, grifo original).

Há, assim, nos comentários de Lukács acerca dos sindicatos no *Testamento Político*, uma crítica ao burocratismo — o que para nós é uma crítica extensível a todo o estado enquanto instância institucional inapta à mediação da sociabilidade. Desse modo, o debate nos textos políticos tardios de Lukács não apenas irá além de uma noção simplista e vulgarizadora da política como, também, apontará como os sindicatos, mesmo os das democracias do socialismo do leste europeu, ao serem ineficientes na direção do proletariado e, se tornando uma espécie de *correia de transmissão* do estado, haviam perdido a capacidade ativa de gerar uma democratização concreta. Lukács mostra como, nos casos em que ocorriam mais tomadas de decisões diretas, com menor ingerência e menor mediação do estado e do sindicato, menos greves espontâneas ocorriam:

Gostaria de sinalizar os perigos de tudo isso. Os velhos movimentos sindicais se caracterizavam também porque os operários decidiam eles mesmos sua política econômica - de acordo com o Partido e com o sindicato - e o número de greves espontâneas era muito baixo. As greves espontâneas não eram frequentes nas áreas consideradas mais "radicais" e, sim, naquelas em que a burocracia sindical, ainda no período capitalista, dirigia os operários: quando surgia uma situação sentida como insuportável pelos operários e não havia ninguém qualificado para interpretar essa situação insuportável, então nascia a chamada greve espontânea. Ora, na minha

opinião, o que ocorreu na Polônia foi uma típica greve espontânea. É francamente ridículo que operários grevistas normais sejam agora chamados de hooligans eles são tão pouco hooligans<sup>77</sup> quanto qualquer outro operário. Simplesmente, perderam a paciência (Lukács, 2008e, p. 217)

Para Lukács o perigo dessa atuação errática dos sindicatos nas democracias socialistas estaria ligado a continuação, por Stálin, de uma linha "trotskista" no movimento sindical — situação a qual o húngaro já havia dedicado observações em *O processo de democratização*<sup>78</sup>. A referência a adoção de uma linha trotskista faz remissão a discussão surgida no Partido Comunista Russo nas imediações da década de 1920, próximo à ocorrência da Nova Política Econômica (NEP) acerca do papel dos sindicatos em uma economia de transição socialista. Nesse debate acerca da transição de um comunismo de guerra para o que seria a nova construção econômica de tempos de paz, deu-se um enfrentamento entre Lênin e Trotsky quanto ao papel dos sindicatos na produção — de modo que é recordando tal debate que Lukács chamará atenção para a relevância da relação entre os sindicatos, a política e a democracia:

Não considero as greves espontâneas como um fenômeno em si, mas como algo ligado à falta de democracia sindical; trata-se do seu aspecto extremo. E é por isto que visualizo um perigo específico, como já disse em várias oportunidades, no desenvolvimento do nosso movimento sindical, derivado da adoção de uma linha "trotskista", isto é, de uma concepção do sindicato como uma espécie de aparato executivo estatal ou para estatal. Falei em "trotskismo" lembrando o confronto teórico que, à época da Nova Política Econômica, teve lugar entre Trotski e Lenin num congresso do Partido russo. Trotski defendia a posição segundo a qual os sindicatos, como organismos de massa, tinham a função de apoiar a política econômica governamental no tocante ao desenvolvimento industrial. A posição de Lenin - naturalmente, cito-a de memória, não textualmente - era que uma das responsabilidades dos sindicatos, como organizações de massa independentes, consistia na defesa dos interesses dos operários, se necessário contra a ação do governo socialista, o qual, conforme Lênin, estava muito marcado por traços burocráticos. Parece-me claro que se trata de dois pontos de vista completamente divergentes. É óbvio que Lenin não pensava que não deveriam existir relações entre a política sindical e a política econômica do governo; mas é importante o fato de ele sublinhar o ponto essencial: a defesa dos operários. *O dever do governo é convencer os operários de que uma política é correta e foi adotada no interesse deles*. No contraste entre Trotski e Lenin, o que está em jogo é a oposição entre a estatização burocrática dirigida pelo alto e a exigência da democracia sindical (Lukács, 2008e, p. 217-218).

<sup>77</sup> Nota da edição brasileira: “Em inglês, no original. Pode ser traduzido como ‘baderneiros’”

<sup>78</sup> “Essa preocupação [de Lênin, quanto à crescente burocratização da vida soviética], se expressou de modo muito claro na discussão sobre a questão dos sindicatos. Enquanto Trotski defendia uma espécie de estatização dos sindicatos, de modo a utilizar sua capacidade organizativa para elevar a produção - o que lhe parecia tanto mais factível quanto mais acreditava que, num Estado operário, fosse supérflua a proteção dos trabalhadores em face de seu próprio Estado -, Lenin sublinhou que, na realidade, o Estado era ‘um Estado operário com uma deformação burocrática’. Em função disso, sintetizava assim sua posição: ‘Nosso Estado é atualmente de tal natureza que o proletariado organizado deve se defender; devemos utilizar estas organizações operárias [os sindicatos] para defender os operários contra seu Estado e para que os operários defendam o nosso Estado’” (Lukács, 2008c, p. 116)

Portanto, a democracia sindical — e também, em medida mais ampla, a democracia socialista tratada por Lukács — ao ter como tarefa política o convencimento dos sujeitos estaria diante, novamente, de aspectos relacionados aos pores teleológicos. Mais uma vez é necessário recordar a intensa e complexa relação estabelecida por Lukács entre as ações dos indivíduos, enquanto momentos singulares, e o momento real do desenvolvimento social — ligados aqui, por Lukács, através da política. O convencimento estaria relacionado ao papel real da *consciência* na continuidade do processo social, situação também já adequadamente tratada pelo filósofo húngaro em sua *Ontologia*<sup>79</sup>. Logo, é necessário que, através da política, se cuidasse do convencimento — uma vez que é por intermédio da *consciência*, que será possível vincular, “por meio do espelhamento do presente, por meio do posicionamento prático diante de suas alternativas concretas e de suas experiências, o passado com o futuro e com as tarefas ainda desconhecidas” (Lukács, 2013). Ainda nesse capítulo indicaremos como a relação entre a consciência e os pores teleológicos também são parte das circunstâncias que propiciam o “tornar-se homem do homem” (Lukács, 2013), o que também estará relacionado a democratização concreta. Mas, por enquanto, basta que indiquemos como o *Testamento Político* soma-se a *Ontologia* contra as interpretações gnosiológicas ou psicologizantes da realidade e, desse modo, através da observação da relação entre a consciência e as condições práticas da realidade aponte como seria possível, em alguma medida, antever possíveis reações mediante a tomada de decisões pelo governo:

O significado de tudo isso é que aqui se encontra, na vida cotidiana, a possibilidade de que surja uma relação concreta e permanente entre o governo (governo socialista) e a classe operária: *se esta relação é importante e se as questões econômicas que incidem na vida operária são realmente discutidas no sindicato, então o governo terá uma noção real de como a massa operária reagirá às suas medidas.*

---

<sup>79</sup> Ainda que não seja nosso objetivo, neste trabalho, abordar adequadamente o tratamento da consciência por Lukács, em sua *Ontologia do Ser Social*, destacamos o seguinte trecho acerca dessa temática: “No quadro do movimento descrito por nós, a consciência tem, portanto, uma específica função dinâmica, ontológica, na qual a particularidade do ser social se evidencia diante de toda forma do ser: ao entrar em cena como *medium*, como portadora e preservadora da continuidade, a consciência obtém um ser-para-si que, de outro modo, não existiria. Ela naturalmente tem as suas formas peculiares, existentes para si, na natureza inorgânica e na natureza orgânica — já que, por exemplo, nascimento e morte, enquanto modos de manifestação do surgir e passar na continuidade objetiva, são uma marca essencial só da última —, mas o papel ativo da consciência na continuidade do ser social é qualitativamente mais significativo, é muitos mais que um simples registro daquilo que emerge e submerge objetivamente, independentemente da sua aprecepção pelos envolvidos em tais processos. Pelo fato de figurar como *medium* mediador da continuidade, a consciência tem sobre esta retroações qualitativamente modificadoras. A conservação de fatos passados na memória social influencia ininterruptamente todo acontecimento posterior. Isso de modo algum abole a legalidade objetiva do processo, mas certamente modifica, às vezes até decisivamente. Com efeito, aos pressupostos objetivamente produzidos e objetivamente operantes de cada um dos passos subsequentes associam-se complementarmente os pressupostos conservados no plano da consciência e as experiências do passado elaboradas pela consciência e aplicadas em termos práticos à nova situação. Por essa razão, a continuidade fixada na consciência é mais multifacetada, mais rica em determinações etc. do que poderia ser sem esse componente” (Lukács, 2013, p. 210, grifo nosso).

Evidentemente, daqui resultam consequências práticas. É inteiramente previsível que existam circunstâncias - e não apenas em caso de guerra - nas quais o governo tem que dizer aos operários o que deve ser feito, gostem eles ou não. Para citar um exemplo: quando, no verão passado, ocorreram inundações, uma grande quantidade de trabalho extra recaiu sobre os operários. E é interessante observar que a classe operária compreendeu que era necessário executá-lo. Se isto houvesse sido objeto de uma discussão sindical, seguramente teria sido debatido com proveito. A solução, aqui, não passa pela percepção operária de que às vezes o governo toma providências corretas e às vezes se equivoca, e que, em qualquer caso, como operário, devo submeter-me a elas sem oposição. As opiniões, as discussões, aquelas formas de persuasão que surgem do efetivo debate das questões no interior do sindicato - é isso que torna verdadeira a relação entre, de um lado, o Partido e o governo e, de outro, a classe operária (Lukács, 2008e, p. 218)

Aqui é necessário que se faça uma observação: é muito importante evidenciar que a “noção real” ou a espécie de previsão a que Lukács faz referência no trecho acima não pode significar como se Lukács fizesse um apelo ao controle ou a submissão das massas a alguma instância política. Em verdade, só pode significar o oposto: o conhecimento ou uma noção acerca das condições (subjetivas e objetivas) a que estão submetidos os operários ou trabalhadores indicará, em verdade, a ocorrência de uma íntima e sofisticada relação entre governo, sindicato e classe operária — de modo que a consequência disso não será outra se não o impedimento de qualquer receio, pelo governo ou pelo estado, da expressão da real vontade das massas. Lukács fará um alerta: o desaparecimento da “relação cotidiana e de mútua compreensão [...] entre o partido, o governo e a classe operária” poderia apresentar-se sob duas formas

A primeira é aquela na qual os operários cumprem tudo o que lhes é ordenado, mas rangendo os dentes e sem um comprometimento real; a segunda expressa-se nas greves espontâneas. Estou convencido - este não é o meu desejo, mas uma perspectiva possível - de que não existe uma só democracia popular onde não possam ocorrer diariamente eventos como os de Dantzig<sup>80</sup>. O fato de que a habilidade tática da democracia popular húngara seja, em geral, superior à dos poloneses significa apenas que, entre nós, revoltas como aquela talvez não ocorram freqüentemente e talvez não cheguem a ser tão graves; mas o problema de fundo permanece e o considero um dos maiores desafios que a sociedade deve enfrentar, tendo clareza das questões que não foram resolvidas e daquelas que já estão solucionadas (Lukács, 2008e, p. 219)

A investigação quanto ao convencimento — e por consequência, como já visto por nós, quanto à relação entre as ações individuais e a dinâmica social — deveria seguir sendo de enorme relevância para o debate quanto à democracia em sua concretude. Isto é, o tratamento das condições da política valeriam na medida em que fortalecessem a relação entre partido, governo e classe operária, tendo em vista que:

Se nos limitarmos a investigações sociológicas e estatísticas no estudo da situação e do estado de espírito da classe operária, isso significa que podemos convencer os

---

<sup>80</sup> Dantzig era o nome de uma cidade — atualmente Gdańsk — na Polônia, relacionada ao levante popular polonês de 1970-71.

acadêmicos acerca da nossa verdade; mas só que não são os meios acadêmicos que limpam as ruas, mas sim os garis. E a questão central é que devemos convencer os garis de nossa verdade. Se promovermos quinze seminários acadêmicos e convocarmos mais cinco pessoas para a Academia, a fim de ampliar o seu quadro científico, nada disso vai alterar as coisas. Não subestimo a importância das investigações e das estatísticas; ao contrário, considero-as esclarecedoras e significativas, na medida em que quanto mais informados estiverem os protagonistas a que se referem essas questões - de um lado, o Partido e o governo; de outro, a massa operária -, tanto mais fácil será chegar a um acordo adequado. Ou seja, considero investigações e estatísticas sumamente adequados e importantes, mas não como um apêndice da democracia e, sim, como um instrumento intelectual para o encaminhamento e realização dos processos democráticos (Lukács, 2008e, p. 219-220).

Mais uma vez estamos diante do estabelecimento, por Lukács, do critério da *concreta democratização* para que se avaliasse aspectos ideológicos. Aqui o húngaro é aquele que, além de já ter realizado, por diversas vezes uma crítica às ciências parcelares, estabelecerá, também, uma relação entre ciência, convencimento e classe operária. Como veremos abaixo, a formação da consciência não se dá somente através de um aspecto externo mas, também, através do estabelecimento de uma cultura ligada às relações de produção de um tempo, vistas nas concretas relações da cotidianidade.

#### 4.2 NÃO HÁ CULTURA AUTÔNOMA: POLÍTICA CULTURAL E TRABALHO BEM FEITO

Após tratar destes aspectos da contínua concretização da democracia naquilo que Lukács chamou de *questão sindical*, o filósofo húngaro voltará suas atenções, na entrevista, para questões acerca da cultura. O direcionamento a este tema já não poderia causar espanto ao leitor uma vez que, para além da óbvia afinidade de Lukács com os debates acerca da cultura e da estética, deve-se recordar que a iniciativa da entrevista de Lukács havia partido de György Aczél, o então responsável pela política cultural do Partido Socialista Operário Húngaro (*Magyar Szocialista Munkáspárt* - MSzMP).

Entretanto, a relação da cultura com as temáticas anteriormente abordadas — trabalho, sindicato e concretização da democracia — deve também ser compreendida como íntima na medida em que Lukács assevera: “De minha parte, sustento que não há cultura autônoma. A cultura é parte das atividades do homem em sociedade” (Lukács, 2008e, p. 220).

Como há, para Lukács — conforme já destacamos —, o reconhecimento da intrínseca relação entre pores teleológicos, divisão social do trabalho e fenômeno ideológico, torna-se compreensível que, para o pensador húngaro, a cultura esteja vinculada ao fato de existir, no trabalho, uma possibilidade alternativa de elevação. Nesse sentido, em cada ocasião é "possível diferenciar melhor, com uma percepção cada vez mais profunda, os bons dos maus

resultados, do ponto de vista do desenvolvimento do trabalho, dos produtos do trabalho e dos trabalhadores que os produzem, e também do ponto de vista dos usuários dos produtos" (Lukács, 2008e, p. 220). Dos bons ou maus resultados que decorrem de determinado desenvolvimento das relações de trabalho, dá-se o nascimento de uma *cultura específica* (Lukács, 2008e, p. 221, grifo nosso), de modo que é possível notar como a especificidade de cada cultura estará intrinsecamente ligada às relações de produção<sup>81</sup>.

Por isso, no Lukács do *Testamento Político*, a cultura seria “não um conceito unívoco, que possa ser compreendido esquematicamente” (Lukács, 2008e, p.222), na medida em que se expressa, numa sociedade e num tempo determinados mediante “a reação diante de diferentes formas de trabalho”<sup>82</sup>. Para sustentar, essa, que é uma íntima relação da cultura com as condições produtivas e a vida cotidiana, Lukács dirá:

Não ousou, uma vez que não sou especialista no domínio da arqueologia, sustentar - ainda que o creia muito provável - que a primeira manifestação do surgimento da cultura ocorreu quando os homens fabricaram seus próprios instrumentos de trabalho e estabeleceram seus valores de uso, já que, em certa medida, que não sei definir, foram bem-sucedidos. O primeiro homem civilizado foi provavelmente aquele que, fabricando o primeiro machado de pedra, errou menos e teve menos necessidade de jogar fora a pedra que começara a cortar porque o fizera mal. Esta cultura amadureceu lentamente, à medida que os valores de uso, estabelecidos através do trabalho, foram ganhando importância, alterando assim a qualidade do objetivo e da realização do trabalho. Se, por exemplo, trata-se da construção de uma casa, ou de um castelo ou mesmo de qualquer outra coisa, há aqui uma enorme diferença: o trabalho será realizado, de um modo ou de outro; ou, em palavras mais simples, no cultivo da terra pode-se arar de uma maneira ou de outra, pode-se atrelar os bois de uma forma ou de outra etc (Lukács, 2008e, p. 220)

Por conseguinte, assim como Lukács debateu não apenas a quantidade de opções disponíveis para a tomada de decisão na ação política, mas também a qualidade da escolha — através da presença ou ausência de uma relação autêntica entre o eleito e seus eleitores —, agora o autor discutirá também a qualidade da escolha que desenvolverá o trabalho das massas operárias. Desse modo, como se tornou evidente que a cultura tem vínculo com as relações de produção, os resultados das escolhas — que se transformam em cultura — serão agora julgados, em critérios de utilidade e implementabilidade, conforme essas relações de produção nas quais estão inseridos.

Ocorre que, por vezes — e aqui é necessário recordar como Lukács foi frequentemente taxado de reformista ao apontar, justamente, como era possível enxergar certos avanços nos desenvolvimentos econômicos e ideológicos vistos sob condições da sociedade burguesa —, estaria contida, em germe, na mesma solução que parecia a mais útil às

<sup>81</sup> “Quando dizemos que na Grécia, em Esparta, nasceu uma cultura militar específica, cabe notar que ela não nasceu do nada, mas das relações de produção espartanas” (Lukács, 2008e, p. 221).

<sup>82</sup> Como Lukács reforça no Complemento a entrevista: “O homem, seja intelectual ou operário, faz uso da sua própria cultura para responder às suas necessidades vitais” (Lukács, 2008e, p. 238).

relações de produção em que estava inserida, um direcionamento para a transformação das próprias condições que haviam dado origem àquela cultura específica. É o que, por exemplo, para Lukács, parece ter ocorrido com a alfabetização dos operários:

Igualmente, não podemos esquecer que as questões culturais sempre são convergentes, ao final e em momentos históricos determinados, com os requisitos exigidos pelo trabalho ao homem - como, por exemplo, quando, no século XIX, emergiu um certo estrato cultural da classe operária, numa situação em que aos analfabetos era muito mais difícil que aos alfabetizados viver em grandes cidades e trabalhar nas indústrias. Creio estar fora de dúvida que a alfabetização surgiu com o desenvolvimento do capitalismo e da vida urbana, em relação direta com o capitalismo. Por isto, cada cultura deve ser julgada segundo para quem, em que medida e de que modo é útil e implementável. Não se deve perder de vista, por exemplo, que a cultura recebida pela classe operária no marco do capitalismo foi, indubitavelmente, de interesse para a classe capitalista; sem ela, os capitalistas não encontrariam operários estáveis nas grandes cidades. Mas a consequência disso foi que a classe operária organizou-se em partidos e sindicatos, utilizando em seu próprio proveito a cultura assim obtida (Lukács, 2008e, p. 221-222).

Assim Lukács apontará como a cultura poderia, a seu modo, além de espelhar o desenvolvimento de um tempo — já que o que a propuliona é o que no presente se concretizava necessário<sup>83</sup> — *impulsionar* o desenvolvimento das condições de produção, o que, à época do stalinismo, se fazia o contrário. Isto porque o stalinismo aproveitou-se, sem combater, de uma cultura na qual o capitalismo havia priorizado não o aspecto qualitativo do trabalho em si, mas em verdade, o juízo de valor acerca de uma espécie de bom ou mau trabalhador (Lukács, 2008e):

Creio que jamais se deveria esquecer, a respeito desse aspecto da cultura operária - e isto se relaciona a uma questão sumamente importante -, o que para nós é uma herança negativa da era stalinista. Na realidade, o capitalismo conferiu, por mais que a indústria tenha equalizado a produção mediante a maquinaria, uma enorme significação ao fato de um operário ser bom ou mau trabalhador. Somente os espíritos tecnocráticos podem imaginar que as máquinas e os instrumentos, com o operário convertido num ente mecânico, atuam perfeitamente. Qualquer um de nós que tenha conhecido uma fábrica e o trabalho fabril sabe muito bem que esta noção é falsa: mesmo com a técnica mais perfeita nas mãos dos operários - se estes não têm outra tarefa a desempenhar além do seu trabalho na fábrica-, há uma grande distância entre o trabalho bem realizado e aquele mal feito (Lukács, 2008e, p. 222)

Com Stálin, portanto, “desapareceu o conceito de trabalho bem feito” (Lukács, 2008e, p. 222) e o perigo dessa situação, para Lukács, era que, Marx, quem “pouco ou sucintamente se referia ao desenvolvimento socialista futuro” quando acerca disso havia tratado, “considerava que um dos critérios deste desenvolvimento residia em que o trabalho antes

---

<sup>83</sup> “Não creio, portanto, que os homens — salvo poucas exceções que não são significativas aqui — ampliem sua cultura ou seus conhecimentos de modo diverso como o fazem com seus próprios problemas pessoais. Por isto, se houver no país um desenvolvimento democrático que conceda voz aos operários sobre determinadas questões da produção, então, sem dúvida, crescerá o interesse dos operários sobre as questões tecnológicas e econômicas (Lukács, 2008e, p. 2020)

imposto obrigatoriamente se transformasse em necessidade vital para o homem” (Lukács, 2008e, p. 222).

É a essa altura que devemos recordar como já foi tratado por nós, no segundo capítulo, — quanto ao contexto de publicação dos textos políticos tardios — como Lukács já havia apontado, antes mesmo da entrevista que dá origem ao *Testamento* em 1971, como a deformação staliniana do método de Marx e Lênin (2008c, p.186) havia se manifestado, *também*, na esfera econômica. Stálin faria crer que, com a tentativa de socialização dos meios de produção feita àquela época, a diferenciação entre trabalho necessário e trabalho excedente — essencial para a compreensão da lei do valor — havia perdido o sentido. Como já ressaltado por nós, para Lukács, essa falsificação da lei do valor por Stálin possuía finalidades ideológicas, para que as condições sociais daquele período da URSS fossem dadas como uma “tradução, na prática, da teoria de Marx corretamente interpretada” (Lukács, 2008c) — como se os métodos do stalinismo fossem apenas uma realização teórica e política do marxismo-leninismo” (Lukács, 2008c, p. 138). Com essa disseminação da ignorância deliberada e sistemática acerca das mediações econômico-sociais, especialmente as que envolviam a produção, Stálin podia tornar turvas as reais condições do dispêndio de trabalho humano a que era submetida à URSS.

Desse modo, no momento em Lukács considera necessário resgatar a atenção dirigida ao trabalho enquanto categoria fundante do ser social, não seria por pura veleidade — o filósofo húngaro defendia, em o *Testamento Político*, que através do resgate do caráter gerador de novas objetividades do trabalho, por meio da cultura operária, produziriam-se efeitos cotidianos no sentido da democratização.

Mas, para que isso ocorresse, não bastaria somente a referência à realização de um trabalho qualquer — como, por exemplo, um trabalho mal desenvolvido mas em quantidades exorbitantes. Era necessário, especificamente, um trabalho bem realizado, na medida em que “apenas o trabalho bem feito confere ao operário dignidade, auto-estima etc” (Lukács, 2008e, p. 223). Vejamos como Lukács nos dá dois exemplos práticos — os casos Karikás-Haubrich e Fejér-Beke<sup>84</sup> — de que o trabalho bem realizado poderia ser um critério uma vez que era algo efetivamente visível pelos operários:

---

<sup>84</sup> As informações acerca dos personagens citados são postas, da seguinte maneira, conforme as notas de rodapé 11, 12 e 13 da edição brasileira (Coutinho; Netto, 2008): József Haubrich (1883-1939), socialdemocrata, participou como responsável pelo Ministério da Guerra durante o período da República Soviética Húngara de 1919. É a este período que Lukács se refere como "ditadura". Lipót Fejér (1880-1959), matemático húngaro, pesquisou a possibilidade de somar as séries de Fourier, fundamentais nas modernas teorias das séries divergentes. Manó Beke (1862- 1946), matemático húngaro, professor da Universidade Eötvös Lóránd (Budapeste).

Certa feita, durante a ditadura, conversei com um excelente operário, Frigyes Karikás, e perguntei a sua opinião sobre Haubrich. Karikás fez um gesto de desprezo e disse que Haubrich era um mau ferreiro. Não tenho certeza do ofício de Haubrich; pode ter sido ferreiro, mas não me recordo. De qualquer forma, Karikás - um trabalhador de nível médio - avaliava o seu ministro conforme as suas qualidades como operário fabril. Essa hierarquia operária era absolutamente real em 1919; a era stalinista liquidou-a retrospectivamente e em seu lugar entronizou a produção quantitativa [...] Evoco mais uma lembrança da minha juventude; conheci Lipót Fejér quando ainda não era catedrático da Universidade nem membro da Academia. Era inacreditável o profundo desprezo com que se referia a Beke, professor universitário e membro da Academia, porque, numa descoberta matemática de Fejér, Beke não percebera a existência de uma formulação problemática. Isto não me parece uma simples questão científica: revela o efeito do trabalho bem realizado sobre o pensamento do homem e se, hoje, é algo que só se verifica em certos círculos intelectuais, sinaliza um erro nosso: o seu desaparecimento no interior da classe operária (recordei o episódio Karikás-Haubrich para mostrar a sua incidência, à época, no meio operário). Se queremos um desenvolvimento socialista, cabe então estabelecer que é do bom trabalho que poderá nascer a noção de trabalho como necessidade vital (Lukács, 2008e, p. 223-224).

Para que o trabalho fosse uma necessidade vital, reformas deveriam dar conta de reduzir e debilitar o caráter tirânico do trabalho e a condução despótica da vida. Neste caso ganha proeminência, mais uma vez, o tratamento lukácsiano quanto a cultura operária, uma vez que seria através dela que o trabalho do operário não se encerraria em “certa realização mecânica” ou “certa adaptação ao aparato burocrático que permite que uns tenham salários mais altos que outros” (Lukács, 2008e, p. 224) — o que estaria longe do que Lukács confere o nome de *trabalho socialista* (Lukács, 2008e, p. 224). Esse não seria somente “um problema de produção e consumo (que, na realidade, é um problema de melhoria da qualidade) mas, em verdade, uma mudança “particularmente importante da posição do próprio operário, do trabalho com resultados puramente quantitativos ao trabalho criador de valores bem realizado — e o trabalho bem realizado é a categoria fundamental da vida do trabalhador” (Lukács, 2008e, p. 224-225)

Estou convencido de que há a mais estreita relação entre o trabalho bem realizado e a cultura do operário. Aquele que faz o seu trabalho apenas mecanicamente retorna à sua casa após o trabalho e não se preocupa com mais nada. Aquele que se interessa (e conheço numerosos trabalhadores deste tipo) pela eficácia ou pelos problemas de uma ou outra máquina pode muito facilmente voltar-se para estudos de mecânica e assim por diante; os interesses dos operários estão vinculados ao seu trabalho e aqueles que percebem que seus conhecimentos são deficientes progridem em seu caminho e se tornam homens muito capacitados. Também conheci inúmeros trabalhadores assim, dos velhos tempos: avançaram por trilhas diferentes, alguns se interessando por aspectos técnicos, outros voltando-se para a matemática e vários para a economia; mas é possível promover o desenvolvimento e desenvolver a si mesmo somente a partir de um bom trabalho, porque então interagem diferentes fenômenos e daí surge nitidamente a cultura do trabalho e círculos de interesse que transcendem a classe operária - pensemos, por exemplo,

num operário como Bebel<sup>85</sup> para se ter uma idéia do quão longe se pode avançar (Lukács, 2008e, p.225)

Neste trecho — que nos lembra Marx e Engels em *A Ideologia alemã*<sup>86</sup> — Ferdinand August Bebel é tido, por Lukács, como o exemplo de quem se desenvolveu através da cultura operária: após ser torneiro mecânico, Bebel havia conseguido se tornar líder político da socialdemocracia alemã. Nesta ocorrência estariam expostos tanto a relevância do real como momento objetivamente predominante como, também, a capacidade da consciência permitir ações transformadoras do indivíduo — de modo que a relação entre o homem e o trabalho não pode, nem de longe, ser fruto de efeitos mecânicos. O indivíduo é ativo em face às determinações sociais e, assim como Lukács trata em sua *Ontologia*: “o fluxo contínuo da reprodução do homem singular e da sociedade pode permitir a difusão e aprofundamento das capacidades individuais do homem singular” (Lukács, 2013, p. 206)

Não se verifica aqui uma dualidade: por uma parte, Bebel seria um operário que realiza mecanicamente o seu trabalho e, por outra, um homem que estuda os problemas sociais. A análise da biografia de qualquer desses homens sensíveis mostra a transição entre os dois planos, na medida em que - e creio que isto é demonstrável também no nível intelectual - um trabalhador capaz pode passar do seu terreno original, correta e adequadamente, a âmbitos mais gerais; isto sempre ocorre na escala em que ele realiza bem o seu próprio trabalho. Um bom historiador encontrará mais rapidamente uma verdadeira filosofia da história que um mau historiador; mas não estou sustentando que historiadores ignorantes não escrevam sobre filosofia da história: hoje, tudo é possível (Lukács, 2008e, p. 225).

Se a qualquer dos trabalhadores é possível transitar entre seu terreno original — suas atividades práticas em alternativas concretas do dia-a-dia — e contextos mais amplos, é possível que as questões políticas, por meio da superação de uma divisão social do trabalho restrita, partam da expressão da vontade das massas — adequadamente dirigidas, como já

---

<sup>85</sup> Aqui Lukács faz referência à Ferdinand August Bebel (1840-1913) líder da socialdemocracia alemã, que havia sido torneiro mecânico.

<sup>86</sup> Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida - ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjeturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado. O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir” (Marx; Engels, 2007, p. 37)

visto por nós<sup>87</sup>. Mas, se o desenvolvimento das capacidades é permitida a todos, caberá aos sindicatos, aos partidos e aos governos conseguir propiciar situações em que os operários consigam exprimir suas iniciativas:

O grau de desenvolvimento da capacidade e da iniciativa do operário é algo que depende inteiramente de nós. Podemos organizar uma fábrica de modo a prescindir da iniciativa do operário: e então ele se interessará apenas por ganhar mais ou menos dez florins. Mas podemos organizar a fábrica de outro modo: não simplesmente instalando as máquinas e pedindo aos operários que as avaliem como boas ou más, porquê eles não dirão nada, mas sim instaurando um clima tal que ofereça a cada operário o direito de participar de uma crítica produtiva sobre as máquinas instaladas. Neste caso, surgirá uma crítica operária e, se ela tiver conseqüências (ou seja, se se chegar a resultados positivos e se aqueles que fizerem a crítica forem de alguma forma beneficiados), certamente crescerá entre os operários a vontade de participar. Mas é duvidoso que isto ocorra de forma espontânea (Lukács, 2008e, p.241).

Em certa medida parece óbvio que esse desenvolvimento do operário com uma diversidade de questões seja, efetivamente, algo bom diante do ponto de vista da *legitimação da democracia* (Lukács, 2008e). Entretanto, o que pretendemos destacar neste texto é como que, para isso, Lukács se valerá do papel do trabalho, mais especificamente o *bom trabalho*, e da cultura, especificamente a *cultura operária*. Isso não pode parecer limitante pois uma verdadeira cultura operária seria capaz de gerar impacto sobre as diversas disciplinas<sup>88</sup>: da economia à física, na medida em que surgissem os mais diversos problemas passíveis de solução teórica (Lukács, 2008e, p. 226).

Os comentários de Lukács acerca da *política cultural* fazem o filósofo voltar a expor, mais uma vez, seu tratamento minucioso acerca da relação entre os problemas locais *versus* questões universais. O magiar, como veremos logo abaixo, voltará a tratar de condições específicas da Hungria sem qualquer regionalismo, estabelecendo uma relação entre o que acontecia naquele país com a discussão acerca da política e da cultura a nível mundial — que se desenvolve especialmente no capitalismo:

---

<sup>87</sup> Por adequadamente dirigidos é importante que se tenha em mente, também, como o capitalismo certamente restringiu a iniciativa dos trabalhadores, isto é: “No que toca à possibilidade de o operário contemporâneo, com base em sua cultura, intervir no processo produtivo, penso que devemos distinguir dois níveis. Está fora de dúvida que ele tem poucas possibilidades de intervir na concepção e no planejamento da construção de um reator nuclear; sua possibilidade de intervenção, aqui, é muito menor que nas questões produtivas dos tempos do capitalismo incipiente [...] Por outra parte, são necessários anos de experimentação para definir o instrumental ou a maquinaria a instalar numa unidade produtiva; há uma série enorme de mediações entre o projeto e o trabalho realmente ótimo. Creio que um bom operário reconhece essas mediações mais rapidamente do que um bom engenheiro. A partir disso, compreende-se que o operário não tenha muitas condições para opinar sobre que tipo de máquinas devem ser feitas nas fábricas que as produzem; todavia, estou convencido de que, sobre as máquinas mais delicadas, os bons operários talvez possam julgar melhor que os engenheiros determinadas qualidades para o seu máximo aproveitamento” (Lukács, 2008e, p. 240).

<sup>88</sup> “Uma cultura sem vínculos mantém-se como que suspensa no ar e não passa do aprendizado de certos formalismos despídos de significado” (Lukács, 2008e, p. 226).

No que diz respeito à cultura em plano mundial, o quadro, de início, é que todos os fenômenos mais significativos estão estreitamente relacionados com a cultura local (basta recordar os cantos e danças camponesas); são, ao princípio, fenômenos locais. Logo se transformam em grandes fenômenos locais e, com o desenvolvimento do capitalismo (em vista da criação de instrumentos por meio da tecnologia), convertem-se em fenômenos internacionais. O capitalismo, em si mesmo, é uma tendência internacional e, naturalmente, torna internacional a cultura a ele relacionada. É assim que surge o processo - duplo e de modo algum contraditório - pelo qual, por um lado, toda cultura cresce num terreno determinado, estimulada pelas respostas a problemas econômicos concretos (em última instância, em relação à classe operária) de uma época determinada e de um país determinado; e pelo qual, por outro, em obras de arte, pinturas, composições musicais, obras literárias etc., os produtos adquirem um certo significado internacional. Não foi assim por acaso que, no início do século XIX. (Lukács, 2008e, p. 227, grifo original).

Do mesmo modo que a crítica a democracia na Hungria socialista não adquire só um tom de querela regional, Lukács apresenta como a cultura, ainda que comece respondendo a questões concretas de ser, colocadas pelos pores teleológicos, ganha outra dimensão no capitalismo. Isto é, na medida em que se desenvolvem as respostas conferidas as alternativas práticas, tem-se a cultura. De modo que a cultura, com seus acúmulos de informações acerca das respostas às questões teleológicas postas pela vida, em seu papel ideológico, pode atravessar fronteiras e ser útil e relevante, do mesmo modo, para diversas localidades. Assim teríamos vários fenômenos ideológicos (como os de talhe filosóficos e artísticos) que assumem papel universal. Mas Lukács considera necessário se resguardar: o caráter universal desses fenômenos ideológicos — como a literatura — não se dá por uma imposição externa, por uma obrigação de obediência à uma política de estado ou política externa imposta. Se dá, somente, por conta da semelhança entre diversos processos sociais os quais, com as necessárias mediações, tornam-se possíveis de serem comparados ou observados à luz das especificidades sociais:

Goethe referiu-se ao surgimento de uma *literatura universal*. Esta literatura universal significa que as respostas culturais superiores deixam de ser questões privadas de grupos reduzidos e passam a ser problemas comuns a toda a sociedade e são julgadas a partir desse ponto de vista. Por isso, considero ridículo que alguém tome uma questão cultural como um problema de Estado: é como se alguém, por exemplo, nos dissesse que, relacionando positiva ou negativamente Shakespeare ao desenvolvimento do drama, estaríamos nos intrometendo nos assuntos internos da Inglaterra. Há muito que Shakespeare transcendeu os assuntos internos da Inglaterra, assim como Tolstoi, Dostoievski e Pushkin transcenderam os assuntos internos da Rússia. Por isso, toda questão que surja hoje na cultura só se converterá numa questão efetivamente significativa se for capaz de influir no desenvolvimento cultural para além das fronteiras nacionais. É absurda a concepção segundo a qual a crítica cultural é uma questão nacional. Sem dúvida, existem intromissões em assuntos nacionais. Por exemplo: se eu, caso fosse austríaco, exigisse que a Hungria aumente ou reduza o preço dos cigarros, certamente estaria me intrometendo nos assuntos internos da Hungria; mas se, na condição de escritor austríaco, afirmasse que considero Ady o maior poeta húngaro, não estaria me intrometendo minimamente nos assuntos húngaros (Lukács, 2008e, p. 226-227, grifo original).

Nesta crítica à nacionalização do debate da cultura reside não somente uma preocupação com o esclarecimento de finalidade científico-filosófica da realidade mas, também, uma necessidade de marcar uma oposição de Lukács em relação ao stalinismo: mais especificamente, uma oposição ao sectarismo cultural. As especificidades objetivas que geram pores teleológicos são, somente a princípio, vinculadas a relações concretas específicas e, qualquer redução da questão cultural ao aspecto meramente local, ao contrário de dar conta de tratar dessas especificidades, pode somente reduzir a questão a um provincianismo ensimesmado, que leva a um encastelamento ideológico ao tom de Stalin e dos stalinistas, que utilizavam de um suposto nacionalismo para reduzir a questão do avanço e da continuidade do comunismo em todo mundo à manutenção de seus regimes e da URSS à qualquer custo. Assim, mais uma vez, quando Lukács fala de cultura, fala de política e, quando fala de política fala não somente de política cultural.

No momento em que apresenta como sendo inadequado o tratamento da crítica cultural enquanto questão nacional, Lukács acaba por abordar a relevância da liberdade de crítica em seu caráter democrático e, portanto, deve tornar-se claro que a *liberdade de crítica do esteta é a mesma liberdade de crítica à política* — ou ao Governo, ao Partido, ao sindicato<sup>89</sup>. Neste momento, recordemos da intensa participação de Lukács no Círculo Petofi e a influência que esse movimento parece ter exercido neste último tratamento lukácsiano quanto a política. Ao defender uma orientação democrática, Lukács adota uma perspectiva anti-reducionista em relação às contribuições ocidentais sobre cultura e democracia. Isso lhe permite não rejeitar isoladamente os avanços produzidos pelo desenvolvimento capitalista mas, em verdade, incorporar à tradição marxista aquilo que esses avanços podem oferecer em termos de desenvolvimento humano. Desse modo, ao comentar, em seu *Testamento Político*, acerca da obra de Alexander Soljenitsin<sup>90</sup> — escritor russo premiado com o Nobel em 1970, o magiar trata:

Sob este ponto de vista, Soljenitsin realmente conquistou importância na literatura universal: ele reproduz diretamente, criticando-a, a vida russa. Ora, a situação do

---

<sup>89</sup> Em outro exemplo dessa ocorrência, Lukács, relacionando a ausência de crítica à falta de liberdade política: “Sabemos todos que entre os nossos escritores, e sobretudo entre os nossos jornalistas, há muitos que escrevem um artigo afirmando a coisa X e, ao receberem um mínimo sinal do alto, rapidamente o modificam, afirmando Y e até sustentando que X era um erro. Nego rotundamente que esta seja uma tradição a ser preservada. Com homens assim, nunca se poderá reconstruir o socialismo. Poderão ser designados ministros e assessores, ou qualquer outra coisa, mas continuarão a implementar o socialismo autoritário-burocrático de Rákosi e não um socialismo verdadeiro. Eu sustento - sem pretender intervir nas questões atuais - a necessidade de renovar todo o aparato, de estimular a tendência a afastar com o tempo todos os rakisistas convictos ou, pelo menos, a deslocá-los para postos onde a sua influência seja menor e assim por diante. Sem isto, não se pode levar a Hungria à democratização (Lukács, 2008e, p. 231-232).

<sup>90</sup> Acerca de Soljenitsin, cf. *György Lukács leitor de Alexandre Soljenitsin* (De Souza, 2012).

socialismo em todo o mundo, o desenvolvimento dos partidos socialistas em diferentes países, seu poder de mobilização etc. são questões cuja relação com o desenvolvimento russo a partir de Stalin seria ridículo negar. Portanto, caso surgisse um grande escritor que criticasse esse desenvolvimento, isso só poderia ocorrer se ele fosse capaz de fazê-lo de forma a abordar até mesmo os menores problemas humanos, respondendo assim, indiretamente, às inquietações de todos os homens que, também nos países capitalistas do Ocidente, procuram o sentido da sua própria vida. Por isso, Soljenitsin pertence àquele grupo de escritores que, na literatura soviética (Gorki, Cholókov, Makarenko, só para citar alguns nomes), expressaram suas próprias concepções socialistas de tal forma que aqueles que vivem em países não socialistas experimentaram sua influência na própria vida e na própria cultura. Soljenitsin pertence a este gênero de escritores (Lukács, 2008e, p. 227).

Ao se contrapor a concepção da questão cultural como problema de estado, Lukács não deixa de reconhecer uma espécie de *política literária*, com a qual se cria instrumentos ideológicos que impactam desde as relações diplomáticas até as questões internas dos países e, neste último ponto, o embate de Lukács também se dará contra o nacionalismo na Hungria, que assumia feições conservadoras:

Ora, em Soljenitsin se constata uma grande fecundidade literária. Indubitavelmente, conjugaram-se, na concessão a ele do Prêmio Nobel, os dois motivos. E não podemos dizer nada a respeito: trata-se, em definitivo, de uma questão da literatura soviética (sem descartar, com isto, a possibilidade de converter essa posição em objeto de crítica). É algo reiterativo na história da literatura, do princípio ao fim: se Lessing criticava a tragédie classique e entronizava Shakespeare e os gregos, aqui também existia uma política literária. E é lógico que pôde haver e houve franceses que a consideraram como uma intromissão na questão nacional francesa; mas, quando se trata somente de literatura, não me parece haver nenhuma intromissão. A indicação ao Prêmio Nobel, naturalmente, envolve um nacionalismo que deve ser interpretado de formas muito diversas (Lukács, 2008e, p. 227-228)

Para Lukács devia-se tomar cuidado com o nacionalismo na medida em que através dele é possível confundir, erroneamente, o sentido da continuidade da vida do homem, portanto, a *persistência do desenvolvimento*, com a manutenção do ser nacional — como se fosse possível explicar, através de falsos conceitos, “o homem a partir da sua origem ou do lugar que ocupa na produção” (Lukács, 2008e, p. 229). Para exemplificar tal questão Lukács trata que, na própria Hungria, mesmo que para, corretamente denunciar o fascismo em gestação, cometia-se o erro de glorificar o passado conservador monárquico do país através de referências positivas à 1867, período em que se consolidou o Império Austro-Húngaro — espécie de monarquia dual na qual a política externa, a economia e as forças armadas húngaras eram controladas e administradas por Viena:

Em muitos países, sobretudo em países conservadores como a Hungria, surge a concepção segundo a qual a manutenção da continuidade é similar à manutenção do ser nacional. Se recordarmos as ideologias posteriores a 1867 veremos, em síntese, que a antiga Hungria - ou seja, as oligarquias regionais, o fideicomisso dos latifúndios, os privilégios da Igreja etc. - não pôde romper seus laços com a Hungria feudal sem romper os laços com a própria cultura (Lukács, 2008e, p. 228).

Vejam aqui que Lukács diz *falsos conceitos* na medida em que esses não poderiam dar conta de explicar a realidade e, também, as condições humanas. Isso porque conforme o tratamento da questão da ideologia em sua *Ontologia*<sup>91</sup>, sabemos que Lukács não caracteriza o fenômeno ideológico através de uma suposta qualidade fixa de um produto espiritual mas, sim, por meio de um fundamento ontológico-prático, ou seja, tratando ideologia “enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens” (Vaisman, 2010, p. 51). Desse modo Lukács deixará claro como a ideologia, por si só, não pode ser entendida como sinônimo de falseamento da realidade, ou melhor, “verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia” (Lukács, 2013, p. 467). Portanto, ao frisar o caráter falso dessas explicações que tratam o homem “a partir da sua origem ou do lugar que ocupa na produção”, o filósofo húngaro pretende indicar a incapacidade da primazia de categorias sem que sejam visualizadas em meio ao desenvolvimento da sociabilidade do ser social e, portanto, sendo extremamente marcadas por condições da divisão social do trabalho capitalista.

Isto é, tomar o homem através de categorias somente ligadas ao processo de produção imediato é naturalizar um processo de extrema socialização. Desprezados os pontos de partida ontologicamente favoráveis, tanto para investigar a economia do capitalismo quanto para tratar de um período político de transição que tentasse sucedê-la (como era o caso dos regimes soviéticos) torna-se impossível qualquer análise rigorosa, de modo que não bastaria conferir aos fatos “uma roupagem socialista” (Lukács, 2008e p. 230 — como havia tentado Rákosi<sup>92</sup>:

Podemos conceder a tudo isso uma roupagem socialista; podemos dizer, se estamos de acordo, que aqui Rákosi de fato construiu o socialismo. O fato é que aqui, com os olhos fechados, não se vê a deformação do socialismo com Rákosi e na era Rákosi, mas se prossegue num caminho legitimado em maior ou menor medida, no qual não se percebe a presença dos restos do conservadorismo húngaro; o fato é que poucos levam em conta a existência de uma luta para a qual é preciso tomar como modelos de líderes os Petőfi, os Bartók, os Ady. *Tudo isso não é uma simples questão literária, mas uma problemática que permanece consideravelmente atual* (Lukács, 2008e, p. 230-231, grifo nosso).

Assim, do mesmo modo no qual é evidente, neste texto, que as considerações de Lukács acerca da política não se restringem à questões literárias, Lukács também deixa claro, ao tratar das violências do período rakesiano (tendo como exemplo o processo de Rajk<sup>93</sup>), que a discussão sobre democracia e socialismo não se trata de uma particularidade da Hungria, mas algo pertinente ao socialismo em todo o globo, isso porque:

---

<sup>91</sup> Cf. Vaisman, 2010.

<sup>92</sup> Cf. nota de rodapé nº 42.

<sup>93</sup> Cf. notas de rodapé nº 45 e 46.

Rákosi se insere nesta tradição e devemos ter clareza de que ele fez uma quantidade de coisas que são piores que tudo o que foi feito pelo socialismo em toda a sua história. Não podemos esquecer: se compararmos os grandes processos russos ao processo de Rajk, constatamos que aqueles condenaram injustamente Zinoviev, Bukharin e Radek. Mas é absolutamente inquestionável que Bukharin e Radek eram opositores, ao passo que, na Hungria, ao contrário, o extermínio no movimento operário exerceu-se sobre muitos que nem sequer eram opositores. Não ousou sustentar (sei que a Sra. Rajk me levará a mal, mas não posso alterar em nada esta verdade) que Rajk tenha sido um rakesiano ortodoxo, mas ele não foi um opositor. No caso de Rajk, recuso-me em absoluto a admitir que se apresentem quaisquer circunstâncias atenuantes. Se dissermos que o nosso socialismo não tem nada a ver com o que ocorreu com Rajk, rompemos inteiramente com todo o sistema que nos levou a isso e, então, nos situamos em terreno socialista; em troca, se dissermos que a execução de Rajk foi, de fato, parte da construção do socialismo, estamos assumindo uma enorme mentira. (Lukács, 2008e, p. 230-231)

Para Lukács o socialismo autocrático e burocrático de Rákosi se diferenciava largamente do socialismo verdadeiro e, sem um acerto de contas com esse passado — o que Janos Kádár, dirigente da Hungria à época do escrito, se recusava a fazer — não se poderia levar a Hungria à *democratização*. Existiriam, àquela época, poucas tendências democráticas naquele socialismo húngaro e, para Lukács, a relação entre socialismo e democracia seria tão intrínseca a ponto de que, somente os que rompiam com o legado da era Rákosi eram *socialistas em sua totalidade*. O regime húngaro só assistia às práticas democráticas, ainda que involuntárias, de setores da sociedade considerados, pelo filósofo, a “oposição socialista à incorreta opção da era Rákosi”, unidos, principalmente, por conta de uma errada condução da política agrária:

É perceptível hoje, como parte essencial da vida húngara, o rompimento involuntário dos homens com o legado da era Rákosi, de modo a continuarem sendo socialistas em sua totalidade. Pensemos no desenvolvimento agrário atual. A era Rákosi foi um desastre neste aspecto e levou o desenvolvimento agrário a um tal beco sem saída que o governo viu-se obrigado - e gostaria de sublinhar que não o critico por isto - a fomentar até a produção doméstica para que se iniciasse o ciclo produtivo da agricultura. O desenvolvimento agrário húngaro começou assim, a partir dessas alternativas liberais; no entanto, não prosseguiu de acordo com elas: uma parte do campesinato procurou implementar um sistema cooperativo, o que representa um passo mais sólido e positivo na direção do socialismo do que a criação dos colcozes da era Rákosi. Acabo de ler, num jornal de ontem ou hoje, que, numa localidade do interior, três cooperativas se uniram para, mediante o trabalho conjunto, aumentar a produção de aves e ovos. Esta é uma oposição socialista à incorreta opção da era Rákosi - e não vejo nenhum sinal de que esta última seja relativamente aprovada. Penso que a maioria das ações que Rákosi quis implementar em seu tempo, pelas suas consequências e especialmente pelas suas consequências para os homens, foram de uma ineficiência sem precedentes. E devemos lutar contra isto (Lukács, 2008e, p. 231)

Como se vê, Lukács considera como oposição socialista à Rakosi quem desenvolvia, através do campesinato, enquanto agentes da democratização (ainda que tenham, no início, somente liberais), um sistema cooperativo. Logo é possível ver como há neste texto, para Lukács, uma relação entre a *democratização e a esfera de produção*. De modo que,

considerando as considerações que Lukács já havia feito, em outros textos políticos tardios acerca da economia — como foi tratado por nós no item *repercussões econômicas do stalinismo: industrialização, planificação e burocratização* — vemos mais uma vez, como em o *Testamento Político* Lukács segue conseguindo fazer uma crítica contundente ao stalinismo — inclusive em aspectos da economia.

Portanto, para avaliar a questão democrática, é necessário observar como Lukács retorna ao esforço de tratar das *tendências reais* de desenvolvimento enquanto condições concretas do trabalho — ou seja, as que se dão na vida cotidiana. Neste caso, adotando uma posição não dogmática, o filósofo evidencia como as condições concretas do trabalho agrário apontavam para uma *democratização* ou, até mesmo, para “um certo socialismo espontâneo naquele desenvolvimento agrário” (Lukács, 2008c, p. 237). Isso porque essas condições de trabalho, ao mesmo tempo que existem em sua singularidade social, também dão cabo ao movimento imanente das categorias econômicas e indicam a capacidade de desenvolvimento dos indivíduos em relação a outras condições, como para dar conta dos vários conflitos do ser social, inclusive através da política. É essa sofisticada relação entre esfera da produção, trabalho, cultura e democracia, que Lukács desenvolve neste texto sem se furtar, também, de indicar que mais análises científicas ainda deveriam ser feitas:

Julgo que seria importante e interessante submeter a questão agrária atual a uma análise científica [...] porque agora poderiam ser ressaltados os verdadeiros princípios socialistas. Isto não pode ser feito de modo rápido: implica uma investigação séria. Mas creio que, em decorrência da adequada política de Kádár, implementada desde 1957 e que se identificou com o novo decreto de entrega de terras de Imre Nagy, temos entre nós um desenvolvimento que - em relativa oposição à política industrial e também à política cultural - significa, na Hungria, uma aproximação a um socialismo democrático muito mais legítima do que qualquer outra anteriormente tentada. Ignoro se são muitos os que sublinham tão fortemente que o desenvolvimento húngaro está corretamente orientado no que tange ao setor agrário. Eu o faço sem reservas, embora tenha a cautela de dizer que o tema ainda deve ser analisado cientificamente, uma vez que não se pode avaliar adequadamente um movimento tão relevante apenas à base de notícias e algumas experiências pessoais. A mim me interessa a perspectiva democrática das questões; e estou inteiramente convencido - e a questão agrária é nisto muito interessante - de que, quando estes jovens camponeses retornaram ao Grupo Cooperativo Produtivo, não trabalhavam no melhor setor da agricultura doméstica. Alguém poderia pensar que aqueles que abandonaram a cooperativa agrícola de Rákosi seriam agora fanáticos da solução doméstica. No entanto, esses jovens trabalhadores não querem que cada camponês tenha uma vaca: querem que a cooperativa opere com um rebanho moderno e, mediante a venda da carne e derivados, que a cooperativa de produção se expanda. É aqui que reside um aspecto espontaneamente socialista - repito: ainda não analisado adequadamente. Ao que eu saiba, não existe uma única monografia séria acerca desta questão (Lukács, 2008e, p. 233-234).

Como vemos mais uma vez, é justamente nos textos políticos tardios que estão, mais detalhadas, as condições com as quais Lukács trata com afincos das *tendências reais* do

desenvolvimento e indica, também, respostas políticas à elas – a serem dadas tanto pelo sindicato, quanto pelo partido, quanto pelo governo. Nos exemplos acerca do sindicato e depois quanto às cooperativas agrícolas, importava a Lukács que estivesse claro que ele não pensava “apenas no sindicato, mas em todas as questões da vida cotidiana” (Lukács, 2008e, p. 235). É refletindo acerca desses dilemas da vida cotidiana que Lukács, para além das relações com os sindicatos e com as cooperativas agrícolas tratará, dessa vez, do que recebe o nome de associação *ad hoc* — isto é, uma associação interina criada com propósito específico, neste caso: a ampliação de um serviço a ser oferecido e a melhora das condições de vida das massas

Um exemplo pode servir como ilustração: digamos que, numa importante rua de Budapeste, não haja farmácias; não vejo por que os seus moradores não possam organizar-se e demandar ao conselho distrital a instalação de uma farmácia nessa rua. Não consigo vislumbrar nenhum perigo num fato como esse, impensável no esquema organizacional da era Rákosi. Diz-se agora que qualquer pessoa pode reclamar, escrever uma carta ao Népszabadság etc. Mas sabemos muito bem que uma carta é um pedaço de papel que, ao cabo de três dias, não existe mais. Em troca, se é uma associação *ad hoc* que se apresenta ao conselho distrital, que não o deixa em paz e até certo ponto o pressiona, então, mais cedo ou mais tarde, a farmácia vai aparecer - e sou absolutamente incapaz de ver nisso qualquer ameaça ao conselho (Lukács, 2008e, p. 233-235).

Somente com a possibilidade das massas se organizarem espontaneamente, em vários aspectos da cotidianidade, seria possível enfrentar o problema da burocratização — que, àquela época, assumia as cores dos herdeiros de Stálin. Por meio de uma relação com as autoridades — tanto através de associações quanto por meio de sindicatos — estaria aprimorado aquele contato ao qual Lukács se referia, lá no início do texto, acerca das eleições americanas: o contato qualificado entre representantes (ou candidatos) e representados (ou eleitores). Aqui é possível ver como, mais uma vez, ainda que não tenha feito a crítica ontonegativa à política como Marx (Chasin, 2012), Lukács combate o politicismo autocentrado, que toma a forma democrática como um fim em si mesma, independe das condições concretas em que é dada:

O caso dessas associações *ad hoc*, juntamente com a questão do sindicato, é importante: seu contato com as autoridades é muito mais proveitoso e fácil e contribui para a democracia porque, se essas associações são numerosas num distrito, com o tempo todos saberão como o candidato a qualquer posto neste distrito se relacionará com as demandas mais ou menos legítimas. Estou inteiramente a favor -porque a considero essencial - de que haja liberdade para que surjam movimentos e uma democracia desse tipo nas questões da vida cotidiana; só assim poderemos descartar as péssimas consequências da burocratização (Lukács, 2008e, p. 235).

Portanto, a acusação de que seriam insuficientes as considerações de Lukács acerca da política, para constituir algo como uma “teoria do Estado”, além de não compreenderem a natureza e a razão dessa que é uma ausência justificada, acabam por não dar conta, pelos

próprios termos do filósofo húngaro, da riqueza das considerações políticas da obra madura lukácsiana. Lukács, quem, àquela altura já havia acumulado experiências que iam desde a participação na República Soviética Húngara (ou República dos Conselhos) em 1919, passando pela ocorrência do regime stalinista e se estendendo até a posteridade da Revolução Húngara, possuía uma extensa gama de experiências servindo as suas análises filosóficas, mesmo que expressasse o cuidado de sempre se posicionar “contra qualquer estetização do passado”:

Por outra parte, também há tradições e experiências positivas e democráticas como, por exemplo, as de 1919 e de 1945. É claro que não penso que se possam aplicar de modo simples estas soluções democráticas; as coisas não funcionam assim. Mas é indubitável que têm um certo papel orientador: estou convencido de que há muitos camponeses que participam das cooperativas e deste processo de reformas que não escreveram o livro de Donáth sobre o período 1945-1948 mas viveram o que ele propôs e atuam neste sentido. Costuma-se dizer que todos os caminhos levam a Roma; em certo sentido, todo pensamento leva à verdade, qualquer que seja o ponto de partida (Lukács, 2008e, p. 233)

As tarefas colocadas por Lukács, justamente na riqueza de serem aquelas que se dão através das tendências reais, haveriam de lidar com homens reais nas medidas de suas complexidades e, acerca deste tema, Lukács tratou não temer a ausência de homens adequados. Isto é, haveria jovens, tanto os envolvidos com aquele desenvolvimento agrário, quanto com a política universitária ou outros tópicos, que possuíam “o espírito da reforma”. E tal reforma, ao contrário de iniciar-se pelos estratos burocráticos, partiria da cotidianidade do concreto para, então, alcançar os partidos, os dirigentes e o estado.

Não temo pela ausência de homens adequados. Não ponho em dúvida que o aparato dirigente atual é constituído por homens da linha de Rákosi. Por outro lado, estou plenamente convencido de que em todo escritório e em toda fábrica há muitos empregados jovens, jovens engenheiros que têm o espírito da reforma. Que não se possam implementar mudanças relacionadas às questões atuais - eis algo de que não estou absolutamente convencido [...] Se observarmos com cuidado os movimentos estudantis dos vários países capitalistas, veremos (não em todos, nem de modo consequente) que neles aparece a rebeldia anticapitalista, ou seja, a ideia de uma sublevação contra o sistema. Ora, em nossos movimentos estudantis (atrevo-me a dizer: com pouquíssimas exceções), o protesto se dirige contra o baixo nível das universidades. Se o governo húngaro tivesse realmente uma postura democrática - não apenas como desejo, mas como posição concreta -, reconheceria nesses estudantes insatisfeitos os seus aliados para a reforma, não interviria nos problemas com a utilização da polícia e nenhum movimento estudantil seria sempre seguido de um inquérito policial (Lukács, 2008e, p. 232-233).

Pois bem, o texto do *Testamento Político* inicia-se com György Lukács abordando aspectos relacionados às possibilidades de *escolha*, a tomada de decisões políticas e, de certo modo, também assim se encerra<sup>94</sup>. Para Lukács, não faria “sentido falar aqui de liberdade em

<sup>94</sup> Não consideramos, aqui, a parte *Sobre questões políticas de caráter pessoal*, ao qual Lukács em poucas páginas se dedicará, somente, a expor circunstâncias de sua relação com Imre Nagy, já abordadas por nós.

abstrato” e, por essa razão, ao sugerir que se deva falar da liberdade no singular, mas somente no plural, a liberdade política das escolhas passaria a ser *somente uma* das liberdades (Lukács, 2008e)<sup>95</sup>. Neste aspecto Lukács seguia otimista, naquela altura da vida no alto de seus 85 anos, quanto à participação popular — ainda que reconhecesse que a “liberdade sempre se organiza conforme as necessidades de uma camada ou classe social dominante” (Lukács, 2008e, p. 245). Esse reconhecimento não impediu Lukács de se manter otimista, somente o fazendo ter uma posição baseada ainda mais na concretude da vida cotidiana — isto é, o húngaro não propunha qualquer coisa de ponto de vista moral-político: “os puros fatos têm suas próprias consequências e exercem um papel determinante no destino de toda uma nação” (2008e, p. 247).

A questão parece ser, para Lukács, de ordem distinta: seria “possível que a classe dominante, contrariando os seus próprios interesses, tome decisões equivocadas” (Lukács, 2008e, p. 245) e, nesse aspecto, sempre haveria mais de uma possibilidade de reação, — tanto pela classe como pelo país — perante o erro concreto. Neste cenário, cada possibilidade daria cabo às respectivas consequências — acerca das quais Lukács não fornece, exatamente, uma resposta única sobre como proceder politicamente, já que a essa altura, já deve restar claro: para Lukács, a forma democrática-burguesa de participação não era, por si só, a etapa final da história humana.

Desse modo, longe de qualquer projeto fantasioso ou pouco comprometido com o tornar-se homem do homem, Lukács seguia, até em seus mais tardios textos políticos, como no *Testamento Político*, fornecendo insumos para que as análises quanto à política se dessem somente frente às determinações mais concretas da realidade social.

---

Consideramos para essa afirmação, portanto, o fim da seção “*Complemento à entrevista*”, que se seguiu a “*Entrevista para o Partido*”.

<sup>95</sup> “Falar abstratamente de liberdade é uma generalização epistemológica. [...] A questão da liberdade e da falta de liberdade deve ser verificada na experiência social concreta; fora desta - e aqui reside a debilidade de todas as argumentações capitalistas -, toda liberdade civil se converte em algo sem sentido: uma liberdade absoluta que, na realidade, corresponde a um grau nulo ou mínimo de verdadeira liberdade” (Lukács, 2008e, p. 243-244).

## 5 CONCLUSÃO

A investigação que deu cabo a esse trabalho iniciou-se através da observação do que nomeamos como textos políticos tardios: buscávamos, àquela época, esclarecimentos acerca do que Lukács havia chamado de democracia de um imperialismo manipulado (Lukács, 2008c p. 95), principalmente no texto *O processo de democratização* (1968). Àquela altura já sabíamos que a política e o direito eram complexos que deveriam ser diferenciados na obra tardia de Lukács (Sartori, 2020) de modo que, no maior espírito típico das universidades contemporâneas, de divisão social do trabalho e das ciências parcelares parecia que, como estávamos em uma faculdade de direito, só nos caberia uma análise acerca do complexo jurídico em *O processo de democratização* (1968).

Qual não foi a surpresa ao encontrarmos, em diversos outros registros contemporâneos, o mesmo Lukács de *O processo de democratização*: o crítico da sociabilidade contemporânea — tanto a capitalista como a “socialista” — que, ao mesmo tempo, se empenhava no resgate das diretrizes autênticas do marxismo. Como já tratado por nós neste trabalho, Lukács se manteve ativo em vários registros — entrevistas, ensaios, conferências, artigos curtos — principalmente no período de 1961-1971. Na proporção em que esses materiais se avolumavam, uma coisa ficava cada vez mais clara: havia, neste último Lukács, uma disponibilidade ímpar para tratar da política. Isso só poderia ser observado, todavia, sem que fosse feita qualquer segmentação ou “corte epistemológico” da obra do magiar: sabíamos que Lukács tratara da política durante toda sua vida e de modo algum poderia parecer que a alcunha “textos políticos” significava que Lukács houvesse, no final da vida, “magicamente” conferido um valor extrínseco ao que a política realmente possuía perante a totalidade do ser social.

Entretanto, ainda que houvesse tanta riqueza acerca da política nesse último Lukács não eram raros, no Brasil, registros que reduziram o tratamento lukácsiano da política nesse período — como se o húngaro houvesse sido, algum dia, um mero reprodutor da linha do partido ou um simples personagem do *establishment* do movimento comunista oficial. Constatamos que parte da recepção brasileira das considerações lukácsianas obscureceu a relevância de suas reflexões políticas. Por isso julgamos necessário, no capítulo três — *Comentário acerca da recepção dos escritos políticos de Lukács no Brasil* — explicitar como a redução da complexidade do último tratamento lukácsiano acerca da política se deu, parcialmente no Brasil, não pela insuficiência do pensamento do filósofo húngaro, mas por condições externas que impediram a adequada exploração de sua obra tardia sobre o tema.

Como tornou-se evidente com uma análise mais minuciosa acerca do *Testamento Político*, é impossível que Lukács ficasse reduzido a qualquer semântica de “política cultural” versus política *stricto sensu*.

A melhor análise quanto ao *Testamento Político* solicitava, também, que fosse feita uma observação do contexto histórico: os comentários acerca da política em Lukács só podem ser adequadamente tratados se compreendidas as condições às quais a União Soviética esteve submetida àquela época, inseridas naquelas que eram as condições práticas que resultaram da revolução russa. Mais especificamente, é necessário compreender como os comentários lukácsianos acerca da política dialogam com as críticas que o húngaro fazia ao stalinismo — o que, aliás, deve chamar atenção, já que essas foram condições as quais Marx nunca esteve submetido, uma das principais razões pelas quais devem ser observadas as diferenças quanto ao tratamento da política no alemão e no húngaro. Desta feita, desenvolveu-se o segundo capítulo do trabalho — *O contexto de publicação das considerações tardias de Lukács acerca da política* — em que, no primeiro momento, debatemos como Lukács tratou das insuficiências daquela que seria a principal linha política da União Soviética após 1956: o combate ao chamado “culto à personalidade”. E, em um segundo momento, tratamos das condições históricas que se impuseram após a morte de Stálin, especificamente na Hungria.

Como vimos, Lukács esteve profundamente envolvido no combate ideológico ao stalinismo de modo que, como também tratamos, por “ideológico”, não pode ser feito qualquer juízo de valor negativo, como se Lukács, por ter se dedicado ao debate no campo das ideias, estivesse se escondido ou deixando de fazer críticas abertas ao stalinismo.

Assim, Lukács apontou quais eram os perigos de reduzir os dilemas daquela época — que como vimos estavam intimamente relacionados à política — ao dilema do “culto à personalidade”: essa expressão só poderia ser entendida na medida em que indicasse como o rebaixamento de várias condições concretas as quais estiveram submetidas a União Soviética havia repercutido na seara ideológica daquela sociedade — na arte, na filosofia, no direito e também na política. E aqui está, para nós, um ponto fulcral das teorizações do último Lukács: o magiar não só apontou os limites daquela linha política oficial como, também, desenhou respostas concretas a serem tomadas em relação a elas, inclusive, por meio de ações políticas.

Para entender melhor essas questões, em determinados momentos, fez-se necessário que se retomassem, em alguma medida, determinadas considerações lukácsianas da *Ontologia do Ser Social*, principalmente acerca da ideologia. Mais uma vez era necessário rebater os juízos simplificadores acerca da obra de Lukács: expressões como “complemento”, “testamento” e outras, por vezes, podem turvar o caráter complementar de *acúmulo dialético*,

em uma espécie de *continuidade dentro da descontinuidade* (Vaisman, 2024), que resulta na concepção política madura de Lukács.

Neste espírito esperamos ter conseguido realizar a exposição — mesmo que mais minuciosamente apenas acerca de um texto, o *Testamento Político* — daquilo que consideramos ter sido o interessante do tratamento da política no último Lukács: o debate acerca da política era útil na medida em que, por meio dela, se conseguisse abordar a concretização ou a legitimação da democracia através de consequências práticas, de significado na vida cotidiana. Por essa razão destacaram-se várias considerações de Lukács no assim chamado *Testamento Político* em que, avaliando as condições concretas da Hungria, o filósofo era capaz de, ao mesmo tempo, fazer considerações que valiam para todas as democracias do leste europeu e, também, para as democracias burguesas.

Se antes, é em *O processo de democratização* (1968) que Lukács havia alertado que era impossível que a democracia fosse conceituada de modo genérico, como se fundada nas nuvens, em o *Testamento Político*, ele consegue provar esse ponto. Isto é, no texto, para fazer suas considerações acerca da política, Lukács não partirá de discussões acerca da forma democrática ampla mas, tão somente, das considerações da concreta suposta democracia socialista húngara, o que fará com que Lukács se debruce sobre minúcias do dia-dia através da relação, que enxerga como íntima, entre a democracia e a vida cotidiana. Para tanto, o húngaro partirá das tomadas de decisões individuais, baseadas nos pores teleológicos, através dos quais o homem responde às alternativas concretamente postas, também cotidianamente, para conferir a relevância necessária ao fator subjetivo, do pôr em ação das atividades humanas — que dependerá sempre decisão do conjunto de indivíduos.

É por essa razão, partindo da intrínseca relação entre o aspecto subjetivo da sociabilidade e o incremento da democratização, que Lukács dará conta de tratar da rotina dos sindicatos e, através disso, fazer uma crítica à burocratização stalinista. A crítica, como vimos, acaba também questionando o estado enquanto melhor instância representativa da sociabilidade de modo que Lukács, ainda que não tenha alcançado o caráter da ontonegatividade da política em Marx, passa longe de qualquer naturalização de uma institucionalidade estatal e jurídica. Em verdade, como vimos, o magiar, ao tratar de uma íntima relação que deveria ocorrer entre governo, sindicato e classe operária — não através de mandonismos mas sim em atenção a necessidade dos operários — abordará como é possível lidar com a expressão da vontade das massas, inclusive, na dimensão cotidiana.

O tratamento da cultura por Lukács, neste texto, também é relevante e pode ser motivo de pesquisas ainda mais intensas. Quando disse não haver cultura autônoma, o filósofo

acabou por responder e por fim a dois falsos dilemas acerca de suas teorizações: primeiro, quanto à suposta ausência do caráter político em suas contribuições acerca da estética e da arte, sendo impossível que se parta do *Testamento* para chegar a quaisquer dessas simplistas afirmações; em segundo lugar resta incontestemente que não haveria qualquer tratamento da “política cultural” que não abordasse, conjuntamente, de temas mais amplos da política.

Para Lukács a cultura está intrinsecamente ligada tanto à política quanto às relações de produção. Essa perspectiva o levou a voltar-se, mais uma vez, para as relações presentes na vida cotidiana, destacando, novamente, a ocorrência dos posicionamentos ideológicos diante das alternativas concretas. Neste momento o húngaro demonstrará como a qualidade das escolhas é capaz de promover o desenvolvimento das massas operárias. E, embora Stálin houvesse feito desaparecer aquilo que Lukács denomina de “trabalho bem feito”, é através desse tipo de trabalho que, mais uma vez, Lukács demonstrará que é possível gerar novas condições objetivas que sejam mais democratizantes: a democracia, vejamos, não se dá por uma imposição do alto, das esferas burocratizantes. Muito pelo contrário, a questão haveria de se resolver a partir da ocorrência de novas condições objetivas, reunidas em uma cultura operária, que produziriam efeitos cotidianos no sentido da democratização. Para exemplificar como partiria, da esfera de produção, a tomada da realidade por condições concretas de democratização, Lukács trará o exemplo do campesinato húngaro que havia, àquela época, procurado implementar um sistema cooperativo de produção. Tal qual havia sinalizado quanto à possibilidade de democratização sindical, as cooperativas agrícolas seriam mais um indicativo de que Lukács consegue, ao fazer uma crítica contundente ao stalinismo, apontar indicativos de reformas práticas democratizantes — inclusive em aspectos da economia. Portanto, para avaliar como Lukács havia tratado a questão democrática e a política é necessário observar como o filósofo é capaz de retornar ao tratamento das *tendências reais* de desenvolvimento enquanto condições concretas do trabalho.

Nos parece, assim, que é incontestemente que o tratamento da política e da democratização lukácsianos são o oposto das rebaixadas teorias das ciências parcelares quanto às supostas “teorias do Estado”, “da política” e, também, “do direito”. Esperamos ter tornado claro que o que Lukács fez, através do tratamento da política e da democratização no final de sua vida foi, em verdade, ser fiel ao espírito investigativo marxiano, com uma apreensão rigorosa da dinâmica social em seus múltiplos complexos constitutivos.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, Alexandre. Política e ideologia na experiência soviética. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. *História do marxismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 11 v.
- ARAÚJO, Paula Alves Martins de. Triunfo do realismo: o que é isso? Sobre uma categoria da teoria do realismo de Lukács. *Verinotio* – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Rio das Ostras, v. 26, n. 1, pp. 64-84, jan./jun. 2020.
- ASSIS, Laura de Oliveira; GONÇALVES, Leandro Pereira. A renovação pecebista nos anos 50: um projeto inspirado na ideologia gramsciana. *Revista Labor*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-38, 2009. Disponível em: <http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume2/leandro.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- BARBOSA, Gláucia Maria Tinoco. *A produção de conhecimento dos lukacsianos brasileiros: 1960-2000*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9162>. Acesso em: 29 jan. 2026.
- BRANDÃO, André. Lukács e o tertium datur da teoria política marxista. In: BRANDÃO, André; BIANCHI, Bruno Daniel Capriles. *A responsabilidade social do filósofo e outros escritos políticos*. São Paulo: LavraPalavra, 2021.
- BRANDÃO, André. A recepção de Lukács no Brasil. In: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma (org.). *Anuário Lukács 2024*. São Paulo: Instituto Lukács, 2024. p. 95-109.
- BRODY, Ferenc. György Lukács: Testamento Político. In: SZABÓ, Tibor. György Lukács: Filósofo autônomo. Napoli: La citta del Sole, 2005. p. 255-256.
- CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CHASIN, José. MARX - A DETERMINAÇÃO ONTONEGATIVA DA POLITICIDADE. *Verinotio*, Rio das Ostras, n. 15, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 9, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Sobre os textos. Introdução: sobre Lukács e a política. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Netto, José Paulo. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 215-255.
- DE SOUZA, Leandro Cândido. György Lukács leitor de Alexandre Soljenítsin. *Verinotio*, Rio das Ostras, n. 16, 2012.

DEUTSCHER, Isaac. Communist Party Congress: The Break with Stalinism. *The Reporter*, 22 mar. 1956. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/deutscher/1956/20th-congress.htm>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FORTES, Ronaldo Vielmi. A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política na obra tardia de Lukács. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 173-199, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9419>. Acesso em: 29 jan. 2026.

FORTES, Ronaldo Vielmi. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora. Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. *Verinotio: Revista On Line de Educação e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, n° 22, p.44-75, 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/335>. Acesso em: 01/12/22.

FORTES, Ronaldo Vielmi. A natureza e a posição da política no quadro das atividades histórico-sociais: ontonegatividade da política e a ontologia do ser social. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 28, n. 1, pp. 300-331, Edição Especial, 2022/2023.

FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na Universidade. In: João Quartim de Moraes. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. São Paulo: UNICAMP, 2007.

HESS, Elisabeth; ALVES, Paula. Partidarismo e crítica literária: alguns elementos para a compreensão da "estética comunista" de Georg Lukács; *Verinotio*, Rio das Ostras, v.28, n. 2, pp.71-107; jul-dez, 2023.

INFRANCA, Antonino. Testamento político (Traduzione di Antonino Infranca). In: SZABÓ, Tibor. *Györg Lukács: Filosofo autónomo*. Napoli: La citta del Sole, 2005. p. 255-309.

INFRANCA, Antonino. Lukács entre política e ética. *Revista Novos Rumos*, v. 57, n. 1, p. 59-74, 2020.

INFRANCA, Antonino. O retorno de Lukács para a Hungria comunista. Tradução de Ranieri Carli e Elisabeth Hess. *Anuário Lukács*, São Paulo, p. 132-161, 2021. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/anuario/anuario-2021.pdf>. Acesso em: 15 fev 2025.

INFRANCA, Antonino; VEDDA, Miguel. Introducion. In: LUKÁCS, György. *Testamento político y otros escritos sobre política y filosofía*. Edição de Antonino Infranca e Miguel Vedita. Buenos Aires: Herramienta, 2003.

INSTITUTO LUKÁCS. Nota editorial. In: LUKÁCS, Georg. *Conversando com Lukács: entrevista a Léo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz*. Tradução de Gisieh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

KENNEY, Charles D. The Twentieth C.P.S.U. Congress: A Study in Calculated Moderation. *American Political Science Review*, v. 50, n. 3, p. 764-786, Sept. 1956. DOI: <https://doi.org/10.2307/1951558>.

KONDER, Leandro. *Lukács*. Porto Alegre: L&PM, 1980. (Coleção Fontes do Pensamento Político, v. 1).

LEWIN, Moshe. Para uma conceituação do stalinismo.: In: HOBBSBAWM, Eric J. et al. *História do marxismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 7 v.

LUKÁCS, György. Carta sobre o Stalinismo. In: *Revista Temas* 1, Grijalbo, São Paulo, 1977

LUKÁCS, György. Excertos do discurso pronunciado nos debates filosóficos do Círculo Petöfi. Leandro. *Lukács*. Porto Alegre: L&PM, 1980. (Coleção Fontes do Pensamento Político, v. 1).

LUKÁCS, György. Democracia Burguesa, Democracia Socialista e outras questões”. In: *Nova Escrita/Ensaio*. São Paulo: Editora Escrita, ano IV, n.8, 1981.

LUKÁCS, Györg. A luta entre progresso e reação. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Netto, José Paulo. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008a. p. 55-83.

LUKÁCS, Györg. A luta entre progresso e reação. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Netto, José Paulo. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008b. p. 37-55

LUKÁCS, Györg. O processo de democratização. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Netto, José Paulo. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008c. p. 83-106.

LUKÁCS, Györg. Para além de Stalin. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Netto, José Paulo. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008d. p. 207-215.

LUKÁCS, Györg. Testamento político. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Netto, José Paulo. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008e. p. 215-255.

LUKÁCS, Györg. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Geörgy. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020a. 794 p.

LUKÁCS, György. A última entrevista de Lukács. In: LUKÁCS, György. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)*. São Paulo: Boitempo, 2020b. p. 219-243.

LUKÁCS, György. Novos modelos humanos. In: LUKÁCS, György. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)*. São Paulo: Boitempo, 2020c. p. 35-45

LUKÁCS, György. Lukács: retorno ao concreto. In: LUKÁCS, György. *Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971)*. São Paulo: Boitempo, 2020d. p. 29-35.

MAREK, Franz. A desagregação do stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. *História do marxismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 5 v.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 894 p. (Coleção Marx & Engels).

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. 984 p. (Coleção Marx & Engels).

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.

McNEAL, Robert. As instituições da Rússia de Stalin. In: HOBBSAWM, Eric J. et al. *História do marxismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 7 v.

MÉSZÁROS, István. *A revolta dos intelectuais na Hungria*: dos debates sobre Lukács e Tibor Déry ao Círculo Petöfi. São Paulo: Boitempo, 2018. 184 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

NETTO, José Paulo. *Introdução*: sobre Lukács e a política. In: COUTINHO, Carlos Nelson; Netto, José Paulo. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 215-255.

NETTO, José Paulo. O patrimônio intelectual de Lukács e sua recepção pela intelectualidade marxista brasileira. In: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCANTARA, Norma (org.). *Anuário Lukács 2024*. São Paulo: Instituto Lukács, 2024. p. 83-95.

PCUS, Partido Comunista da União Soviética. *On the cult of personality and its consequences*: speech to 20th Congress of the C.P.S.U. Moscow, 24-25 feb. 1956. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/khrushchev/1956/02/24.htm>. Acesso em: 29 jan. 2026.

REZENDE, Claudinei Cássio de. *Generidade e politicidade no último Lukács*. 2015. 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2015.

SARTORI, Vitor Bartoletti. *Lukács e a crítica ontológica ao Direito*. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Apontamentos sobre marxismo e direito: decadência burguesa e manipulação. *Direito & Realidade*, v. 1, n. 2, 2011.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Acerca da importância da distinção entre política e direito na obra madura de György Lukács. *Anuário Lukács*, São Paulo, v.7, n.1, p. 101 – 132, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/41043>. Acesso em: 18/06/23.

STÁLIN, Josef. *Os problemas econômicos do socialismo na União Soviética*, Rio de Janeiro, Vitória, 1953, p. 19.

SZABÓ, Tibor. *György Lukács: Filósofo autônomo*. Napoli: La citta del Sole, 2005.

SZABO, Ladislao; SEGRILLO, Angelo; AQUINO, Maria Aparecida de; AUBERT, Pedro Gustavo. *Hungria 1956: e o muro começa a cair*. São Paulo: Contexto, 2006.

SEGRE, Sérgio. *Colloquio con Lukács*. 1957. Disponível: <https://gyorgylukacs.wordpress.com/2014/07/01/colloquio-con-lukacs/>. Acesso em 15 fev 2025.

TÉNYEK könyve 1988: Magyarország: A Magyar Szocialista Munkáspárt (MSZMP). [S. l.]: Arcanum Adatbázis, [2024?]. Disponível em: <https://www.arcanum.com/hu/online-kiadvanyok/TenyekKonyve-tenyek-konyve-1/1988-2/magyarorszag-3C8C/a-magyar-szocialista-munkaspart-mszmp-42CE/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

TERTULIAN, Nicolas. O testamento filosófico de Lukács. *Blog da Boitempo*, 11 set. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/11/tertulian-o-testamento-filosofico-de-lukacs>. Acesso em: 21 jan. 2026.

TERTULIAN, Nicolas. György Lukács e o stalinismo. Trad. Carolina Peters. *Verinotio*, Rio das Ostras, v. 27, n. 1, pp. 88-124, jan./jun 2021

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Verinotio: Revista On Line de Educação e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, n° 12, p.40-63 2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100>. 29/10/22.

VAISMAN, Ester. Agarrar Lukács: o pensamento e o vivido. In: VEDDA, Miguel; COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma (org.). *Anuário Lukács 2024*. São Paulo: Instituto Lukács, 2024. p. 12-42.

VAISMAN, Ester & FORTES, Ronaldo. A politicidade no pensamento tardio de György Lukács. *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ)*. Rio de Janeiro, Vol. 5, N. 1, pp. 118 – 132, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em: 21 jan. 2026.